

Ulisses Serra

Da Academia Mato-Grossense de Letras

Camalotes e Guavirais

Agosto de 2004

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Digitado por Kirya Arias.

A primeira edição de CAMALOTES E
GUAVIRAIS ocorreu em 1971, pela Editora
Clássico-Científica, de São Paulo. Houve uma
reedição, em 1989, na Série Historiográfica
do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras
Rua Rui Barbosa, 2.624 – fone/fax (67) 382-1395
79002-365 Campo Grande MS
www.acletrasms.com.br
end. eletr.: acletrasms@acletrasms.com.br

SE

Se este livro tivesse conteúdo e não enfeixasse apenas crônicas leves, frágeis e efêmeras, e eu, preso ao conservadorismo, tivesse de dedicá-las a alguém, sofreria a angústia da incerteza.

Se à augusta memória dos meus pais e do Itúrbides; se à Constancinha, que ameiga os meus caminhos da vida, substituindo cardos por pétalas de rosas; se à Marly, filha amorável, meu enlevo na sua meninice e meu afeto de sempre; se aos meus sete irmãos germanos e às minhas duas irmãs adotivas, todos e a todos os momentos maravilhosamente fraternos; ou à Gisele e ao Noninho, dois pedaços de madrugada que doiram o meu pôr-de-sol...

Não poderia omitir parentes consangüíneos e afins, extremamente queridos; nem magníficos amigos, irmãos, não pelo sangue comum a correr nas nossas veias, mas pela comunhão dos nossos espíritos.

Este livro, porém, é tão pálido e terá dias tão breves, que não o quero vincular àquilo que o há de sobreexistir por mais ou menos que eu possa viver: meu culto à lembrança dos meus pais e do Itúrbides e à minha intensa ternura por essas pessoas que amo.

Campo Grande, 2 de março de 1971.

Motivos de um título

Casa Cavassa, curiosamente adentrando-se pelo rio, Estaleiro do Puccini, Ladeira do André Avelino e o Porto de D. Emília, belos recantos de Corumbá, à margem direita do Paraguai. Mais bela a chácara do Miguel Ferro, italiano bom, patriarcal, de longas barbas brancas, desvelado amigo do meu avô materno. Nela, um pequeno e tranqüilo veio-d'água serpava carinhoso e murmurejante sob um tarumeiro, ora copado de lindas flores lilases, ora pojado de frutos escuros e trescalantes. Ao pé da chácara, ao sul, a barranca íngreme e calcária cheia de águas-pombeiras, veludinhos, tunas e ariticunzeiros.

À sombra de um seputá, justamente onde o arroio se engolfava na imensa caudal, eu, Augusto e Rodes, meus primos, e mais o bugrinho Quirino, ficávamos na deliciosa tarefa de pescar lambaris para os socós, colhereiros, baguaris e marrecas pantaneiras que a tia Catita trazia das encantadoras regiões do Taquari. Sua casa era pobre, porém engalanada de pássaros aquáticos, roseiras e do seu riso contagiante e franco. Além dos lambaris, pescávamos ferozes piranhas, pondo ao anzol até pedaços de pano encarnado. Encantava-me ver o vento fazer maretas, balançar a linha e sacudir as frondes, e sentir no rosto a sua morna carícia.

Largo, sereno, enfeitado de pássaros e de flores, o Paraguai rolava majestoso e plácido, belo como igual outro não vi. Carregava exuberantes vitórias-régias, brancas pela manhã, róseas ao sol-posto, e lentos camalotes, que exerciam sobre mim estranho fascínio. Cor verde-musgo, flor violácea e perfume suave, raízes longas, profundas, entrelaçadas e compactas. Vogavam docemente no dorso da corrente, parando nos

remansos, sem pressa, com pena de deixar ribeiras amigas, temerosos da foz e do mar que os iriam despedaçar. O poeta corumbaense Pedro Paulo de Medeiros assim os descreveu:

*Verdes, ao léu, silenciosos,
Ei-los a esmo passando,
Lembram barcos vagarosos
Sentidas mágoas levando.*

*Insisto num desconforto:
– Que destino levais?
– Remoto! Ao nosso porto
não se volta nunca mais!*

Da nascente à embocadura o Paraguai é homogêneo. Coloração das águas, barrancas, fauna alada e plantas aquáticas são curiosamente iguais e não me pareceu nunca um acidente geográfico a separar dois povos mas uma gigantesca espinha dorsal a uni-los sempre. Minha infância parece que vaga nas suas praias. É que se não tive nela atrações do asfalto, tive as desse rio, mergulhando e flutuando nas suas águas, de permeio com vitórias-régias e camalotes.

Adolescente galguei os altiplanos da serra de Maracaju e aqui me fiquei indiferente aos cantos de sereia que por vezes ouvi soar lá fora. A cidade me foi aconchegante. Deu-me muito, ofereceu mais. Meu primeiro clube de futebol, meus idílios, minhas excursões pelas estâncias vizinhas, a cata buliçosa das guaviras, a minha gente generosa e acolhedora, a Rua 14, os troles puxados a dois cavalos com japonês na boléia, as batalhas de confetes e serpentinas são laços que me prenderam à terra galharda e dadivosa.

Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa.

Camalotes dos verdes e infindáveis pantanais de Corumbá e guavirais desses dilatados chapadões, eis o motivo do título desta coletânea de crônicas perdidas em revistas e jornais. Evocam pessoas e coisas, árvores, riachos, pedaços de rua, naves de igreja, sussurros do Prosa e do Segredo, que são dolentes confidências que sei interpretar. Tudo se transforma em fragmentos da minha própria alma.

Quem ergueu o primeiro rancho?

Campo Grande surgiu em meio a um imenso vazio demográfico e não teve os seus primórdios assentados nos registros públicos e narrados nas gazetas de cidades próximas. Só a tradição oral, passível de distorções involuntárias, deles nos dá notícias. Isso levou Vespasiano Martins a dizer, em 26 de agosto de 1943, em atraente conferência pronunciada no Rotary Club da nossa cidade, que “há muita lenda, muito erro, já de difícil demolição”.

A primeira e grande controvérsia é quem teria erguido o primeiro rancho e lançado à terra a primeira semente. Fato irrelevante para alguns, de gostoso sabor histórico para muitos. Erguer-se o primeiro teto e fecundar-se o solo pela primeira vez, numa região deserta, onde se levantaria uma metrópole, não é, em verdade, primazia histórica a desprezar-se. Lembrome de um conceito maravilhoso do dr. Arlindo de Andrade Gomes, somente muitos anos depois igualmente emitido por West Point: “O homem que modifica o aspecto físico da terra, transformando a charneca no verde das searas, é mais que um homem, é quase um Deus.”

Epaminondas Alves Pereira, bisneto de José Antônio Pereira, estudioso dos fatos ligados à fundação de Campo Grande, em artigo publicado em O JORNAL DO COMÉRCIO, aqui editado, de 26 de agosto de 1966, reproduzido em plaqueta, defende para seu glorioso ancestral esse privilégio. Afirma que quando José Antônio regressava a Monte Alegre, em busca da família, conheceu João Nepomuceno, em Camapuã, mandando-o zelar da posse que aqui fizera e deixara. Não diz das compensações que para isso teria tido o poconeano.

Já Vespasiano Martins, dono de admirável memória e convicção no que afirmava, não compartilha dessa opinião, quando assegurava: “O certo, o seguro, porque ouvi de velhos moradores desta região, uns já mortos, outros ainda vivos, é que o primeiro rancho, quem o fincou dentro do hoje rocio de Campo Grande, foi o esperto poconeano João Nepomuceno.”

E prossegue: “Ele deve ter vindo para aqui, aí pelo ano de 1870 ou 71, pois quando Antônio Gonçalves Barbosa aqui passando, vindo do Sucuriú, quando da invasão paraguaia, passou no rancho de João Nepomuceno.”

É ainda Vespasiano Martins, em artigo estampado em o CORREIO DO ESTADO, de 23 de setembro de 1964, que explica: viajava de Campo Grande para Rio Brillhante, a cavalo, em companhia daquele seu tio, arrojado desbravador do sul mato-grossense e este lhe contou, em longa conversa, como conhecera João Nepomuceno.

Leiamos o próprio articulista, reproduzindo as palavras singelas e amenas do seu informante: “Veja, menino, como esta Campo Grande tem crescido. Por volta de 1872, depois da Guerra do Paraguai, eu já de novo no Passatempo, de volta do Sucuriú, onde estivemos todo o tempo da Guerra, refugiados, aqui estive pela primeira vez. Andava à cata de dois cavalos, que me haviam roubado, e, de volta, das bandas do Coxim, aqui cheguei já à tardezinha e ali onde se juntam os córregos Prosa e Segredo dei com um casal que estava acabando de construir um rancho com parede de pau-a-pique, coberto de folhas de coqueiro e o piso de terra batida.”

Esse testemunho é de capital importância, pois Antônio Gonçalves Barbosa, sertanejo destemido, varão probo e patriarcal, diz que “dera com o casal acabando de construir o rancho”.

Agora vem o retrato dos seus donos: “Tratava-se de João Nepomuceno e Maria Abranches. Ele poconeano e ela de Faxina, no Estado de São Paulo. Ele era alto, magro, de pouca prosa; ela, branca, baixota, gorda e muito alegre.

Deram-me do que tinham a comer e uma boa acolhida.

Ali pousei e pela manhã, depois do tira-jejum, rumei em direção a Miranda, onde encontrei os meus cavalos tão queridos.”

O artigo de Vespasiano Martins é longo, incisivo; nele, o eminente homem público ainda se abona na afirmativa do seu sogro, Bernardo Franco Baís, italiano de Luca, que aqui se radicou por volta do longínquo ano de 1888, nosso primeiro juiz de paz, primeiro intendente eleito, embora não empossado, e varão de alto coturno moral, afirmativa essa que igualmente atribui àquele solitário casal a primazia do primeiro teto aqui erguido.

Valério de Almeida, campo-grandense apaixonado pela história do seu município, pena cintilante de poeta e escritor, hoje domiciliado em Corumbá, afirmou no seu melhor trabalho, abeberando-se mais em fontes de tradição oral: “Ao amanhecer do outro dia José Antônio procurou entrar em negócios com o solitário morador que ali vivia, trocando com boiadeiros os proventos da sua parca agricultura.”

E mais adiante: “João Nepomuceno Ferreira, cuiabano destemeroso, era posseiro, vindo de Nioaque, pouco antes dos canhões cessarem fogo nas margens do Aquidabã. Negociado o sítio, José Antônio Pereira e seus companheiros iniciaram imediatamente a ereção das primeiras moradas toscas de sapé, espalhadas à toa pelas margens dos dois arroios.” (FOLHA DA SERRA, de agosto de 1933).

Outro pesquisador da nossa história regional, mormente no ramo da genealogia, J. R. de Sá Carvalho, faz igual afirmativa. Afirma mais, talvez por ter ouvido de Domingos Barbosa Martins, que o desbravador de sertões foi morrer tuberculoso em Araxá.

Creio que não buscara Minas por temor dos parentes de Joaquim Mota, como se insinua, a quem assassinara na sua fazenda do Varadouro, nem mesmo acochado pelo mal que o vitimara. Se era um homem caladão e taciturno, era também quase nômade, sem fixar-se em parte alguma, ávido de palmilhar novas estradas, vadear rios, escalar serras e embrenhar-se pelos penetrais.

Atraído pelos fatos d’antanho, Emílio Garcia Barbosa os coletou em quatro ou cinco livros. E, em OS BARBOSA EM MATO GROSSO (p. 64), reproduz a mesma narrativa feita pelo sertanista Antônio Gonçalves Barbosa a Vespasiano Martins. Cruzou pelo rancho de João Nepomuceno e Maria Abranches à procura de cavalos roubados. Recebeu alimentos e pousada. E conta Emílio: “Gostou tanto que, de volta, foi novamente ali pernoitar e conhecer melhor o casal, achando-o radicado com amor ao lugar.”

Mais tarde o mesmo historiador, com seu entusiasmo de magnífico vacariano, chega a chamá-lo “guerreiro crioulo de Poconé” e, exaltando-o, diz: “Glória e não pouca tem Nepomuceno que foi a chave, o causador da parada de José Antônio.” (ESBOÇO HISTÓRICO E DIVAGAÇÕES SOBRE CAMPO GRANDE).

Gerente do O PROGRESSISTA, Benedito Leitão publicou, em outubro de 1939, um álbum de Campo Grande. A publicação é de fundo comercial; valoriza-a, porém, um magnífico trabalho de Peri Alves de Campos, médico, poeta e escritor. Perquiriu ele arquivos e ouviu velhos moradores, catalogou informações e velhas fotografias no propósito de um dia lançar um livro sobre o passado da cidade. Nesse trabalho diz ele: “Na tarde de 21 de junho de 1872 José Antônio Pereira aqui fez pouso e foi recepcionado por João Nepomuceno.” Acrescenta que “mal se refizera de suas energias à sombra do rancho de Nepomuceno, que aqui vivia à margem da estrada, foragido, não da justiça, mas de poderoso 44, de Camapuã, onde cometera algumas estripulias, deixou-se encantar com as possibilidades das cercanias (...).”

O CORREIO DO ESTADO, de 26 de agosto de 1966, publicou um artigo póstumo, datado de 12 de agosto de 1965, do professor João Evangelista Vieira de Almeida, falecido em idade avançada, filho de prestantes pioneiros da região, ex-aluno do nosso primeiro mestre-escola, o gaúcho José Rodrigues Benfica, que lutara na guerra lopesguaia. O articulista fizera seu curso médio com os irmãos maristas em São Paulo, dava aulas particulares (minhas irmãs Cacilda e Zulema foram suas alunas) e

a cidade toda o respeitava e sabia dos seus pendores pelos fastos da nossa história. Nesse artigo diz ele que “quer concorrer para dirimir a controvérsia” e categórico escreve: “José Antônio Pereira e seu filho Antônio Luís Pereira já em 1872 haviam estado nestas paragens onde encontraram João Nepomuceno, caboclo poconeano aqui residente com sua branca companheira Maria Abranches ou Abrantes, como querem alguns.

Moraram num amplo rancho coberto de folhas de palmeira, provavelmente de buriti (a tradição diz que de acuri, palmeira não muito comum nesta região), aí tinham posto roça de cereais logo ampliada com auxílio de José Antônio Pereira e seu filho que propuseram sociedade nas plantações a João Nepomuceno.”

A ordem cronológica dos fatos assim se processou: João Nepomuceno (para homiziar-se, ou não) e Maria Abranches pararam na junção dos arroios que mais tarde viriam a chamar-se Segredo e Prosa e levantariam o seu rancho. Um dia chega, de Monte Alegre, José Antônio Pereira com o seu filho Luís e mais dois camaradas. Buscava o intrépido mineiro dilatadas terras para fixar-se. Comprou o rancho do poconeano, plantou mais para sua volta e deixou-o encarregado da posse. Regressou a Minas para buscar a família. Dois anos e meio se passaram e não regressava e o zelador dele não tinha notícias. Seguramente estava ocupado no minucioso apresto de viagem definitiva e longa que teria de empreender. João Nepomuceno e Maria Abranches esperavam. Porfiavam em cumprir o que haviam prometido. Vegetavam no ermo como se fossem também árvore, segregados do mundo pelas distâncias e em volta deles cobras, feras e índios. Um dia, depois de longa espera, apontaram carretas no verde do cerrado. Traziam homens, mulheres e crianças. Devia ter sido de eufórica algazarra a alegria dos que chegavam e maior daquele casal de solitários. Não era José Antônio Pereira! Mas outro desassombrado mineiro que também buscava terras, também queria afazendar-se e plantar povoados. Era Manuel Vieira de Sousa. João Nepomuceno, então, não lhe vendeu propriamente a posse, cobrou-lhe o zelo,

como repetidamente frisou e o registra um cronista. Vendelhe a última colheita, que sendo a última e de produtos de lavoura do ciclo de um ano, só poderia ser da sua própria enxada. Por tudo recebeu trinta mil-réis, equivalente apenas a cinco ou seis vacas, e ainda pactuou que se um dia chegasse José Antônio Pereira a ele Manuel Vieira deveria entregar a mesma quantia a título de indenização.

Semanas ou meses depois ouve-se a canção monótona do chiado de carretas mineiras. E elas despontam lentas, em fila, pelo caminho estreito que cavaleiros abriram na mata. É José Antônio Pereira. Traz a mulher. Traz filhos, genros, netos e agregados. Traz a família para fixar-se para sempre. Entre ele e o coestaduano não houve conflito de interesse. Havia terra em profusão e havia o bom-senso do mineiro. Irmanaram-se, entregaram-se entusiasticamente à construção de novos ranchos, ampliaram o roçado para maior plantio e maior colheita; os solteiros convolaram núpcias e dentro em pouco davam a um arroio o nome pícaro de Prosa e ao outro, o romântico Segredo, porque, de fato, envolvia um segredo de amor. Estava criado, sob os auspícios da honradez mineira, o povoado. Viriam outros pioneiros. E o povoado transformar-se-ia rapidamente em metrópole de hoje, bela e trepidante, justo orgulho de todos nós.

Voltemos ao casal de solitários. João Nepomuceno não foi avalentado no sentido pejorativo. Foi destemeroso, porque destemerosos são todos os desbravadores, do contrário não desbravam, fogem dos perigos que os rondam ou perecem pela covardia.

Foi correto. Pertinazmente aguardou, por dilargado tempo, que chegasse o destemido e austero mineiro de Monte Alegre e, quando a outrem transferiu a posse, fê-lo sob ajuste, como o proclama Epaminondas Alves Pereira, honrado descendente do fundador.

Vespasiano Martins, depois de afirmar ser incontestemente ele, Nepomuceno, quem fincou o primeiro rancho, que “fez o primeiro roçado, tomando posse da terra”, pede que se lhe reconheça ser um dos fundadores. Acrescenta, homem justo

e severo que foi: “Que não se esqueça também o nome da aventureira corredora de sertão, sempre alegre, os que aportavam ao seu rancho, dando-lhes pouso e alimento.” Generosa e desprendida, dava e não recebia – naturalmente com assentimento do seu companheiro – e é ainda Vespasiano Martins que no-lo informa: “Nada por isso cobrava.”

Aceitemos, apenas para argumentar, não fosse ele a levantar o rancho pioneiro e a lançar à terra a primeira semente. Bastaria, porém, ter feito a marcha de Camapuã à posse; plantar-se nela por quase três anos; passá-la sob condições a Manuel Oliveira de Sousa (Manuel Olivério) e colaborar estreitamente com José Antônio Pereira para que ele e sua companheira tivessem um lugar de relevo ao sol da história.

José Antônio Pereira, por circunstâncias e fatos múltiplos que dão o conceito de fundação, inclusive pela numerosa progênie que deixou e hoje se expande brilhantemente, é intangível. É figura preeminente e central da fundação, individualizando-a, personificando-a, encarnando-a.

E como é impossível a um homem só realizar uma epopeia, entre outros devem estar ao seu lado João Nepomuceno da Silva e Maria Abranches. É verdade que já morreram e não carecem de loas e exaltações terrenas. Mas é um dever dos coevos e dos pósteros. Dever de consciência, dever de edificação cívica rememorar-se aqueles dois solitários das margens do Prosa e do Segredo.

A Rua 14 do meu tempo

Talvez outra não tenhamos no Brasil com essa denominação em homenagem a um dos degraus escalados pelo homem em busca dos seus direitos. Em setembro de 1930 trocaram-lhe o nome pelo de Aníbal de Toledo, de modo que o atuante e dinâmico prefeito Antônio Antero Paes de Barros melhor se aquecesse ao sol surgido no Alencastro, em 22 de janeiro daquele mesmo ano.

O homenageado, presente à cerimônia, ouvia embevecido as loas e os ditirambos da lisonja, supondo a placa fosse atravessar os séculos, levando-lhe o nome. No mês seguinte sobreveio a revolução e seus autênticos adeptos, repentinamente fortemente engrossados por rubros e acalorados adeptos de última hora, trocaram-na aos urros pelo de João Pessoa. Quinze anos depois, o prefeito-interventor Carlos Hugueni Filho restaurou o antigo nome, que não desertara da preferência do povo.

Ao meu tempo de moço, a rua tinha o leito desnudo e vermelho. Na estação chuvosa, era um tremedal; na estiagem, quando o vento norte soprava rumo ao sul, rolavam colunas escarlates, altas, espessas de poeira, tão compactas que não se reconhecia o transeunte da calçada oposta. Só pelo meio-dia ia cessando o castigo do pó e do vento. Tudo ficava vermelho, encardido, marcado pela poeira. Sonhávamos vê-la um dia revestida de asfalto, iluminada, com água e esgoto, regurgitante de gente e de carros. Não supúnhamos nunca chegar a vê-la como hoje com arranha-céus, luzes azuis, anúncios luminosos e multicores, jornais diários, estações de rádios, tevês, num intenso movimento de metrópole.

Homens de bombachas, culotes, ponchos, revólver nas guaiacas cômodas e seguras. Outros, de camisa de seda italiana, ternos de linho branco e creme HJ.110 e 120, tussor de seda, cor-de-palha, procedente do Japão e da Itália. Mulheres sertanejas vestidas à moda do sítio, às vezes montadas a cavalo, chapelão de feltro e saias sobre calças de homem. Lindas mulheres trajadas elegantemente, enchendo a rua cabocla de charme e essências da França. Iam e vinham aranhas e troles tirados a dois cavalos, com cocheiros japoneses à boléia. Pessoas e casas marcavam mais nitidamente a rua, dando-lhe características próprias, modelando-lhe a alma.

A Farmácia Royal

Era um símbolo da cidade. Plantava-se na confluência da Rua 14 com a Av. Afonso Pena, em prédio construído pelo italiano José Mara. O dr. Vespasiano Martins, recém-formado em Medicina, foi primeiramente a Cáceres para paranimfar o casamento de sua colega Dulce e por lá ficou, dois ou três meses, clinicando gratuitamente e recebendo insistentes convites para que se fixasse na terra. Veio e logo adquiriu a Royal ao dr. Barbosa de Araújo. Primeiro filho da região a laurear-se em Medicina, forte de espírito, desprendido e leal, de personalidade singular e marcante, amando a popularidade sem nunca cortejá-la, polarizou a estima e o respeito do seu povo e caminhou para o seu grande destino.

Alegre, simples e generoso, nele se estereotipavam as coisas e a gente da sua terra natal. Nenhum outro homem as encarnou tanto quanto ele.

Numa manhã lá vem montado num malacara o ubera-bense Eliseu Ramos, magro, de barbicha, faces encovadas, calmo e sem apressar nunca o seu pachorrento rocinante. O mineiro e o vacariano eram velhos amigos dès dos tempos que aquele gerenciava a casa do Caldeira e este fazia preparatórios. O intrépido, que ora era taciturno, ora explosivamente alegre, impelido pelas saudades da querência, dá um pulo e monta na

garupa do animal. Bate-lhe com as mãos nas ancas e os calcanhars na ilharga, gesticula, ri, grita e o mineiro se desapruma, esbraveja, xinga e agarra-se ao arreio. Sobem a Rua 14. Ouvesse a gargalhada forte, sadia, retumbante do médico que por uns instantes voltara à sua infância na fazenda Campeiro.

A Royal tornou-se logo o centro médico da cidade e logo mais de todo o sul. César Galvão, gordo, alegre, olhos azuis, com experiência nos hospitais da França, instala nela o seu consultório. Outros o fazem também. Eduardo Costa Manso, fino, polido, de boa cepa e proclamado valor profissional. Alegre, fino, amando e servindo a cidade, jornalista e político, que mais tarde seria nome de rua, o carioca Artur Jorge. Uns mais cedo, outros mais tarde integrariam a equipe médica de Vespasiano Martins, fazendo muitas vezes operação de emergência, à luz de lampião, na própria Royal. No receituário, Jarbas e Totinho. Mais demorada e marcadamente, João Akamine e Guenka Kokichi. Ambos se afeiçoaram extremamente à terra campo-grandense e foram dois símbolos de amizade a Vespasiano Martins. Guenka obsessivamente cultuava a memória, através de livros, artigos e da herma que mandou erigir na praça do seu nome.

Cidade simples e sertaneja, não faltavam às clínicas médicas inevitáveis casos pitorescos. Certo dia um grande médico vai pela Rua 14 calado, cabisbaixo, a reviver mentalmente casos de clientes como se os estivesse a examinar, reformulando diagnósticos e receitas, ou mantendo-os, quando um conhecido o detém:

– Doutor, estou com uma dorzinha cacete, que começa neste lugar e responde aqui. O que será?

– Hum! Hum! Dor nesse lugar...

– É grave, doutor?

E o médico, que sabia ser irônico, e muito, responde-lhe:

– Só examinando... Tira o paletó, a camisa, as calças e as ceroulas...

A colônia japonesa tinha nele o seu grande médico e amigo, que a todos e sob todos os aspectos inspirava plena e absoluta confiança. Anos decorridos ele contava, mantido o

sigilo profissional: um dia surgiu-lhe no severo e renomado consultório uma senhora japonesa. Confidenciou-lhe a esterilidade do seu ventre e a vontade do marido em ter prole numerosa. O médico mostrou-lhe a mesa de exames e acrescentou: – Tira a roupa e deite-se ali. Saiu e foi à porta da rua, como era do seu costume fazê-lo quando fatigado, fumar um cigarro e entregar-se a um *relax*. Ao voltar, encontrou-a toda vestida, colada à parede, braços fortemente cruzados sobre o baixo ventre.

– Uai! O que foi?

– Não, dotô. Marido qué fio, mas japonês legítimo...

A gargalhada do Antônio Bacha

Ah, o Bacha! Era forte característica humana, alta e nobre da Rua 14. Chefiava ele sua firma e sua irmandade. Correto, generoso, mediador por índole, a cidade toda lhe queria bem. Agente da Chevrolet, vendia um carro Ramona, todo equipado e com o tanque cheio de essência, apenas por quatro contos de réis! A prazo. Ainda dava ao comprador copioso e fino farnel de fiambres, biscoitos, doces, conservas e vinhos para a viagem que pretendesse fazer.

Apraziam-lhe e o edificavam as máximas do Marquês de Maricá, que piedosamente as difundia em cartazes apostos na loja e no escritório; aquela, chefiada pelo Valdomiro e pela Pachá; este, pelo hábil contabilista Feliciano Verlangieri, auxiliado pelo moço que mais tarde escalaria todos os degraus da sua carreira funcional, somente arrimado na sua compostura moral e na sua inteligência: Augusto Guimarães Barbatto.

A gargalhada do Bacha era famosa, inigualável e inconfundível. Alto, vigoroso, de larga fissura labial, dentes graúdos e fortes, maxilares robustos, ria estrondosamente sem mover o busto nem a cabeça. Começava em tom baixo, ia aumentando, crescendo, reboando e tomava conta do quarteirão todo. Era uma só emissão de voz, prolongadíssima, sem tomar fôlego, sem nenhuma intermitência. Barítono algum no mundo teve maior capacidade pulmonar. Quando sua gargalhada ressoava,

todos afirmavam: É o Bacha! É o Bacha! E ele estava a cem ou mais metros de distância. Hoje, seguramente, não pode mais gargalhar como antes, mas é o mesmo homem que lança pontes e não levanta muros e segue à risca o salutar conselho do Pe. Charbonneau: sobre o fosso da incompreensão sobrepõe a ponte do diálogo.

Um incêndio

A linda e jovem senhora libanesa, altas horas da noite, andava de um canto para outro do seu pequeno apartamento, aflita, a ninar o filhinho insone, que ardia em febre. Súbito, um clarão em frente iluminou a noite. Foi à janela e viu famintas labaredas devorando famelicamente a Casa Moderna. Na esquina, em diagonal, na casa grande, de tijolos vermelhos, sem reboco, onde se instalava A Capital, o fogo também lavrava. Deu alarme e houve pânico. Todos temiam que o incêndio se propagasse às casas vizinhas, velhas, de fácil combustão, e arrasasse dois quarteirões inteiros, destruindo parte da cidade. Alguém, embuçado no manto negro da noite, ateara o fogo às duas casas. Nesse exato momento um homem gordo, de bochechas grandes, flácidas e marcadas de gilvazes de varíola, já entrado em anos, tomava um Ford e partia em busca da fronteira. Acreditava que arruinara as duas firmas, que se digladiavam numa longa e acirrada luta judiciária. De começo ele fora apenas mediador, acabara envolvido no interesse e no ódio dos litigantes, perdendo aquela esquina grande, vermelha, sem reboco, peça principal do seu patrimônio. Agora, depois da vingança, ia tranqüilo para outras terras, sentindo o coração já expungido de ódio e sentindo no rosto o afago das brisas da madrugada. Enganara-se. O amor, que tudo pode e subitamente surge, sob variadas formas do coração humano, imenso e maravilhoso, reuniu vizinhos e boêmios da noite vindos das mesas de jogo e dos lupanares e o fogo foi debelado.

E a jovem e bela senhora libanesa, providencialmente em vigília, continuou a cantar e a ninar o filhinho, que ardia em febre.

O nosso engenheiro Passos

Na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, havia uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua, alugada ao libanês José Elias. O prefeito, dr. Arlindo de Andrade, achando-a uma agressão à fisionomia da cidade, condenou-a e determinou aos Irmãos Suarez, seus proprietários, que a demolissem. Por turra ou estribados em direito, eles não a derribaram.

Certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas. O alcaide era sociólogo, escritor e botânico, de palavra fácil e cascadeante, de cultura sólida e espírito rutilante, mas nesse dia surgiu nele o caboclo da serra de Timbaúba, sua região natal.

Curso, serpentinas e confetes

Guardadas as justas proporções, não houve no mundo todo curso mais vibrante e intenso, que o da Rua 14 do meu tempo. Disputavam-se os Fords e as Ramonas, de capotas arriadas, pagando-se o exorbitante preço de oitenta mil-réis a hora. Finalmente, pesadas as vantagens, era preço baratíssimo. Comprava-se serpentina de caixotes e gastava-se dinheiro desbragadamente, em pleno delírio momesco.

O leito da rua, nu e vermelho, ficava totalmente recoberto de espessas camadas de tiras de papel, brancas, azuis e escarlates. As serpentinas iam e vinham, cruzavam-se, levavam e traziam líricas mensagens de amor e promessas de reencontros. Caíam confetes em chuvas multicores, profusas e alucinantes. Esguichos gelados de lança-perfumes faziam alvorecer auroras de sangue nas veias dos carnavalescos, porque levavam também mensagens ardentes, escaldantes de mocidade. As serpentinas enroscavam-se nas rodas dos veículos, dificultavam o trânsito dos pedestres e chegavam a formar meio metro de espessura.

Os velhos Katayama, tradicionais fotógrafos da cidade, têm cartões postais que comprovam a riqueza, o esplendor e a fúria do nosso carnaval de rua.

Quando começava a vir a noite e o corso já arrefecia, deixando ânsias de recomeçá-lo no dia seguinte, ouviam-se fortes, altas como se dentro delas estridulassem mil cigarras, as campainhas do Trianon. Era o alvissareiro anúncio para novas e fragorosas batalhas de lança-perfumes, serpentinas e confetes travadas na platéia e nos camarotes.

Um corso retardado

Quatro amigos, todos de avantajado porte físico e grande estatura moral, solenes, graves, queridos e respeitados na cidade. Exatamente por isso o fato causou singularidade àqueles que não lhe entenderam o sentido. Juvenal Alves Correia Filho, Francisco Valero, Bernardo Bicas e Ovídio Correia. Este era lírico quando escrevia *O NEGRO DO BIRUMBAU*, a *HISTÓRIA DAS IGREJAS CUIABANAS* e *CAMAPUÃ* e mordaz nos seus artigos polêmicos como em *SAVARINAS*, página escrita a pedido e sob as vistas do talentoso jornalista Rádio Maia, que proclamava seu encantamento pelos seus fulgores e suas farpas. Armado de pena de mestre, fora Ovídio Correia elemento de prol e relevo da Liga dos Livres Pensadores, que duelou com o culto clero cuiabano, que tinha no frei Ambrósio Daydée um dos seus melhores combatentes.

Na quarta-feira de cinzas de 1928, ainda saíam da igreja de Santo Antônio beatos de rosário à mão e cruz à testa, reverentes e contritos, quando aquele grupo de amigos surgiu ruidosamente na Rua 14. Vinham todos num carro de capota baixa, percutiam um imenso bombo, atiravam confetes e serpentinas, cantavam jargões das últimas músicas carnavalescas. Naqueles tempos recuados e de cidade provinciana, a cena era alvoroçante, desafiadora, e ostentava anticlericalismo provocante. Eu viria a ser genro do Ovídio Correia, seu amigo e profundo admirador da sua probidade e do seu talento.

Casas de pasto

Delas falo em páginas que vêm. A Delícia, a Phenix, a Ramadinha, o Bom Gosto, o Jaú e a Sitter só agora foram igualadas ou superadas, com exceção das confeitarias, que ainda não temos como as de outrora.

Livrarias

As duas mais antigas que conheci foram a Kosmos, de Lourival de Sousa, da numerosa e querida família do austero cel. João Pedro, e a Passarelli, do gaúcho João Passarelli, que foi um impetuoso defensor da cidade e uma partícula viva, humana, marcante, na Rua 14. Depois surgiria a Rui Barbosa, dos irmãos Tessitori. Depois de sucessivas modificações na razão social da firma proprietária, passaria à exclusividade de Abel Freire de Aragão, que a dilatou e criou a maior gráfica de Mato Grosso. Trabalhador, probo, organizado, de personalidade indobrável, equilibrado e de espírito público, ele, sem o querer, tornou-se autêntico confessor de políticos, prefeitos e governadores, que lhe iam ouvir a palavra arguta e sensata.

A Rui Barbosa é hoje de Nerone Maiolino, campo-grandense que tem a correr nas veias sangue cuiabano e calabrês. É pertinaz, ama e serve sua cidade, guiado por nítido espírito de liderança.

Farmácia São José

O exílio de Vespasiano Martins no Paraguai e depois sua vida parlamentar fizeram a Royal entrar em declínio e ser substituída, como pólo político e social, pela São José, transferida da Rua 13 para a Rua 14. Vicente Fragelli, simples e bom, ocupava-se do receituário. Ângelo, de prosa amena, trato polido e acolhedor, conhecedor de bons vinhos e com extensões universitárias nos EE. UU., era um enamorado da cidade. Dava enlevo ouvi-lo reproduzir belos discursos que ouvira ao seu tempo de universitário. Nicolau, médico, jornalista, político e parlamentar, escrevia e falava primorosamente. Amava a Fran-

ça e cultivava-lhe a língua com encanto de artista. Mermoz, ao pousar em Corumbá, no seu célebre vôo de circunavegação, inebriou-se com a saudação em cristalino francês que lhe foi feita por Nicolau. Na Assembléia Legislativa pronunciou discursos que são obras de arte. Dois deles me empolgaram sobremaneira, um sobre 21 de setembro, a data de Corumbá; outro, pedindo que a municipalidade cuiabana mandasse cinzelar no obelisco que a Cidade Branca lhe oferecera, ao ensejo do seu bicentenário, os termos da oferta.

Os três irmãos, homens de alma leve, sem ódios, sem rancores, faziam da São José uma ilha verde e remansosa, a ante-sala de Campo Grande e um pedaço de Corumbá, transplantado com raízes e as raízes levando terra branca e calcária.

Não era, pois, a clássica botica com as crônicas figuras do boticário, do padre e do juiz. Mas um cenáculo de tertúlias brilhantes e de encontros políticos. Frequentavam-na assiduamente Mário Pinto Peixoto, Quintanilha, Artur Jorge, Correinha, Issa Kalif, Mariz Pinto, Eduardo Olímpio Machado e outros. Todos já morreram. Ali ouvi Glycon de Paiva, que estudava o lençol de águas de Campo Grande e os seus veios de água, fazer longa digressão e demonstrar que não há petróleo nos nossos pantanaís. Lembro-me bem da sua argumentação como se fora hoje.

De vez em vez, rapidamente, chegava Crisanto de Figueiredo, de porte airoso e dominador, na rutilância do talento que o levaria ao generalato.

Hoje, anos passados, com novos proprietários, somente um pequeno grupo ali convive, preso à palavra erudita e quente do baiano Celso de Azevedo Lacerda, Alexandre Tognini, Néelson Sperb, Érico Passos, Mário Brizola e Paulo Xavier, todos de alto estofamento social.

A Ironia

Em 25, eu e Osvaldo Pereira, contador de gabada competente, escrevíamos um jornalzinho de lirismo misturado com farsas, A IRONIA, impresso e composto em A TRIBUNA DO POVO,

vibrante bissemanário do dr. Luís da Costa Gomes. Ubirajara Paes de Barros, hoje oficial superior do Exército, compunha e imprimia, gratuitamente, o veículo do nosso romantismo e das nossas zombarias. Certa vez, ao redistribuir tipos para nova composição, leu uma verrina contra o seu pai. Nesse dia perdemos o nosso gráfico e, portanto, o nosso jornal se fechou...

Kikibol

Às carreiras Thomé & Irmãos fizeram construir um prédio assobradado, onde hoje é a lanchonete de Elias Lhado, para a prática do *kikibol*, movimentado papa-níquel trazido pelo Falabella. Na parte térrea, onde funcionava, lindas e vistosas garotas, elegantemente fardadas, de uma plataforma de um metro de altura, impeliavam bolas através de uma canaleta de madeira. Jogo atraente, mais atraentes as meninas de belo porte e muito charme. Nele não interferia habilidade, somente a sorte, o que levou o subchefe de polícia, dr. Carlos Huguenei Filho, a classificá-lo de contravenção e proibi-lo. O cel. Newton Cavalcânti, comandante da Circunscrição Militar e das forças que nos combateram em Quitéria, na Revolução de 32, opôs-se à medida, firme e resolutivo. Carlos, corajoso, inflexível e bom argumentador, não cedeu. Era uma luta de dois homens de bem e de personalidade dura. O coronel, misólogo, quando percebeu que realmente a lei não amparava o Falabella, desamparou-o. Senti. Pois foi o único jogo que aprendi e me fascinava...

Casas tradicionais

Havia casas que marcavam a Rua 14. A do velho Wulfes, por exemplo. Teuto-brasileiro que foi apenas presidente vitalício da Associação Comercial e da Associação dos Proprietários de Imóveis, sempre dedicado, eficiente e probo. Assim como a memória do espanhol Inácio Gomes pede-nos a justiça de uma rua com o seu nome, a memória de Augusto Wulfes também.

Mais acima, a casa do libanês Salim Maluf, estátua viva da honradez e da mansuetude. No outro quarteirão, uma casa

trazia na fachada, como autêntica legenda de pioneirismo, a inscrição: Fundada em 1911. Somente há poucos anos teve de submeter-se à ação demolidora dos anos. Mas ficou em placa de rua o nome do seu proprietário, Abrão Júlio Rahe, que uma progênie ilustre mantém e dilata. Padaria Hespanhola, de D. Cubel e D. Filomena, trabalhadores, alegres e corretos, a vender pão, sobretudo a distribuírem otimismo e bons exemplos. Mais acima outra panificação, de outro Cubel igualmente como o irmão. Cristo Mariano, Joaquim de Barros, Antônio Soares, Damiana, quanta gente boa a trazer saudades à gente daqueles tempos ditosos. E o Aikel Mansour? Libanês que virou campo-grandense de chapa e cruz, e já tem sessenta anos de bela tradição.

À noite ficávamos eu, João Maluf, Osvaldo Pereira, João Müller, Pedro Pina e às vezes Alberto de Castro a cavaquear, na Rua 14. Alheios ao ruidoso tilintar de fichas de madrepérola, aos gritos de comando e estímulo dos crupiês e ao perigo que nos rondava, acotovelando facínoras altamente temíveis.

Tive um outro amigo, fraterno, companheiro da Rua 14 e de tertúlias – Tibor Davi. Húngaro, chegou muito moço ao Brasil. Foi estudante do colégio dos monges de São Bento, em São Paulo e Sorocaba. Poliglota, professor de Humanidades, lecionava com segurança e brilho incomum. Retornou a São Paulo, completou seu curso de Filosofia e laureou-se em Odontologia. Hoje é empresário de alto bordo. Seus pais, Desidério e D. Ema, ele, ex-coronel do Exército húngaro, eram dois velhos admiráveis, corretos, amáveis e bons. Se o exílio lhes era amargo e se tinham saudades dos faustosos tempos de outrora, não o diziam na imensa capacidade de resignação que lhes aureolava a conduta impecável.

Quando terminava a minha ingênua noite boêmia, eu regressava à minha casa, levando latas de sardinha e vinho Colares comprados ao bar de Marcelino Gomes Gonçalves, espanhol dos bons e brasileiro ainda melhor, que mais tarde seria meu compadre. Chamava minhas irmãs e preparávamos uma ceia clandestina e alegre. Lourival, Itúrbides e Heliophar, já taludinhos, escapavam da cama e vinham ao nosso bródio.

Nossa casa era extremamente feliz. Vivíamos num ambiente sereno, seguro e acolhedor sob a suprema dedicação de minha mãe e alta compostura do meu pai. Desvelavam-se pela família de modo comovedor.

Hoje a Rua 14 é outra. Tem mais do que sonhávamos ela tivesse um dia. Cruzam-se nela todos os caminhos de Mato Grosso e traçam-se os destinos políticos do Estado. Empolgante com suas luzes de gás *néon* e seus postes artísticos, no vaivém contínuo das multidões que se acotovelam, no tumulto do seu trânsito e na audácia dos seus arranha-céus. Amo-a como a nenhuma outra. De ponta a ponta abre-me os seus braços nos abraços dos meus amigos. Mas a outra, a de outrora, dos meus tempos de moço, descuidados e fagueiros, era mais típica, mais genuína, mais gostosamente cabocla. Trescalava perfume leve, sutil, macio que não sei definir. Talvez mistura de essências raras, das flores dos guavirais e da clorofila dos prados circunvizinhos; dos perfumes que usei e dos perfumes que elas usaram; de ruge e de batom; de vozes e risos; de serpentinhas e confetes; de músicas e de friíssimos esguichos de lança-perfumes, que chegavam já tépidos ao rosto da gente, amornados pelos olhares ardentes que os acompanhavam.

Mas esta rua, a de agora, também irá desaparecer na voragem dos anos. Estes edifícios, que atrevidamente se alteiam para o céu a desafiar procelas, serão jogados ao chão como frágeis e anacrônicos. Homens, fortunas, princípios que nos empolgam não resistirão à derrocada do tempo. Tempo! Mau e generoso; destruidor e renovador; noite e alvorada; piedoso quando faz lembrar, piedoso quando faz esquecer! No imenso e insondável encadeamento das gerações, a nossa vida, por mais longeva, é fração de segundo imedível frente às gerações que já se passaram e às gerações que os milênios não de trazer.

Distante, longínqua, aureolada de lendas e fantasias, há de resistir ao tempo a figura do desbravador intemorato, o pioneiro, o fundador, o mineiro José Antônio Pereira, que não sabia que o chiado monótono das suas carretas cantava a sua glória.

Cenas da Rua 14

A pavimentação da Rua 14 partia da Av. Mato Grosso, rápida, sólida, bem-feita, ao preço de vinte e dois cruzeiros, da moeda anterior, o metro quadrado.

Entre os funcionários da firma empreiteira, um moço loiro, olhos azuis, sanguíneo, inteligente e agitado. O cabo de um chicote acintosamente emergia do cós das suas calças. Um operário moroso ou descuidado, um transeunte que pisasse ou atirasse um detrito no asfalto ainda vedado ao público, acendia a cólera do Anacreonte. Furioso, gesticulava, gritava, espumava. Sacava do relho e o brandia no espaço. A própria violência solta na rua. Ninguém tentava deter aquele furacão humano. Um velho gaúcho, alto, magro, vendedor de assinatura de jornais, aconselhava-o sempre: – Cuidado. Cuidado, rapaz. Esta terra não cria valentes. Ou então, mais dramático: – Olha, você, assim, vai morrer de botina... Mas, não se emendava. Diariamente dava um *show* de valentia. O gaúcho, à Sancho Pança, explicava: – Porco sabe o pau em que se coça...

Uma manhã, quando o calçamento atingia o ponto onde fora assassinado o famoso Chico Preto, perto do prédio que hoje abriga o nosso Correio do Estado, passou um caipira num tobiano, exatamente onde não podia passar. E lá veio o vendaval humano. Vinha correndo, espumando, de rebenque na mão. Quanto mais o sitiante humilde e humilhado se desculpava, mais aumentava o ódio do Anacreonte, que, segurando o freio do animal, vibrava-lhe o relho nas ancas. Ninguém se atrevia a contê-lo. Nisso surge um homem ainda moço. Toma o cavalo ao sitiante, monta-o de um salto só e numa pista de quarenta metros vai e vem, vem e vai, bem em frente ao Anacreonte. A

rua parou. Ficou estatelada. Percebeu que ia haver sangue e cadáver. Anacreonte em tom baixinho perguntou ao Rafa, do bolicho ao lado: – Quem é esse?... E veio a resposta ainda mais baixinho: – É o tenente Otacílio... O chefe do clã dos Baianinhos pára, desapeia rapidamente e pronuncia uma única palavra: – Pega! E joga as rédeas no peito de Anacreonte. Imóvel, em posição de tiro, fita-o com um olhar terrível, duro, faiscante, que por si só assassinava. O animal cansado, eriçava o pêlo, tremia e porejava suor. A morte estava perto do moço do chicote. Anacreonte, balançando as rédeas como se emba-lasse um berço, com voz doce de ninar, olhar ainda mais doce, dizia ao tobiano exausto: – Coitadinho... está suando...

Verdade é que não ficou desmoralizado, pois a rua, hu-mana e compreensiva, não lhe exigiu o suicídio.

Veio a Revolução de 30, parou a esfaltagem e o moço regressou à sua terra. Leopoldo, o gaúcho de bom-senso, comentava a sua raríssima sorte, não morrera, nem sequer a-panhara.

Dois anos mais tarde, manhã fria, um comboio desengon-çado, estridente, com barulho de apitos e ferragens, levantando nuvens de pó vermelho e a soltar cinza, fumaça e fagulhas, acostou na plataforma da Noroeste. Dele saltou Anacreonte. Risonho, esbracejando, cheio de vida e de esperanças. Porém, que pena! Aparecia sob o paletó seu inseparável e acintoso chicote, chicote que jamais descera no lombo de ninguém, só os quartos daquele tobiano... Vinha, coitado, cumprir o seu fadário, na própria Rua 14. A culpa não foi sua. Foi do seu chicote.

A tragédia do circo

Atrás da poeira vermelha das carretas pioneiras vieram outras e muitas outras, trazendo gente laboriosa, boa e pacata das Minas Gerais, especialmente do Triângulo. Veio também o Patureba, pedreiro e pintor de paredes, que, ao contrário dos seus coestaduanos, era falante. Quando se alcoolizava, punha-se a fazer acalorados discursos pelas ruas vazias e quietas do povoado. Um dia inflamou-se mais. A polícia do ten. Espíndola resolveu silenciá-lo, encarcerando-o e pondo-o depois a capinar a Rua Marechal Hermes, hoje transformada na monumental Av. Afonso Pena. O trabalho forçado do tribuno, sob as vistas ameaçadoras dos policiais, fazia-se próximo à casa comercial do cel. José Alves de Mendonça, negociante abastado, político influente e o líder da numerosa colônia mineira, que talvez somasse a quarta parte da população da vila, tanto que, além do cel. Mendonça, todos os seus caixeiros, o promotor recém-chegado (leigo, mas inteligente), os peões, os boiadeiros e a maioria dos fregueses eram mineiros que pousavam na casa do chefe e a freqüentavam. Apiedaram-se do conterrâneo castigado em público e tiveram afrontados os seus próprios brios. Instigado a pôr termo à violência, o promotor acabou reprochando acremente os policiais. Castigassem o Patureba por vias legais, se delito houvesse cometido, mas não lhe infligissem pena arbitrária e vexatória. O preso deixou o serviço, mas retornou à cadeia.

A fagulha, pequena, minúscula, iria arder, aumentar, tornar-se labareda, trazer o pânico e a morte.

O tenente agastou-se com a interferência, julgando-a descabida e lesiva à sua autoridade. Devia ser um homem

destemeroso e rude, afeito às soluções bruscas e violentas, senão não seria oficial do famoso caudilho cel. Gomes, que vivia em sangrentos entreveros com outros caudilhos. O experimentado cel. Bahia dizia-me que não há homem mofino nem valente, tudo depende do momento. Mas caudilho, de porte pequeno, que a Paraíba nos mandou, que valiosos serviços prestou à ordem pública, nunca, num só momento se acovardou. Agredido, de surpresa, por inimigo também destemido, duelou, matou e morreu. Ademais, ser delegado aqui, naqueles tempos conturbados, de assassinos e caudilhagens, era cargo só para homens primários, excetuando-se por milagre um Joaquim Vieira de Almeida. O tenente vai à casa do promotor, censura-o duramente e ambos discutem acaloradamente.

Para barril de pólvora, havia um circo armado na junção da Rua 13 de Maio com a Barão do Rio Branco, adentrando-se pelo terreno onde hoje se constrói o Edifício Rachid Neder. Houve um descuido do tenente e dos mineiros. Não observaram o calendário. Era sexta-feira, dia 13, mês de agosto, ano de 1913 e o circo erguido na Rua 13. Se para a credence popular só um 13 ou uma sexta-feira é aziago, imagine-se a força sinérgica do encadeamento de todos esses símbolos de agouro!

À noite, pouco antes da função circense, empregados do cel. Mendonça, peões e boiadeiros conversavam à porta do circo, quando chega o tenente. Cumprimenta-os e aludindo a um fato da noite anterior, ruidosa vaia ao palhaço, lança-lhes insólito desafio: – Quero ver os gritadores desta noite. Tapo-lhes a boca a bala!

Logo chega uma patrulha de policiais e se põs às ordens do seu comando. Os provocados acharam prudente não assistir ao espetáculo e mandaram sugerir ao cel. Mendonça que não assistisse a ele também. Saíram. Mas à prudência sobreveio a irreflexão. Voltaram. A fagulha ardia e crescia mais. A ninguém ocorria apagá-la. Assim os grandes incêndios humanos começam por pequeno episódio, tão pequeno que não se lhe dá importância, avolumam-se, tomam proporções sob a incandescência das emoções e não se debelam mais.

No intervalo da sessão, fora do recinto do circo, o tenente mandou revistar os rapazes. Suprema afronta. O líder mineiro, festeiro da semana dedicada a N. S.^a da Abadia, vinha da igreja e recebeu aviso da exaltação dos ânimos. Chegou e ponderou ao tenente que os revistados eram pessoas responsáveis e pacatas. Teria apenas ponderado ou argumentado com a sua autoridade de chefe, já ferida? A discussão cresceu, acalorou-se, virou incêndio vocabular. Ecoou um tiro, vindo não se sabe de onde, atingindo o cel. Mendonça. Seus amigos também dispararam suas armas, aumenta a fuzilaria, desencadeia-se a fúria assassina. Morre Germano, liquidante da firma, na campanha. Morre o furriel comandante dos patrulheiros e três destes ficam gravemente feridos, morrendo dois no dia imediato. Arquejante, banhado em sangue, Mendonça é levado para os fundos da casa de Caetano Gama e morre minutos depois.

A vila amanhece traumatizada. Os mineiros e os amigos da principal vítima querem vingá-la, dar maior largueza à tragédia, num sentimento de culpa, de feras que sentiram o cheiro de sangue e de amor-próprio ferido. Organizam-se em bandos, armam-se mais e melhor e dão à vila o sinistro aspecto de guerra. Os policiais, essas vítimas anônimas e inconscientes das procelas de ódio que se abatem sobre os sertões, provocadas por interesses em choque ou pela paixão política, aquartelaram-se. À tarde um peão, embriagado, dá um tiro a esmo; supondo eles fosse um trágico sinal para a desforra, asilam-se no quartel federal e o tenente busca e obtém segurança na própria residência do cel. Alfredo Reivelleau, comandante da guarnição.

Quatro dias depois, às caladas da noite, temerosos do rancor que enfurecia o povoado agreste, partiram para Bela Vista. Lá se sediava o famigerado chefe, ficariam resguardados por ele, pelo seu nome e pela distância. Culpa dos homens ou da seqüência de todos aqueles símbolos fatídicos, o certo é que Patureba incendiou o circo e o circo quase incendeia a vila toda, não fosse a guarnição federal.

I – Tenente Constantino

Além do pioneiro José Antônio Pereira, Vespasiano Martins advogava para Maria Abranches, João Nepomuceno da Silva, Manuel Vieira de Almeida, Bernardo Franco Baís e Amando de Oliveira a condição histórica de fundadores de Campo Grande. Quanto ao último, depunha: – Um tanto autoritário, valente, já veio tardiamente, mas deve ser lembrado, pois trouxe um pouco de ordem, impôs certo respeito aos que praticavam toda espécie de tropelias (Conf. pron. no Rotary, em agosto de 1943). Naqueles tempos agitados, de povoação sertaneja e por aqui a se cruzarem muitos caminhos, se não se fosse um tanto ou muito arbitrário, num sentido construtivo, não se manteria a ordem. Para preservá-la, a façanha do paulista audaz e líder de grande poder aglutinador, foi a de derrotar o caudilho gaúcho Bento Xavier, que, na madrugada de 12 de junho de 1911, invadira Campo Grande, comandando uma força de cerca de trezentos homens. Para repelir o invasor, que trazia o sul-mato-grossense inquieto, Amando de Oliveira não contou com a ajuda da pequena guarnição federal, composta de quarenta homens, de vez que o seu comandante, ten. Constantino de Sousa, fugira à aproximação do guasca belicoso. Esse fato gerou outros que inimizaram os dois chefes, o civil e o militar.

No dia 27 do mesmo mês, por motivo que a crônica histórica não registra, o tenente Constantino mandou prender Amando de Oliveira. Preso, ao passar pelo edifício da prefeitura, onde o juiz de direito, que fundara a comarca, dr. Arlindo de Andrade Gomes, despachava papéis da judicatura, impetrou-lhe verbalmente uma ordem de hábeas-cópus. O pernambu-

cano brilhante e sonhador, filósofo e botânico muito mais que jurista, concede-lhe, também verbalmente, a medida. O magistrado apanha um livro, que, segundo ele, continha a lei em que se estribara. E quando o oficial chega, fica enfurecido, arrebatando o livro das mãos, golpeia-o na cabeça com o próprio livro, jogando-o ao chão. O magistrado é preso e sua casa lacrada, como presas, também, foram outras pessoas eminentes. Amando de Oliveira evade-se e logo retorna, comandando peões, boiadeiros, políticos e outros cidadãos, que rapidamente se reuniram para a reação. Diante da situação grave e que se agravava, o oficial liberta os presos e faz, nos dias seguintes e à noite, à boca da estrada que demandava Aquidauana, evoluções com seus soldados, para dar a impressão de que recebera reforços. Lança um manifesto e retira-se do povoado com sua tropa.

Logo que os homens de Amando de Oliveira se dispersaram, uns voltando ao seu balcão, outros à sua oficina, ao seu laço de criador ou à sua repartição, o militar retornou à vila e emitiu um decreto *sui generis*, o mais original que já se leu no Brasil, com o seguinte texto:

“O 1º Tenente, Constantino de Sousa, atendendo às condições atuais da região sul de Mato Grosso, sem segurança e sem governo e que esta Vila se acha sem autoridade;

Atendendo que se trata de uma região de fronteira,

DECRETA:

Art. 1º – Fica desde esta data no estado de sítio a Vila de Campo Grande e todo o seu município;

Art. 2º – Contra todos indistintamente que perpetrarem crimes contra a ordem pública e a segurança das autoridades a Chefia de Polícia Militar, ora criada, aplicará a lei de guerra;

Art. 3º – A Agência do Correio, os Cartórios Judiciais, a Intendência Municipal serão fechadas e seladas até a competente ordem;

Art. 4º – Tendo retirado-se desta Vila o Juiz de Direito, mando interditar e guardar a sua casa, não havendo trabalho judicial até segunda ordem.”

Na ocasião, sob impactos emocionais e quando não se podia prever a extensão da violência, esse decreto teve efeitos dramáticos. Hoje, sessenta anos depois, é pitoresco, saboroso e quixotesco. A imprensa carioca o glosou, carreando dificuldades para o ten. Constantino, que foi removido e castigado. Sua defesa seria difícil frente àquele documento, que por si só o condenava.

Dizem que era epilético. O ideal seria que se tomassem tais cautelas, que soma alguma de poder fosse, nem momentaneamente, enfeixada nas mãos de portadores de insanidade mental de qualquer gênero. Da turbulência, dois fatores resultaram positivos: a reação do povo e a conduta dos superiores da autoridade que se desmandara.

II – Cel. Paiva Meira

Mais tarde, doze anos depois, um êmulo do ten. Constantino de Sousa aparecia no cel. Paiva Meira, comandante da então Circunscrição Militar. Alagoano, polido, de aparência serena, era a própria violência prestes a desencadear. Desencadeou-se quando, ao que se dizia por engano, assassinaram o sargento Odenir. Ao cair de uma noite, de tarde chuvosa, rua nua, sem meio-fio, escura, embora no centro da cidade, fora o militar ao armazém ao lado da sua casa comprar pão para o jantar. Calçava chinelos e vestia paletó de pijama, homem pacífico, de hábitos genuinamente caseiros. Um tiro o atingiu na nuca. Se até hoje a nossa polícia civil é desamparada para sua missão, avalie-se em 1923. O delegado, o escrivão e quatro ou cinco praças, sem investigadores, sem detetives e sem transportes. O coronel, agindo plausivamente, mandou fazer diligências, logrando desvendar o crime e prender o seu autor. No interesse superior do bem-estar público, as autoridades, sempre que necessário, devem complementar-se. Cadeia frágil, insegura, guardada apenas pelo carcereiro João Santério e três ou quatro soldados. Até hoje, que o cárcere da cidade apresenta outra segurança muito maior, as evasões são, a rigor, comuns e há casos em que não se processa propriamente uma fuga,

mas o preso faz sua mudança, levando cama, rádio, roupa e outros pertences. Abrem-se inquéritos e infelizmente as punições resultam inaplicáveis porque a explicação invariavelmente é a mesma: deficiência de guardas. João Santério foi preso, estaqueado seminu no pátio do quartel-general. Apanhava à noite e pela madrugada. Quando solto das cordas, saía bambo, tropeçando nas próprias pernas e a receber baldes de água.

A casa do dr. Arlindo de Andrade, prefeito municipal, nome aureolado pela cultura e pelo civismo, nacionalista ardente e que tivera junto a Rondon e a Calógeras atuação fecunda na localização acertada e benéfica dos quartéis em Campo Grande, foi cercada e tiroteada com mulheres e crianças em pânico. Ardilosamente atraído ao Q.G., teria sido agredido pelo próprio coronel, não fora medida de cautela tomada pelo cel. Romão Pereira da Silva. Isso porque o indigitado autor do assassinio era jardineiro do dr. Arlindo. Agredido, entretanto, foi, no gabinete do comando, o delegado Antero Ribeiro, mineiro pacato e honesto. Porque requerera uma ordem de hábeas-cópus em favor de João Santério, o dr. Ladeira foi seqüestrado no Hotel Royal, de Otávio de Melo, e levado para as faldas do Amambaí. De manhã (manhã invernososa) foi encontrado inconsciente, enregelado, com as costas que eram uma só chaga, cortadas e recortadas a chicote de arame.

Há sempre uma voz corajosa que se levanta contra o arbítrio. Essa voz foi a do dr. José Teixeira Filho, baiano e advogado brilhante, que sempre esteve ao lado dos seus colegas nas horas difíceis e mesmo orientando nobremente os recém-formados. Mandou bater fotos comprovadoras do estado físico do agredido, colocou-as em vitrinas de casas comerciais e telegrafou a O ESTADO DE S.PAULO, denunciando-lhes as violências. Chamado ao Q.G., sob ameaças de ser mandado ao Forte de Coimbra, exprobou acremente os desmandos e exigiu respeito aos brios da cidade.

Quando o cel. Antônio Antero Paes de Barros regressa do Rio, na estação da Noroeste, uma escolta, comandada pelo sargento Pessoa, tentou agredi-lo, mas foi inesperadamente

contida pelo destemor de Oliveira Melo e de Alexandre Honorato Rodrigues.

Há quem diga que o cel. Paiva Meira eliminou o banditismo. Banditismo só se elimina com escolas, estradas e integração social. Se embora temporariamente ele o houvesse erradicado, sua ação arbitrária ter-se-ia transformado em salutar. Na área da criminalidade mesmo, apenas tentou prender Otacílio Batista, que, arguto, pôs-se fora do cerco em que se pretendeu encerrá-lo.

O cel. Paiva Meira não manteve a ordem. Desmantelou-a, trouxe turbulências, enfraqueceu e enxovalhou o poder civil. Sua ação é esporádica, tantos e tantos foram os brilhantes oficiais que passaram pelo comando da guarnição militar de Mato Grosso.

Ao cel. Paiva Meira logo sucedeu o Gen. Nepomuceno Costa, disciplinado e disciplinador, parcela humana a encarnar o Exército, esse Exército de fecundas realizações e de excelsas glórias, que o insuspeitíssimo Mitre chamou de Exército Libertador de Povos. Libertou-os, sim, em várias jornadas no sul do Continente e manteve sua vocação histórica no vale do Pó, onde sempre se decidiram os destinos da Itália e, muitas vezes, os da própria Humanidade.

Pioneiros em quatro rodas (I)

É idéia predominante na própria prefeitura municipal de que não temos um código de posturas e somente um anteprojeto elaborado pelo IBAM, ainda em tramitação na Câmara. E temos. Foi aprovado pela Resolução nº 48, de 27 de abril de 1921, chamado Código do Dr. Arlindo, composto de 578 artigos e um quase igual número de parágrafos, ricos em detalhes, vazado em linguagem elegante e correta, tão rica em detalhes que transcende da matéria peculiar aos diplomas de tal gênero.

O legislador foi precavido, prescrevendo um sem-número de cautelas, inclusive quando proíbe a queima de bolas ardentes, busca-pés, morteiros e outros quaisquer fogos que pudessem lesar transeuntes, moradores e proprietários.

Foi generoso ao vedar, no artigo 323, touradas com mastrato aos animais e sem precatarem-se convenientemente os artistas, como se isso fosse possível em diversões pela sua própria natureza violentas e emocionais.

Mostrou-se exageradamente cioso dos foros da sua cidade nascente, quando, no artigo 324, § 1º, prescreve:

“É vedado o anúncio de espetáculo de cavalinhos e congêneres por meio de palhaços a percorrer as ruas da cidade.” E mais adiante: “... a exposição de animais amestrados ou não, pelas ruas, praças e subúrbios da cidade, povoação ou estrada do município”.

Mas, se o Código do Dr. Arlindo enfeixa disposições que até hoje podiam ser perfeitamente exequíveis, contém outras curiosamente anacrônicas, mesmo para os dias em que passaram a vigorar, mormente no que tange ao trânsito de troles

e automóveis. Disposições ingênuas, desnecessárias ou impraticáveis, como estas do artigo 363, § 5º:

“Os automóveis de peso superior a 250 kg devem ser dotados de dispositivos que lhes permitam recuar. Os órgãos de manobra devem ser agrupados de maneira tal que o condutor possa pô-los em ação sem deixar de observar o caminho a seguir.”

Ora, automóvel de 250 kg é uma miniatura que o engenho humano até hoje não logrou construir e da legislação sobre o trânsito pulou ele para o da fabricação automobilística e teve receios de que os dispositivos de manobra fossem colocados sobre o capô...

Há uma seqüência de normas revelando extremo cuidado, que até parece que o legislador considerava o automóvel um terrível monstro do Apocalipse ou igual àquele trazido de Paris por José do Patrocínio, que rangia, sacolejava, expelia fogo, cinza e brasas. Pois o artigo 366 determinava:

“A velocidade dos automóveis, em caso algum, poderá ir além 25 km por hora, nas estradas; de 15 km nas povoações e partes habitadas e de oito nas ruas centrais da cidade. Nos lugares estreitos, onde há acumulação de pessoas, a velocidade será de um homem a passo, 60 centímetros por segundo.”

O nosso primeiro Código de Posturas, oriundo de projeto do vereador à primeira Câmara, Jerônimo de Santana, apresentava disposições pitorescas, jocosas, se as examinarmos hoje, mas bem justas à vida incipiente do burgo, mesmo aquelas ou principalmente aquelas que disciplinavam de como usar-se as águas do córrego da Rua 26.

Mas não foi somente o dr. Arlindo de Andrade, pernambucano inteligente e visionário, a atemorizar-se com a rapidez perigosa do automóvel. O Bahia, oficial da nossa Polícia Militar, probo, destemido e de espinha dorsal inflexível aos salamaques, também se atemorizava. Eis aqui um trecho da portaria que publicou em O CORREIO DO SUL, de 21 de setembro de 1926:

“Estabeleço (era assim mesmo, estabeleço...) o seguinte regulamento: – Art. 5º: Está expressamente proibido desenvolver-se dentro do perímetro urbano velocidade superior à marcha média, isto é, de 15 a 20 km por hora ou marcha de um cavalo a trote.”

O Bahia e o dr. Arlindo não sabiam existir velocímetro. De qualquer maneira foi mais arrojado que o pernambucano ilustre e permitiu que a velocidade fosse aumentada de 8 para 15 km horários...

Nunca que o Italianinho com o seu Fiat e o Júlio dos Santos com o seu ford-de-bigode, moços, fortes, vibrantes e ávidos de comer distâncias, poderiam amarrar-se àqueles limites. Em estradas longas, derramadas pelas planuras do Sul, enfeitadas de verde dos campos e das manadas de veados-mateiros poderiam jamais caranguejar a 25 km horários. Nunca! Eram sôfregos pioneiros e o pioneiro para ser pioneiro deve ser assim mesmo...

Pioneiros em quatro rodas (II)

Era inexistente, em 1924, a nossa ligação rodoviária com Coxim, portanto, com o norte mato-grossense. Foi quando os irmãos Lomônaco, Guilherme e Ubaldo, trouxeram a representação dos carros Gray e venderam um caminhão a Geraldo Castelo, conhecido e abastado fazendeiro naquele município. Como a marca fosse desconhecida e a carreteira toda de tráfego difícil e penoso, notadamente ao transpor-se a serra, temeram um fracasso na viagem inaugural. Geraldo, porém, partiu alvoroçado, nervoso, com ares de herói, como se partisse para uma perigosíssima aventura rumo do ermo, do desconhecido, do inatingível... Os Lomônaco ficaram numa angustiante espera de notícias, notícias que não vinham, que tardavam, o que lhes esbagaçava os nervos. O malogro seria o malogro do Gray, da agência e das vendas. Dois, três dias e nada de notícias. No quarto dia veio a alvissareira mensagem telegráfica, mas curta, lacônica: – O Gray chegou! Não explicava como chegara. Mas houve alegria, vibração, champanhe e eu e Ubaldo fizemos uma notícia pomposa do feito e uma manchete espalhafatosa e as publicamos em O CORREIO DO SUL, jornal do cel. Antônio Antero Paes de Barros. O dr. Pimentel, engenheiro da Comissão Rondon e jornalista nas horas de lazer, leu-as antes de publicadas e não concordou com as expressões por mim usadas, “vencendo areais intermináveis”, achando-as incabíveis. Argumentava que todo areal tem fim, até o do Saara... Acostumado ao vazo da sua profissão de medir, pesar e calcular, pusera-se também a sopesar, com o mesmo critério profissional, aquelas significações vocabulares. Hoje, no alucinante mundo dos reclamos, creio ele já possa admitir o bombástico dos meus “intermináveis areais”...

Somente em meados de 1929 foi aberta a estrada Campo Grande – Cuiabá, de 950 km de percurso, feita sem tratores, niveladoras, caminhões basculantes ou outra máquina qualquer, apenas com picaretas, enxadas, pás e machado, suor e músculo, pertinácia e teimosia. Trabalho silencioso, pertinaz, sem ataridas publicitárias, feito no governo Mário Correia, comandado e traçado pelo engenheiro Oliveira Melo, profissional altamente capaz, homem calado, que não se defendia nem pela pena, nem pela tribuna. Deixou que os seus adversários políticos lhe deformassem, para o grosso do público, a personalidade. Anos depois, já no começo da nossa era rodoviária, primeiro diretor do CER que foi, no governo Arnaldo Estêvão de Figueiredo, ainda sem alarde das notícias propagandísticas, alçou-se à admiração de todos pela impecável compostura de administrador. Morreu pobre apesar dos seus hábitos morigerados.

Várias pontes e pontilhões da Campo Grande – Cuiabá foram empreitados pelo inteligente e dinâmico Júlio Barone, homem que um dia, num gesto de desespero, abandonou São Paulo, deixando nome, fortuna, conceito e o título de Rei dos Cristais.

Sem revestimento, sem conservação e muito longa, essa rodovia logo se tornou praticamente intransitável e temeridade viajar-se nela. Logo que precariamente concluída, o português Manuel Bento inaugurou um serviço de ônibus entre as duas cidades. Ela já havia absorvido seu capital e seu suor na construção de muitos dos seus pontilhões; ia, agora, sugar-lhe os últimos recursos, suas esperanças de novos dias e sua própria vida. Ele mesmo, com mil e uma dificuldades, fabricou a carrocera do pesado veículo, na sua oficina da Avenida Calógeras. O coletivo, porém, a duras penas suportou somente duas viagens, destroçando-se na terceira.

No ano seguinte, em começo de julho, eu, Generoso Leite, Hormínio Pereira Mendes e Issa Kalif fomos à capital mato-grossense, num chevrolet tipo Ramona, que Cassimiro Brodziack, esse extraordinário Cassimiro, inteligente, operoso e empreendedor, comprara a Antônio J. Bacha por menos de

5.000 cruzeiros velhos! É que Issa ia vender terrenos da Vila Boa Vista, de Dona Antônia Brodziack, primeiro loteamento feito em Campo Grande, muito antes do Decreto-Lei 57.

Lá pelo Roncador, estava a carcaça do ônibus do Bento abandonada à margem da estrada vermelha, esburacada e deserta. Vendo-a e vendo ainda o primarismo do caminho e sentindo eu próprio o maltratante desconforto da viagem, sabendo mais que ele ruíra economicamente em consequência do seu pioneirismo e das obras que fizera e não pudera ser pago, enternecido, admirei o espírito de luta, de boa-fé e destemor daquele lusitano.

Somente em 1936, em 1.º de junho, Sacadura, outro português de fibra, com peruas pequenas e leves, inaugurou um serviço regular de transporte para Cuiabá. Dava, porém, longa volta, passava por Santa Rita do Araguaia, Cassununga e Lajeado, contornado o rio Pequiri, cuja ponte fora incendiada em 1932 pelas forças legalistas do cel. Daniel de Queirós, postas em pânico pelo pequeno canhão 75 do capitão Pessoa, pânico que Joaquim Cesário, que também debandou, conta com a verve que Deus lhe deu e que os anos e os tropeços da vida não lhe tiram.

Antes amargou nessa estrada o velho preto Renovato. Essa luta por estradas nuas, rústicas e difíceis, será contínua no Brasil. Quando se consegue dar condições técnicas a uma, outras surgem, na vastidão dos nossos sertões, na avidez de o homem alcançar novos povoados e novos centros de consumo. E continua a luta do motorista, brava, porfiada, heróica e anônima, marcada de coragem, paciência, suor e pertinácia.

Casas de jogo

Ao comemorarmos o centenário da nossa Independência, o presidente Epitácio Pessoa carreou para o Brasil, tanto quanto pôde, as atenções do mundo, mormente trazendo os soberanos belgas cobertos de glória pela resistência ao invasor prussiano. Para intensificar o turismo, o jogo foi permitido em todas as suas modalidades nas cidades consideradas climáticas e entre elas Campo Grande. Aqui se podia jogar até a meia-noite, mas em verdade se jogava a noite toda e em grande parte do dia. A Rua Dom Aquino, antiga 1.º de Março, no trecho entre a Rua 14 de Julho e Avenida Calógeras (antiga Santo Antônio), converteu-se na rua do jogo, do pecado e das mariposas.

O Líder e o Tênis eram excelentes clubes. O grande mesmo, grande e elegante, com foros de cassino, dotado de salões, salas e alpendres e restaurantes, quase suntuoso, o Recreativo, dos irmãos Gazal, Miguel, Manuel e Nicola. Até durante o dia, da rua ouvia-se o tilintar das fichas de madrepérola, caras e vistosas, misturado à voz dos crupiês insaciáveis, que pediam jogo! Mais jogo!

À noite, a essa algaravia juntavam-se a música típica de cabaré e a voz dos cabareteiros, mormente a do André, clara, cheia e infatigável. Num amplo salão rodopiavam pares, que extravasavam pelos alpendres, os homens de palha-de-seda italiana ou japonesa, brim de linho 110 ou 120, ou mesmo de botas e bombachas. Havia o clube do Sílvio (Guibo Kamadá). O Sílvio era um jogador excepcional, de grande memória e tato acuradíssimo, considerado fabuloso no manejo das cartas, marcando-as à primeira passagem pelas suas mãos agilíssimas

e distribuindo-as com malícia profissional. Disso sucedia não ter parceiros e somente os encontrava nos incautos recém-chegados que não lhe conheciam a fama. Muito tímido, muito frágil, procurava permanente proteção com os seus leões-de-chácara, principalmente o nordestino Rochinha, pequeno, baixo, arroxeadado, que anos após vim a conhecer melhor, quando passou a ser serviçal avulso da minha sogra. Convenci-me, então, ouvindo-o contar velhas estórias, que se o Sílvio realmente visse a precisar do Rochinha, teria ficado no mato sem cachorro, porque ele fora um leão sem dentes e sem garras.

De mãos longas, descarnadas, macilentas, mãos transparentes de tuberculoso, o suave japonês prendia algumas fichas no côncavo das mãos e sorrateiramente as deixava cair nas mãos de um jovem patrício, a quem estimava e lamentava sentar-se à traiçoeira mesa verde.

Alexandre K. Saad, inteligente, desembaraçado e visionário, admirador da sua extrema habilidade, estimulava-o a fazerem juntos uma viagem maravilhosa pelo mundo, visitando as capitais do jogo, conhecendo deslumbrantes salões, homens e mulheres famosos e fazendo proezas com as cartas. Sílvio, porém, era contraído, doente e agarrado à Rua Dom Aquino, não tinha arrojado para tanta aventura, nem coragem de pôr-se longe de um trabuco, preto e grande, que o Rochinha trazia à cinta.

Nunca tive o menor pendor pelo baralho e do seu manuseio perigoso sempre me esquivei, talvez lembrado da advertência do sábio provérbio nipônico, que o fogo queima a terra e não a leva; o jogo não a queima e a leva. Contudo, achava curioso observar as diferentes gamas emocionais do jogador que fila, perde ou ganha, do *sapo* e do *chaveco*.

Extinto o prazo para o jogo permitido, de tal forma se enraizou aqui, que foi difícil extirpá-lo. No primeiro período governamental do dr. Mário Correia da Costa foi desencadeada uma forte campanha repressiva. Fecharam-se todas as casas de tavolagem. O Recreativo já sem a direção do seu principal co-proprietário, que morrera, o Miguel, e com o seu protetor

major Castilho no ostracismo político, tentou esquivas reações, mas acabou cerrando para sempre as suas portas.

Devolvido o prédio ao seu proprietário, Félix Damus, Alexandre K. Saad montou ali o primitivo Santa Helena. A rua ainda era dominada por mulheres de vida alegre e cada casa, um alcouce. Alexandre, para vencer o preconceito das famílias, visitava-as, exortando-as a prestigiar o seu cinema. O Santa Helena firmou-se e a rua livrou-se dos lupanares.

Morto Sílvio, D. Olga, sua viúva, lutou vários anos para manter o velho clube. Vencida pelos novos tempos, arrendou o prédio ao Bradesco, por feliz mediação do saudoso Ângelo Fragelli.

Foi o jogo que permitiu tivéssemos excelentes bares, restaurantes e confeitarias. Creio tenha sido ainda um fator curioso na fragmentação de várias propriedades pastoris, pois sua fase violenta coincidiu com o ciclo do fordinho, que carregava para a cidade senhores de imensas glebas povoadas de gado. Fizeram dívidas, retalharam fazendas e sangraram rebanhos, sem ouvir o prudente provérbio japonês. Ouviam somente o soar das fichas de madrepérolas e a voz dos crupiês a pedir famelicamente jogo! Mais jogo!

Trianon Cine

As picaretas da renovação estão pondo abaixo o velho e glorioso Trianon Cine, que depois de decrépito ainda deu longo abrigo à PRI-7, a nossa pioneira do ar. No seu tempo de esplendor foi a mais bela e ampla casa de diversões de todo o Estado. Para a época, uma construção de arrojo e temeridade do mirandense Juvenal Alves Correia Filho, homem severo e probo, de tradicionalíssima família mato-grossense, que o mandara construir pela honrada firma José Gomes & Irmãos, chefiada por Inácio Gomes, espanhol injustamente esquecido e que prestou a Campo Grande serviços de monta.

Seus primeiros anos foram de sérias dificuldades financeiras, agravadas pela apaixonada concorrência entre Juvenal e os Irmãos Neder, proprietários do Central, acirrada pela exploração dos distribuidores de filmes, que se beneficiavam da luta cada vez mais inflamada dos competidores. Meu pai, auxiliado pelo simpático e polido Chico Calarge, foi o mediador sereno e maneiroso que buscou e encontrou a fórmula que os harmonizou e possibilitou a fusão das firmas rivais na Empresa Correia & Neder, embora o imóvel continuasse de propriedade exclusiva de Juvenal.

Para animar a platéia e a cena muda, havia a clássica orquestra. A primeira a surgir compôs-se das loiras irmãs Gieseler, Lúcia, Ida e Tila, senhoras José Passarelli, Pio Nono da Cunha e Emílio Campi. D. Lúcia era violinista e Passarelli também compunha o conjunto executando flauta com maestria. Foi ele um fragmento vivo e característico da cidade, amava-a, defendia-a, se a ela atirassem um apodo ou cortassem uma árvore ornamental, eis o gaúcho a reagir impavidamente.

Por longuíssimos anos e até vir o cinema falado, Emídio de Campos Vidal foi violinista do Trianon. O festejado maestro, pai de numerosa e bela progênie, lecionou música a centenas de moços, encheu a cidade de melodias e a cidade agradecida lhe conferiu a expressiva condecoração moral de seu filho adotivo.

Outros artistas tocaram igualmente na gloriosa casa: Tapir, Álvaro Ferro, D. Eugênia Sans Ramos e Letícia Molierno, hoje senhora Augusto Barbato. Ao tempo de D. Lúcia havia uma nota de encanto maternal pois num cestinho de vime ela levava seu lindo e loirinho primogênito, Licínio, hoje categorizado funcionário do Banco do Brasil. O violino e a flauta da casa dos Passarelli há muito já emudeceram sufocados pelos anos. Para os substituir surgiu a prosa amena e rutilante desse poeta romântico, pleno de sensibilidade e cultura, que é Germano Barros de Sousa. Conhecedor profundo da nossa literatura, da vida brilhante dos boêmios da geração de Bilac e do folclore nordestino, ouvindo-o a gente se embevece.

Mas o Trianon não foi apenas cinema. Foi por dilargados anos palco de tribuna cívica. Ainda recinto de memoráveis banquetes como aquele oferecido ao dr. Vespasiano Martins ao ensejo da sua partida para a Alemanha e aqueloutro a Dom Aquino Correia, quando o grande arcebispo e elegantíssimo orador nos visitou em caráter oficial.

Moças, hoje encanecidas avós, faziam nele teatro ou cantavam, esmagando na platéia muitos corações. Era um aquecido ninho de noivos e namorados. Muitos idílios aquelas paredes abrigaram e muitos corações ali sonharam, sofreram e se despedaçaram. Romances se iniciaram e repercutiram depois em tálamos nupciais, em berços de criança e em teto de remansosos lares.

As evocações deslizam pelo tempo e mansamente me vêm à memória. Recordo-me, por exemplo, de Ricarda Neder a cantar, com voz acetinada e meneios adequados, SERTANEJA; e Mário Carrato, ao meu lado, a vibrar e a sofrer. Certa noite é Ivã Medeiros, talento não aproveitado na arte teatral, que preparou cenário e um esquete cheio de verve para alfinetar o

conceituado e querido Elias Calarge, homem de negócios e alto bordo social.

Bem antes, o dr. João Vilasboas, candidato à Câmara Federal, de um dos seus camarotes falou poeticamente. As mulheres ainda não tinham direito a voto no Brasil mas o orador brilhante pervagou a história a evocar mulheres célebres e a exaltar-lhes a cooperação nas caminhadas do mundo.

Nos pódromos da Revolução de 30, Flores da Cunha fez no Trianon flamante pregação revolucionária e prometeu com trovoadas vocabulares que dentro em dois anos, improrrogáveis, os trilhos da Noroeste chegariam a Ponta Porã e em Ponta Porã renovou a promessa com a mesma intensidade vocabular.

Porém, de todos os oradores que por ali passaram o mais assíduo e curioso foi o italiano Benevenuto Petrela, sempre solene, de fraque e cravo à lapela, cujos temas prediletos eram Cavour, Garibaldi e Vitória Emanuel.

As notas mais vivas e empolgantes do Trianon não eram as aventuras de Tom Mix, Buck Jones, nem o lirismo de Teda Bara e Rodolfo Valentino. Eram, sim, as famosas batalhas de serpentinhas no tríduo carnavalesco, intensas, ardentes, travadas no recinto. Iam e vinham serpentinhas, arremessadas com alvo-roço, formando grossos festões a entrelaçar platéia e camarotes e a formar camadas espessas e altas, que impediam o trânsito. E as serpentinhas não eram apenas fitas coloridas de papel, azuis, brancas, verdes e vermelhas lançadas ao acaso, a esmo, mecanicamente. Eram, sim, mensagens líricas, ardentes, impregnadas de mocidade, cadeias aparentemente frágeis, mas muito fortes para prender corações, ou provocar incêndios efêmeros, mas violentos na exasperação faminta dos sexos. Mensagens ardentes, líricas e ingênuas, latentes de mocidade e de sonhos. E caindo sobre todos a chuva multicolor dos confetes!

Hoje, homens de outras gerações, de dorso nu e forte, reluzentes ao sol, implacáveis, brandem picaretas e pás, derubando impiedosamente o velho e glorioso prédio, como se

apenas desmantelassem paredes e madeiramentos. Não sabem que ali corações sofreram ou se exaltaram, formando paulatinamente o coração do Trianon, que era o próprio coração de Campo Grande, que agora estão matando. Entre os escombros, esmagados, mas sofrendo ainda, estão fragmentos do meu coração.

Já falei do Trianon, que foi cinema, palco, tribuna e recinto de grandes banquetes.

O segundo deles, em ordem cronológica, foi o Rio Branco, do uberabense Bertolino Ferreira de Oliveira, assassinado em 1927, ao recolher-se à sua casa, na Rua Antônio Maria Coelho, crime que se encadeou a uma série de outros crimes. Bertolino o vendeu a Santiago Solari. Ficava na Rua 13 de Maio, onde hoje se ergue a residência de João Akamine. Teve vida efêmera.

A seguir veio o Guarani. Situava-se na Av. Afonso Pena e mais tarde foi demolido para dar lugar à casa residencial de Acib Nasser. Foi Valentim dos Santos quem o instalou, fazendo no prédio, que era de propriedade de outro uberabense, Rafael Anconi, as necessárias adaptações. Tinha palco, platéia e camarotes laterais, porque cinema para ser de classe, de gente bem, para separação de classes sociais, forçosamente devia ter camarotes. Valentim dos Santos mais tarde o vendeu ao cuiabano Luís Antônio Fernandes da Silva, que lhe trocou o nome para Central, arrendou-o e depois o vendeu aos Irmãos Neder.

Estes o reformaram, deram-lhe maior vida, chegando mesmo à façanha de passar filmes ainda não-exibidos no Rio e em São Paulo, de grande classe e metragem. No dia 8 de setembro de 1921 (quinta-feira), por exemplo, apresentaram a película *Nobre Japonesa*, de oito duplas partes, encenada pela célebre e trágica nipônica Tsuru Aoki (Senhora Sessue Hayakawa), toda rodada no Japão. Já no sábado seguinte, dois dias depois, uma outra, de grande porte era exibida, *Com Direito à*

Felicidade, de 3.000 metros, estrelada por Dorothy Philipps e ação desenvolvida na Rússia.

Os nossos antigos cinemas não se abrigavam em grandes prédios, nem isso era possível, mas seus proprietários eram mais generosos com o público e o brindavam freqüentemente com os melhores filmes lançados ao mercado de grandes cidades.

Na noite de 26 de agosto de 1923, de frio castigante, um grupo de moças de talento levou ao palco do Central a famosa peça de Júlio Dinis, *A Morgadinha de Val Flor*. Integravam o elenco Iná e Eunice Machado, Maria Augusta e Alzira Azambuja, Noêmia dos Santos Pereira, Deolinda Alves Quito (Fiquita) e Alice Silva (mais tarde senhora dr. Argeu de Andrade). Noite de autêntica arte, pelo lirismo da peça, pela desenvoltura e pelo charme das inteligentes intérpretes.

Nessa mesma noite, travestido de tipo de rua, coberto de andrajos, Jamil Gazal cantou uma brejeira cançoneta, dando-lhe excelente interpretação. Revelou, o adolescente que ainda era, talento para o teatro. Pena, tenha morrido em 1927, em plena aurora da vida.

Em 1926 surgiu o Santa Helena, na Rua Dom Aquino, zona de meretrício largado e jogo desenfreado. Poder-se-ia chamá-la de Rua do Pecado. Seu proprietário, egípcio de origem e brasileiríssimo de coração, Alexandre Kalyl Saad, educado, fino, ex-universitário no Cairo, recuperou essa rua para a cidade. Ia às famílias mais destacadas, polidamente lhes oferecia ingressos e as exortava para prestigiar a nova casa de diversões que surgia timidamente.

Foi ele o primeiro a dar-nos o cinema falado, exibindo-nos o primeiro filme nacional sonoro, *O Babão*, com Genésio de Arruda. Película sem nenhum mérito artístico, a não ser o do pioneirismo. *Bonequinha de Seda*, estrelada por Gilda de Abreu, sim, foi uma vitória do nosso cinema. Alexandre Saad distribuía diariamente, em profusão e pela cidade toda, programas impressos na tipografia, em frente, de Antônio Julião

Knippell. Curiosamente traziam, sem exceção de um só, um belo soneto, escolhido pelo próprio Alexandre. Concorria ainda e dessa forma para difusão da poesia de catorze versos.

O cinema pioneiro mesmo foi o Brasil, de Rafael Orrico, vindo de Miranda, após um estágio em Aquidauana. Nessa cidade ele foi ao mesmo tempo juiz de paz e vereador. Eu mesmo examinei formais de partilha que ele assinava, mencionando essas duas funções, como se ambas fossem xifópagas. Vê-se que foi um homem que soube dar de si, ser útil e cooperar com o meio social em que vivia.

O Brasil funcionou em fins de 1910 e princípios de 1911, na atual Rua da Matriz, antiga Rua do Padre, entre frondosas mangueiras, ao lado do Hotel Democrata, de Francisco Torreção Fernandes, o alegre, correto e estimado Chiquinho. Funcionava a céu aberto, com assentos de tábuas rústicas, dispostas sobre caixões, vedado por empanadas à guisa de paredes, uma para o lado poente, o da rua; outra, para o lado norte, o do hotel. A casa ficava à cunha, lotada com cento e poucas pessoas, muito público para o povoado que possuía apenas 176 casas, segundo as estimativas oficiais, ou 200, segundo estimativa de Manuel Leite da Silva, competente e prestimoso secretário da municipalidade.

Orrico dava dois, três e até mais intervalos, tantos quantos o Chiquinho quisesse, para poder vender à farta xícaras de chocolate e cálices de conhaque *Julles Rubin*, francês, puro, autêntico, sendo que nacional não havia. Duas bebidas providenciais e reconfortantes para o espectador exposto ao sereno e ao frio das geladas noites de outrora, sentindo o aroma suave e inebriante dos guavirais em flor, bem perto, e ouvindo a algazarra das comitivas boiadeiras...

Restaurantes e bares

Em se tratando de cafés, bares e restaurantes, já fomos mais bem servidos outrora. Os saudosistas deles ainda se recordam.

Tivemos a confeitaria Delícia, do espanhol Dom Paco (Francisco Valero), exatamente no local onde hoje funciona a Camisaria Central, do prestativo Gabura, o amigo da cidade e o amigo de todos nós. Era famosa pelos seus doces, pelas suas empadinhas de legumes e por um sem-número de coisas saborosas que saíam do seu forno e cozinha.

Em frente, ficavam o bar e a casa lotérica do popular João Palmieri, italiano trabalhador, mas turrão, alto e gordo como Dom Paco. Ambos entraram em rivalidades. O italiano todas as manhãs colocava um quadro-negro na calçada, apoiado a um poste de luz e nele mandava escrever verrinas contra o espanhol. Uma delas, a mais freqüente, era o anúncio provocador: Temos limão galego. Do lado oposto, vinha o revide, uma alusão ao formato da cabeça do Palmieri, quase sempre a destilar suor gorduroso: Temos queijo parmesão!

O duelo dos quadros-negros evoluiu de tal forma que, certa manhã, os dois se encontraram num ruidoso ríffifi enchendo de alvoroço a Rua 14.

Dom Paco depois foi hoteleiro com o São Paulo Hotel e mais tarde buscou outras terras. Muitos anos decorridos, voltou e tentou o mesmo ramo, procurando ressuscitar a Confeitaria Delícia, mas faltava-lhe tudo, principalmente o vigor dos anos.

Um restaurante de primeiríssima, comida fina e variada, mormente de pratos baianos, foi o Jaú, de Aloísio Wanick. Mas

veio a Revolução de 30, Wanick virou revolucionário, integrou o séquito interventorial de cel. Antonino, que era meio governo e meio carnaval, uma farândula alegre, e lá se foi ruidosamente para Cuiabá. E o Jaú se acabou.

A Gruta Baiana, em prédio de Kalil Nabhan, era muito popular. Aberta noite e dia, sob a chefia do Artur Gruta, português, bom, liberal, nascido para o trabalho contínuo e nunca para ficar rico.

De proporções menores, também tradicional, o Bar Paulista, do grego Miguel Localho, outra criatura boa, alegre e correta.

Fina mesmo, elegante, foi a Confeitaria Phênix, do sergipano J. Gabriel de Macedo. Macedo fora contador de primeira plana. Trajava-se sempre com esmero. Já encanecido, sem as rutilâncias da mocidade, usava freqüentemente ternos de linho creme e gravata horizontal. Inteligente e polido, foi, com os anos, ficando irritadiço.

Uma tarde entrou na Phênix a senhora de um oficial, considerado no Exército e nos altos meios literários do país, escritor e poeta de relevo, com um livro de versos premiados pela Academia Brasileira de Letras. Acompanhavam-na duas filhas, moças bonitas e finas. Pediram sorvete e foram atendidas. A ilustre senhora, mato-grossense de boa cepa, tirou da bolsa o lornhão, de aros de ouro e cabo de marfim, e levou-o ao rosto. Uma das filhas também o fez. Macedo partiu como um raio sobre a mesa, arrebatando as taças.

– Por quê? – perguntou-lhe a senhora, completamente aturdida.

– Porque – respondeu-lhe Macedo – meu sorvete não tem micróbio para a senhora pesquisar!

Antes da Phênix, na junção das Ruas 14 e Rio Branco, hoje prédio de construção nova e onde funciona a Casa Garbo, existiu o Sitter, de um alemão de igual nome. Tudo ali era seleta, bombons, conservas, vinhos e fiambres. Depois mudou-se o Sitter para a Av. Calógeras, lugar inadequado para o ramo. Teve vida breve na sede nova, cedendo-a logo para a Casa de Saúde Arthur Jorge.

Nunca se poderia omitir o tradicionalíssimo Bar Bom Jardim, do grego Demétrio. De começo pequeno, gostoso, pitoresco, chão de areia, molhada constantemente para manter agradável frescor, e coberto de trepadeiras, era o Ramadinha.

Mas Demétrio, o grego bom, associou-se ao seu patrício André Diacopulos, de Aquidauana, dando ao Ramadinha novas proporções e novo nome. Essa casa, depois passou por muitos e muitos donos, guardou em suas paredes muitos gilvazes de bala e muitas histórias de crime.

O Cascatinha, do português Chico Amorim, não passava de um restaurante modesto, mas muito procurado e popular. Por quarenta anos serviu a cidade. O Chico Amorim, quando já entrado em anos, entregou o seu patrimônio e o seu coração para quem podia guardá-los. Desarvorado teve medo da vida e da vida desertou com uma fulminante dose de corrosivo. Hoje, médicos, odontólogos, brigadeiros e generais, estudantes do curso parcelado daqueles tempos, lembram-se com ternura daquele lusitano afável e meio boêmio, honesto e generoso.

Todos esses proprietários, como é óbvio, procuraram ganhar a vida, servir a si mesmos, mas também serviram à cidade, servindo àqueles que aqui moraram ou que por aqui passavam.

Árvores da cidade

Campo Grande, como nenhuma outra das suas irmãs mato-grossenses, adorna-se com o esplendor de muitas árvores, que vivem conosco há muitos anos e há muitos anos nos dão carícias e a beleza das suas verdes umbelas. Nos meses estivais, quando a névoa seca das queimadas envolve a cidade e dá-lhe cor cinza, de tédio e de tristeza, num revide elas se tornam mais verdes e cobrem-se mais de flores, flores cor de ouro dos paratudos, dos cambarás e das sibipirunas, mormente das flores rubras e lilases das primaveras.

A mais velha delas, lendária mesmo, foi aquela imensa e secular figueira da Rua 15, que noutros tempos abrigava casais de namorados e nunca foi inconfidente. As águas pluviais que desciam escachoantes, violentas, ameaçadoras pela Rua José Antônio, punham à mostra a nervura das suas raízes. Impávida, sobranceira, resistia à insidia da erosão, como se aguardasse socorro. Resistiu à fúria das águas, não resistiu aos golpes de machado, que impiedosamente homens lhe vibraram até matá-la. Teve a mesma sorte do velho cambará da Rua Sete. Este, porém, tinha fronde pequena, seca e atrofiada, tronco exangue de seiva e para sua desdita nascera em meio à via pública. Quando começaram a destruí-lo, o poeta Hugo Pereira do Vale, talvez ouvindo os seus clamores, veio acudi-lo. Alegou que sob suas franças, outrora verdes e fartas, brincaram crianças do seu tempo, primitivos moradores amarravam suas montarias ao seu tronco e carroceiros descansavam à sua sombra. Foram inúteis as românticas exortações do bardo à piedade dos homens. Resultaram, contudo, belas páginas de lirismo, aflitivas e enternecedoras, ao contrário da velha figueira que morreu, sem loas e ditirambos.

Há na Rua Antônio Maria Coelho, na casa conventual das Irmãzinhas Jesus Adolescente, um belíssimo paratudo. Antes que tivesse um muro a protegê-lo, durante cerca de quarenta anos, meu tio João Alfredo, que morava ao seu lado, cuidou da sua integridade. Nos meses caniculares desnuda-se de folhas e cobre-se todo de flores amarelas. Diferente dos seus irmãos, é alto, esguio e, quando florido, nem parece árvore, mas um gigantesco ramo de fulvas flores.

O jequitibá da Praça Ari Coelho, plantado em 1922, não ganhou porte alto e dominador, sequioso de receber nas alturas os beijos loiros do sol, mas o dr. Arlindo de Andrade, que o plantara, explicava-me que lhe faltara o espartilho verde da floresta.

Há nessa mesma praça um cabeça-de-negro, alto, fino, elegante como uma paineira imperial, mas de fuste liso, quase negro.

Porque me acaricia e dá-me ainda frutos e fragrâncias, tenho como particularmente belo o pequizeiro da minha pequena casa de campo nos arrabaldes da cidade. Agora, neste findar de outubro, lança flores ao chão, de lindo e suave amarelo, corolas de cinco pétalas e pistilos fartos e longos. Se a gente atenta bem, ouve o leve rumor da flor tocando o solo. Depois, a ciranda festiva das flores, impelidas pelo vento a rolar pelo chão. Na frutificação, o áureo e trescalante pomo, que se encobre e se esconde em verde popa, dá cor, sabor, perfume a uns mais típicos e deliciosos pratos da culinária norte-mato-grossense e ao famoso licor que traz o seu nome.

Verdade que mais úteis e materiais, que melhor acolhem e maiores galas vegetais dão à cidade, são aquelas aléias de *ficus* e ingazeiros da Av. Afonso Pena. Plantou-as inicialmente o dr. Arlindo de Andrade, que todas as manhãs, quando ainda tenras, ia afagar-lhes, entre as mãos, as folhas.

Dr. Vespasiano Martins, prefeito duas vezes do município, plantou muitas árvores. Quando arrancaram muitas delas ou lhes deram fortes podas, a conselho e com assistência de

agrônomos, aquilo lhe pareceu um vandalismo. Saiu do seu recesso de enfermo para defendê-las. Mas sua pena não estava mais acerada de ironia e contundente de agressividade como estivera noutros tempos. Estava sentimental e romântica, somente um ou outro lampejo de cólera. Quando viu troncos serrados e empilhados, cobertos pelas cabeleiras verdes das frondes, disse-me angustiado: – Não posso assistir, de braços cruzados, à degola de minhas filhas!

Contudo, a mais piedosa é aquela paineira que se ergue na Av. Calógeras, a caminho da nossa principal necrópole. Lança flocos ao chão, leves, brancos, talvez para suavizar o caminho daqueles que buscam o último repouso. Não menos bela a paineira da 4ª D.C. Pois na caserna também se ama o belo e se poupam suas árvores.

Dando características à cidade – e já lhe serviram de antonomásia – as primaveras rubras e lilases, lindas, coloridas, como alhures não há. Umas, disciplinadas pelo homem, crescem verticais, formam taças ou girassóis sanguíneos; outras, como odaliscas sensuais, deitam-se preguiçosas sobre latadas, como aquelas da pérgula da Praça da Liberdade.

Assim, como para o Poeta do Mar, velhos troncos riam no riso em flor das parasitas, a nossa cidade ri no riso festivo e rubro das suas buganvílias.

É possível tenham sido elas e não a terra vermelha de Campo Grande que deram ao bispo e poeta a impressão de que passara por aqui um aluvião de pétalas vermelhas ao sopro do pampeiro...

O jequitibá do dr. Arlindo

O dr. Arlindo de Andrade Gomes viveu intensamente a vida de Campo Grande, dès de 12 de maio de 1911, quando instalou a nossa comarca, até meio século depois, quando partiu para os cumes enevoados do Morumbi. Pernambucano, alto, magro, enxuto, fisicamente semelhante a Gandhi, tanto que os amigos o chamavam pelo apelido do grande líder hindu, inteligente, de vigoroso poder verbal, visionário e nacionalista ardente, amava e estudava mais Botânica que a Ciência do Direito. Fascinava-o tanto o mundo vegetal, que costumava dizer-me, abrasado de entusiasmo, que o homem modifica o aspecto físico da terra transformando a charneca no verde das searas não é apenas um homem, é um semideus. Sua imensa chácara, no coração da cidade, tinha foros de opulento jardim botânico e muitos exploradores de nossa flora, antes de internar-se nas nossas sertanias, iam vê-lo e consultá-lo na sua tebaida. Muitos sábios de Manguinhos lá estiveram. Nordestino, que presenciara as secas flageladoras da sua região comburida, deslumbrava-se com a chuva. “Ouro a cair do céu para a riqueza do homem” – emitindo esse conceito, deixava que ela o fustigasse.

Já tive em minha casa, da Rua 13 de Maio, uma elegante palmeira real, o mais alto e belo exemplar que viceja nos topos desta serra, que às palmáceas nosso clima não oferece condições de exuberância. Quando o dr. Arlindo a defrontava no seu tocante culto panteísta, tirava-lhe o chapéu e murmurava palavras que não se entendiam. Perguntei-lhe se realmente a saudava e o que lhe dizia. – Quando pela manhã a vejo – disse-me ele – tão verde, ereta e bela, não posso deixar de dizer-lhe: Bom dia, palmeira do Ulisses!

No dia 7 de setembro de 1922, com o Brasil todo a comemorar o primeiro século de nossa independência, plantou dois jequitibás na atual Praça Ari Coelho. Ele próprio os fora buscar na mata nativa. Trouxe um, atravessado no serigote de sua montada; Manuel Leite, seu secretário, o outro. Entrou na cidade alegre, festivo, gesticulante e triunfal. Como não tivesse bronze e mármore para um monumento escultórico, levantaria um monumento verde, com a mais gigantesca árvore das nossas selvas, a que se liberta das árvores circundantes para receber, nas alturas, os beijos fecundantes e loiros do sol.

Um exemplar cresceu e frondejou. Confidenciou-me que à noite quando ia à casa do dr. Eduardo Olímpio Machado, para tertúlias políticas e parceria de idéias, parava, contemplava-o embevecido e abraçava-o com ternura.

Mais para espicaçá-lo e receber, em revide, as cintilações do seu talento, perguntei-lhe por que seu jequitibá não ganhara altura, esguio, elegante e sôfrego das carícias do sol, mas se esgalhara, ficara uma matrona adiposa. Redargüiu-me logo, com relampejante vivacidade vocabular: – É porque falta ao meu jequitibá o espartilho verde da floresta!

Seu encantamento pelas árvores era constante. Foi ele, como prefeito, quem plantou os primeiros *ficus* e ingazeiros da imponente Av. Afonso Pena. Todas as manhãs ia vê-los e afagá-los, tomando-os entre as mãos. Decorridos quase cinquenta anos, contava Vespasiano Martins tê-lo surpreendido, muitas manhãs, nessa visita paternal.

Não há por que estranhar-se essas eclosões de romantismo. São próprias dos homens que têm um mundo de primaveras dentro de si mesmos. Martins Fontes amou a macieira que viu crescer e atingir a puberdade, com os encantos da primeira floração. Ficou noivo dela. Um dia vestiu-se a rigor e vestiu-a de níveo e esvoaçante véu para a celebração dos esponsais. Padrinhos, jornalistas, fotógrafos, homens de letras até representante consular assistiram à cena nos relvados de luxuoso hotel de Santos. Dizem as crônicas coevas que nada houve de burlesco, mas muito de enternecimento e de nobreza...

Quando eu passo pelo jequitibá do meu venerado amigo, que deu a Campo Grande sua mocidade, seus sonhos de idealista e as fulgurações do seu talento e hoje, aos noventa anos, vive embuçado nas mantilhas de névoas do Morumbi, vejo mais um símbolo, uma advertência aos moços. Ao jequitibá é preciso o espartilho verde da floresta e aos moços a luta, porque somente a luta enrijece o espírito para as grandes escaladas, dominadoras e triunfais.

Gloriosas casas

Campo Grande teve e tem augustas casas como a de D. Netta e de D. Emília – sobre as quais já escrevi enternecidas crônicas – e outras mais. Também esse velho casarão da Av. Afonso Pena, que até 23 de dezembro de 1969 serviu de abrigo ao nosso foro.

Fundara-se em 1918 a Sociedade Organizadora da Biblioteca Pública. Exatamente no ano em que a Lei (estadual) 772, de 17 de julho, elevava a vila à categoria de cidade. Para edificação da sede social a prefeitura do município, por intermédio do prefeito interventorial Rosário Congro, doara-lhe o terreno. O ato de liberalismo foi justo e fácil, pois Rosário Congro era homem fino e de cultura e pode ser considerado o primeiro historiador do município, em face do relatório que enviou ao Presidente do Estado, Dom Aquino Correia, rico de dados históricos. Ergue-se o prédio, opulenta dádiva à cidade que alvo-recia já com casa própria para dar livro ao povo.

Contudo, talvez por ser arrojo demais, a Sociedade não pôde pagar ao construtor Antônio Vendas, pioneiro de polpudos méritos, a derradeira prestação de três ou quatro contos de réis. Transferiu o prédio ao patrimônio da prefeitura sob a condição precípua, expressa em cláusula contratual, de esta manter a incipiente biblioteca. Pena tenha havido inadimplemento dessa condição, pois logo valiosos livros ficaram dispersos e passaram à propriedade de alheias mãos. A Sociedade e o prédio foram duas belas e avançadas iniciativas do dr. Jaime de Vasconcelos.

Por dilatado tempo o imóvel ficou praticamente sem uso. Como em 1924 não tivéssemos nem sequer um radioreceptor, ocorreu a um grupo de homens proeminentes a idéia de dotar

a cidade daquele maravilhoso aparelho. Naqueles tempos só Alexandre Wulffes dispunha de um rádio de galena, mas apenas os seus amigos mais chegados e as pessoas mais gradas tinham o privilégio de pô-lo ao ouvido. Os ruídos de estática eram ensurdecedores e de cem palavras lograva-se distinguir dez. Uma noite, o saudoso Vicente Solari, sócio da firma saladeirista Vasques & Cia., gritou eufórico para todos: – O charque aumentou quinhentos réis por arroba!

Na noite de Natal, daquele ano, criou-se o Rádio Clube, empossando-se a sua primeira diretoria, que tinha à sua frente o dr. Laurentino Chaves, juiz de direito da comarca. Os sócios do grêmio, todas as noites e sob o mesmo teto, ouviriam notícias do país e quem sabe de outros países e continentes. Seria o conagraçamento das famílias e o magistrado ainda objetivava desviar os moços da vida boêmia para os saraus elegantes e úteis. O aparelho foi adquirido após minuciosas confrontações de marcas, preços e referências. Mas os estrídulos enervantes, os desconsertos pelo manuseio de centenas de mãos, a falta de técnicos e de peças sobressalentes, tornaram-no logo imprestável.

Sucedeu que, quando se criou o clube, houve o propósito de fazê-lo fechado. Além da seleção muito rigorosa na admissão de sócios, as jóias eram proibitivas. Assisti a um presidente, laureado em Engenharia e mais tarde prefeito-interventor, duro, frio, impassível, quase cruel, humilhar um distinto comerciante, convidando-o a retirar-se porque o seu convite não fora formalizado pela diretoria, porém feito por um farmacêutico, embora consócio e muito estimado na cidade.

O Rádio somente não desapareceu nessa fase de impopularidade, porque passou a ser freqüentado, todas as tardes, por um grupo de homens de relevo. Uns, para jogo carteadado, leve, de preferência o *coucamlè*, mera distração para uma cidade balda de diversões. Pouquíssimos, vez por outra, aventuravam-se a paradas violentas. Uns eram simples *sapeadores*. Outros buscavam-no apenas para um bate-papo, um *relax* num fim de dia laborioso. Tornou-se um centro brilhante de palestras sobre literatura, jornalismo, arte e política. Era elegante, re-

finada, atraente sala de visitas da cidade. Fatos curiosíssimos ali se desenrolaram. Davam-lhe esplendor Nicolau e Ângelo Fragelli, Artur Jorge, Mariz Pinto e dr. Machado; o velho Afonso Rufino e o tab. Antônio Assunção; Elias Calarge, Ranulfo Correia e Clarindo Correia da Costa; João Akamine e muitos outros.

Quintanilha Braga depois construiu a sua nova sede, ampla, arquitetônica e funcional. Ele não envelhece, não se desatualiza, não fica à margem. Vive da sua tradição e das suas galas de hoje. Através dele se pode fazer a história viva e brilhante do nosso *grand monde*, história colorida, expressiva, cheia de belezas.

O velho e glorioso casarão passou à sede dos serviços forenses e legislativos. Por ali passaram grandes magistrados, que dignificariam qualquer pretório. Prolataram sentenças que honram os nossos anais jurídicos e atitudes tiveram de desassombro que os enaltecem. Memoráveis audiências e sessões do júri ressaltaram o porte intelectual dos nossos causídicos nas pelepas flamantes de oratória e destemor profissional.

Dias após a morte trágica de Argemiro de Arruda Fialho, orador que as águas revoltas do Aquidauana silenciaram para sempre, os nossos advogados, tendo à frente a figura sobremaneira marcante de Wilson Barbosa Martins, então presidente da Subseção da Ordem dos Advogados, numa das paredes da gloriosa Casa afixaram estas palavras esculpidas no mármore: AQUI EXERCEU A ADVOCACIA ARGEMIRO DE ARRUDA FIALHO. A grande adjetivação estava precisamente na falta aparente de adjetivação. Coube-me a honra de descerrar o pano que velava o mármore.

Humildes grandes funcionários honraram igualmente a velha Casa. João Santério, preto bom e honesto, porteiro dos auditórios, e o sagaz oficial de justiça Inácio Augusto do Nascimento chegaram a funcionar nela. Davino Brás Gomes e Otávio Silva serviram-na dedicadamente. Bento Carlos de Mendonça, avaliador, inteligente, sensato, maneiroso e belo *causeur* foi substituído pelo meu tio Antônio Barbato, que passou a ser uma das figuras mais queridas, respeitadas e marcan-

tes do nosso foro. Anísio Ribeiro, alto, magro, de malares salientes, gaúcho bom, amenizava o ambiente com suas *boutades* e seus versos. Alfabetizou-se, sem professor, já homem feito. No entanto, tem originais de uma interessante monografia sobre o sul-mato-grossense e de sua autobiografia. Esta é pitoresca, atraente; revela uma inteligência não-polida mas exuberante.

É no foro que eclodem todas as paixões em busca de humanas soluções. Do argentário alucinado pelos bens materiais à mãe que defende leoninamente para si a guarda do filho. Eis por que cintilações de talento e mesmo *boutades* adoçam os nervos esfrangalhados ao fim do dia pelas emoções.

Ali atuaram promotores que se agigantaram. Serviram escritvães que não se divorciaram das normas irreprocháveis de conduta dos saudosos Eduardo dos Santos Pereira e Francisco Serra.

A Câmara Municipal deu à velha Casa dias de gala, reuniões marcadas de civismo e de alta compostura política. Formaram a primeira, após o Estado Novo, Artur D'Ávila Filho, Artur Dias de Vasconcelos, Paulo Coelho Machado, Pedro Roma, Demóstenes Martins, Mário Carrato, José Fa-bilino e Ulisses Serra. Os vereadores eram sóbrios nos gastos, trabalhavam num ambiente de desconforto em benefício da poupança ao erário; primavam pela absoluta freqüência e desaceitaram subsídios.

A Casa sonhada por Jaime de Vasconcelos, se deixou de ser a Casa do livro, foi abrigo da sociedade no seu refinamento social, a Casa da Lei e a Casa da Justiça. Teve, pois gloriosa predestinação.

Boiadeiros, caudilhos e coronéis

Eis aí um tema opulento e sedutor à espera de uma pena. Caudilhos, não na expressão pejorativa, mas caudilhos da lei, da ordem e até da liberdade. Homens destemidos que nestas imensas planuras substituíram ou complementavam a ação do poder público. Os coronéis surgiram também com imperativo natural da nossa formação política e social. Desapareceram espontânea e paulatinamente quando esse imperativo passou a inexistir. No cortejo fúnebre que conduziu à tumba o honrado cel. Américo Carlos da Costa, Nicolau Fragelli, seu adversário político, mas admirador das suas virtudes, teve esta exclamação pungida: – Enterramos hoje o nosso último coronel. É de ressaltar-se que os nossos coronéis não foram draconianos, de baração e de cutelo, senhores da liberdade e da vida de seus antagonistas. Foram peças indispensáveis do nosso arcabouço político e social de outrora.

Há mais de trintas anos, num 26 de agosto, o dr. Eduardo Olímpio Machado pronunciou uma amena e brilhante conferência sobre nosso passado, no Sindicato dos Criadores. Foi um *flash* a assinalar uma época. Contou que vieram a Campo Grande, num mesmo grupo, três baianos. Ele, o dr. Bártolo Dantas, juiz de direito da comarca de Nioaque, da qual a nossa povoação era termo, e o médico dr. Alfredo de Castro, hospedando-se todos numa pensão de pisos e paredes de largas e toscas tábuas, que se erguia na confluência das Ruas 15 de Novembro e atual Rui Barbosa, há pouco demolida. Correu pela vila que o magistrado viera processar criminosos de morte. À noite, à porta da hospedaria, e até ao amanhecer, marginais descarregaram repetidamente suas armas a esmo ou dentro

da própria casa. De manhã, o cel. Sebastião da Costa Lima procurou o juiz; levava consigo uns vintes capangas, mal-encarados, portando as mais diversas armas, afrontosamente à mostra. A cabraria encostou as carabinas à parede enquanto o chefe parlamentava. Era um homem de pouca fala, olhos pequenos, azuis, faiscantes e duros. Demorou-se pouco. No dia seguinte inquiriu ao dr. Machado:

– Doutor, o juiz gostou?

– Ora, coronel, como poderia ter gostado, se o senhor o foi ameaçar!

– Mas, dr. Machado, eu fui oferecer-lhe garantias de vida...

Era o caudilho ao serviço da lei. O diálogo é que fora muito superficial e lacônico.

Os boiadeiros tiveram igualmente ação benéfica e fecunda, comprando bois e tangendo boiadas; davam curso à riqueza e ajudavam a civilização penetrar nestes chapadões nos cascos dos bois e nas patas dos seus cavalos. Se a nossa região fosse montanhosa essa penetração teria sido mais lenta, mais trabalhosa e mais cara.

Uma conversa com Alexandre Tognini, há anos, foi uma foto daqueles tempos. Lá por 1915, seu pai, o velho Carrara, recém-chegado da Itália, ampliava o prédio da Prefeitura.

Numa manhã foi ao quarto apanhar suas ferramentas de trabalho e o encontrou repleto de carabinas, trabucos e facões. Assustado, perguntou a Manuel Leite da Silva, eficiente secretário, que o arguto cel. Bernardo Franco Baís descobrira em Aquidauana e em boa hora o trouxe para exercício daquele cargo: – Per chè questo?

E o cuiabano leptossomático e calmo, acostumado àquele ambiente, respondeu-lhe fleugmáticamente:

– Não é nada, não é nada, Siô Carrara, é que amanhã nós vamos ter eleições...

Pouco a pouco, e depois rapidamente, muito mais que em outros Estados, nos politizamos e eleição hoje para nós é

feira cívica. Mas em 1934, inconformados com a derrota de 32, organizamos o Partido da Mocidade, que cresceu, ficou aguerrido e desafiador. Foi a primeira agremiação político-partidária depois de 30. O interventor federal, dr. Leônidas de Matos, era homem sereno, reto e poeta romântico. Contudo, queríamos lutar pois todo moço tem um pouco de Gravoche, Dom Quixote e Bayard.

O partido instalou-se na Rua 14. Depois transferiu-se para a Rua 13, na ampla casa onde fora a Alfaiataria Curi. Dirigiram-no sucessivamente: Arquimedes Pereira Lima, brilhante coestadano, que viria a exercer aqui e fora do Estado cargos de relevo, compatíveis com sua cultura e probidade; Péricles Maciel Monteiro, odontólogo e professor de Humanidades, inteligente e probo e que até morrer teria n'alma um mundo de primaveras e doçuras de crianças; e Tomás Pereira, oficial do Exército, hoje médico de vasta clientela e agalardado com o título de Cidadão da Guanabara.

Matreiras raposas políticas sorrateiramente se infiltraram na nossa jovem agremiação e tentaram levá-la para o Palácio Alencastro. Uma noite nossa reunião foi muito acalorada. De repente, surgem, de uma sala ao lado, o Lima, gauchão robusto, vozeirão retumbante, ex-oficial do famoso caudilho cel. Gomes, P. Duprat e o major Urbino. Este fazia seu revólver relampaguear na cinta e aqueles os traziam na mão, gesticulando, urrando, tropejando ameaças. Lima, o mais valente, aponta a arma e ruge: – É aquele mocinho! Justamente no instante de acionar o gatilho para ceifar uma vida, contorceu-se todo e pendeu-lhe o braço adormecido. Desequilíbrioou-se, caiu pesadamente no solo.

Desarmados e desprevenidos, houve pânico entre nós e procuramos socorro na casa ao lado, de minha mãe. Todos éramos mocinhos, todos discutíamos com veemência e todos nos julgávamos o alvo da cólera e do trabuco do ex-oficial. Passada a aura, já recomposto, explicou: Era o Abel! Era o Abel!...

Trinta e seis anos já passaram na voragem estonteante do tempo! E eu sempre a reencontrar-me com Abel nas mes-

mas trincheiras cívicas. Os anos não lhe vergaram a inflexibilidade da espinha dorsal, nem lhe alquebraram o denodado espírito público e o destemor no defender os interesses coletivos. É o mesmo mocinho de 34!

A morte do seresteiro

Meus amigos Plínio Martins, Gabura e Gamba incentivam-me a escrever a história do crime em Campo Grande. Pretendo um dia fazê-lo.

De todos os crimes que sei, colhidos de oitiva, lidos nas gazetas e nos processos criminais, o que mais me feriu a sensibilidade, embora sem repercussão e dramaticidade, mas em parte assistido por mim, foi o assassinio de Nenê Guató. De boa família corumbaense, veio ele para Campo Grande, em 23 ou 24, abrigando-se na casa generosa e alegre dos irmãos Rabelo, situada numa ponta de lança, ou seja, na junção das Ruas 13 e 14, no ermo e perigoso bairro do Cascudo, quartel-general de celerados. Hoje, o Cascudo ostenta igrejas, educandários religiosos, clubes e mansões e à sua entrada museu, faculdades de Direito e Filosofia, tanto que Dom Orlando, quando abençoou o Grupo Escolar Nicolau Fragelli, chamou-o de bairro santo e propôs se lhe trocasse o nome pelo de São Francisco.

Nenê era tarraco, abugrado, descuidado com a roupa e consigo mesmo, trazendo a camisa sempre aberta, mostrando o peito bronzeado e forte. Todas as noites passava pela nossa casa, na Rua Antônio Maria Coelho, rumo à casa amiga que o acolhera. Seresteiro solitário e triste, sempre a cantar sua canção predileta, fundo musical da sua alma vadia. Nostálgicos e plangentes não eram propriamente os versos, mas a melodia que se espraiava no silêncio da noite como dorida litania e murmúrios do mar.

Chuí, chuí e as águas rolavam
para as ondas do mar...
chuí, chuí....

Deram ao boêmio o cargo de aprisionador de animais soltos nas vias públicas. Pegava-os e encerrava-os no curral do concelho, designação curiosa que vem de longe, das Ordenações Manuelinas, arcaizada, cheia de mofo dos anos e que ainda se enraíza nos códigos de posturas e nos editais de burgos nascentes. Exercer essa função naqueles tempos tumultuosos era trazer-se no bolso o atestado do próprio óbito. Quando deram a Nenê o seu título de nomeação, deram-lhe, concomitantemente, o da sua própria morte. E ele, ingênuo como todos os boêmios, não o sabia.

Igualmente passava pela nossa casa, todos os dias, trepado na sua carroça, o Artur Carroceiro, pernambucano de estatura média, forte, bem entroncado, de olhos verdes e fossas nasais desmesuradamente abertas. Antes de residir em Campo Grande, residira em Corumbá, trazendo e levando contrabandos, com tropas de burro e guarda-costas. Não os trazia dali, de Porto Soares, mas de longe, de Santa Cruz de La Sierra, troteando com guardas aduaneiros, policiais e salteadores, esquivando-se e agredindo, ferindo e matando, fascinado pela vida aventureira.

Dois ou três dias depois de empossado, Nenê apreendeu um animal de carroça. O cancioneiro não tinha anjo da guarda ou tinha e fez gazeta, foi brincar no céu de ciranda-cirandinha, senão tê-lo-ia advertido: Nenê, esse cavalo, não! E do Artur Carroceiro...

Minha rua, de dia era aureolada do sol, bonita, alegre, buliçosa com a algazarra dos garotos e o vaivém das carroças madrugadoras dos afanosos japoneses a enceleirar provisões. Quando o dia fugia, era deserta, lóbrega, escura e ameaçadora. Em frente à minha casa havia um poste de guatambu, protegido por dois moirões da aroeira, que chegou a servir de tocaia, e, mais adiante, um *lixeiro*, com alentado pé de cumbaru, onde um bandido por vários dias atocaiou, em vão, a sua pretensa vítima. Desse ponto mesmo, numa noite, partiram os assassinos do uberabense que fundou o Rio Branco, um dos nossos cinemas pioneiros.

Certa noite, a desoras, não vi Nenê passar. Ouvi, entretanto, a sua voz, aveludada e morna, na sua canção favorita.

Chuí, chuá... e as águas rolavam
para as ondas do mar... Chuá, chuá...

Se a melodia era triste, mais triste a voz do cantor. Simples, ingênuo, mergulhado em devaneios, talvez em saudade, continuava a cantar, a caminho da morte, a identificar-se para seu algoz, que tinha o acumpliciamento do manto negro da noite. Nem da terra, nem da abóbada infinita, cheia de estrelas e de astros, de murmúrios e de mistérios, partiu um grito: – Volta, Nenê. O Artur está de tocaia!

Súbito um estampido. Mais dois. Espaçados, cronometrados, indicando que quem os deflagrava era o senhor dos seus nervos e da vida da sua vítima. Calou-se a voz. Cessaram os estampidos. Sobreveio um silêncio espesso, prolongado, amortalhando o morto. Na manhã seguinte o corpo de Nenê Guató estava de borco na Rua 13, na grama fria, molhada de orvalho e empapada de sangue. Calara para sempre a voz do cancioneiro solitário e triste, ingênuo como todos os moços.

Há poucos meses encontrei-me com Artur Carroceiro. Ainda está forte, sólido, pupilas sem névoas e reações prontas. Não me contive e perguntei-lhe de chofre: – Artur, por que você matou Nenê? – Não foi eu, não. *Foro* os baianos. Fui preso, processado e *sorto!*...

* * *

Hoje, mais de quarenta anos depois, noites há que perigo o passado. Volto à minha rua, vejo o vulto do cancioneiro no negrume da noite e aos meus ouvidos ressoa a sua voz plena, plangente e cheia de mágoas:

Chuí, chuá... e as águas rolavam
cheias de mágoas, para as ondas do mar.

Uma preta, um italiano e um búlgaro

Estamos na época dos festivais. Um deles, o da cerveja, quando bebedores testam sua capacidade de ingestão alcoólica. Na década da vinte tivemos na Baixada, como se chamava a Rua 14 nas proximidades do vale da Maracaju, dois curiosos bebedores da loura e espumante bebida, conquanto não fossem, a rigor, afeiçoados ao álcool. Um era o Zambelli, italiano corpulento, olhos azuis, sempre de colete, terno cáqui ou esverdeado e chapéu de abas largas. Tinha um modo peculiar de fixar o seu interlocutor. Punha-lhe em cima um olhar parado como se o animasse a falar e dele ainda esperasse uma conclusão. Mensalmente fazia o seu relatório de agente da Singer; quebrava, então, o seu condicionamento. À noitinha começava o seu trabalho e o terminava pela madrugada. Durante o serão ingeria uma caixa inteira de cerveja, de quarenta e oito garrafas, ou seja, aproximadamente duzentos copos! Tomava a cautela de bebê-la na temperatura ambiente para preservar-se de complicações respiratórias. Não pôde, entretanto, resguardar-se da terrível diabete que lhe minou o organismo e o deixou à mercê da moléstia que o fulminou. E lá se foi um excelente membro da cultura italiana, antigamente numerosa e abastada com os Giordano (José e Francisco), os Moliterno, os Cândia, os Lomônaco os Sarubi, Lacava, Carmelo, Brás Nicodemo, Ascânio Boni, o velho Petrela (indefectível orador do Trianon) e os Patta. E muitos outros ainda. Vivo, felizmente, o grande hotelheiro Emílio Giugni, que foi o estimulador da grande hotelaria em Campo Grande.

Damiana, uma preta alegre, disposta, pesando mais de cem quilos. Sua pensão era freqüentadíssima, marcando-se

pela excelente comida fornecida em marmitas ou à mesa. Quando lhe faltava cozinheira, enfrentava o fogão de material e à lenha, de crepitantes e ardentes labaredas. Para amenizar o calor e a fadiga mexia as panelas, temperava guisados e avivava o fogo sentada numa caixa de cerveja e, pouco a pouco, ia dela tirando uma garrafa após a outra, sorvendo-as com evidente delícia. Quando terminava o jantar havia ingerido o último copo e empatado com o Zambelli. Naqueles tempos de moeda valorizada e estável uma caixa de cerveja hamburguesa custava apenas oitenta e cinco mil-réis, ou seja, oitenta e cinco centavos atuais e ainda se aproveitavam as garrafas e a caixa de madeira.

Há cinco anos vi Damiana transitar pelo nosso aeroporto. Identifiquei-a logo, pois quarenta anos não a devastaram. Ela sim não me reconheceu. Longe estava de encontrar em mim aquele rapazinho esguio, ligeiro, de cabelos fartos, dos quais emergia feito um rodaminho, do lado direito, bem perto da testa, eriçado como tapete de galo-campina, rebelde ao pente, à escova e à Glostora. Contou-me, sem bravatas, que enriquecera em Goiás. Não precisava dizê-lo. Diziam-no ostensivamente seus vistosos balangandãs, suas pulseiras, seus colares e seus anéis de ouro maciço e de lei e os brilhantes que rutilavam nos seus dedos formando pequenos incêndios azuis sobre o dorso negro das mãos. Vendo-a, um amigo perguntou-me à sorrelfa: – Quem é essa joalheria ambulante?

Era apenas uma mulher simples, que trabalhava e vendera, que sabiamente não sacrificara o futuro em benefício do presente dissipando os frutos do seu árduo labor, nem sacrificara o presente em favor do futuro, ameahando com sovinice.

O alto-falante do aeroporto chamava-a para seu avião. E lá se foi a Damiana a balançar as largas ancas e os fartos seios sob as cintilações das suas espalhafatosas jóias, mormente daqueles brilhantes de faísca azuis, que resplandeciam nas suas mãos de ébano. Levava consigo sem o saber – nem lhe importaria saber – o meu respeito pelo seu passado de longas lutas, culminadas naquelas cintilantes jóias!

Em frente à farmácia do Nhozinho e ao lado da pensão da Damiana, ficava o bolicho do Cristo Mariano, búlgaro cinquentão, calado, pesado, lento, de sobranceiras pretas, grossas, encontradas, de olhar vago, parado, inexpressivo. Vivia só. Honesto e bom, mas de poucos amigos. Napoleão Chastel, corumbaense; Nhozinho, paulista de Batatais e farmacêutico; Edmundo Arlindo de Matos, escrivão da Justiça Militar e o engenheiro-agrônomo Adildo de Matos eram os boêmios que o frequentavam assiduamente. Adildo era poeta de bons versos, brilhante e intemperante dês dos tempos de ginásiano, filho de Flávio de Matos, homem fino, intelectual e guarda-livros de alta plana, uma das vítimas da célebre chacina da baía do Garcês, nos pantanais do rio Cuiabá. Vendo chegar o seu momento extremo, tentou comprar a vida, oferecendo ao seu algoz o belo brilhante que refulgia no seu anular direito. O bandido frio, cruel, irônico, mas lógico, retrucou-lhe: – Pra quê? Já é meu... E de um golpe de facão decepou-lhe o dedo onde fulgurava a jóia!

Numa manhã chuvosa e lamacenta o búlgaro morreu. Aqueles boêmios deviam favores, deviam-lhe as ceias improvisadas e as infusões de cascas de frutas e de raízes diversas. Bebiam, não que gostassem de álcool, mas porque as raízes lhes faziam bem, estomacais como eram... Todos foram levar o búlgaro à necrópole de Santo Antônio, no mais pitoresco cortejo fúnebre que a Rua 14 já presenciou. Como não tivessem uma cruz ou uma placa a assinalar-lhe a sepultura, resolveram, então, marcá-la de uma maneira singular. Colocaram-lhe a última garrafa que haviam secado, com o rótulo indicativo: Aguardente engarrafada por Cristo Mariano.

Um marco efêmero. Tudo na vida é efêmero. É frágil e vai para o anonimato amortalhado pelos meses, pelos anos ou pelos séculos. Face ao infinito encadeamento das gerações, a vida não chega a ser nem um relâmpago frente à eternidade. Ora, efêmero por efêmero, aquela garrafa servia e aquele rótulo era um expressivo epitáfio...

Vendetta Corsa

Terremoto, lavas vulcânicas em fúria, inundações ou vendavais, ou outro cataclismo, não flagela tanto como a bota do invasor, que além da destruição e da morte traz o opróbrio. Corumbá sofreu esse martírio.

Os defensores de Coimbra refluíram para Corumbá, na impossibilidade de prosseguirem na resistência desesperada e heróica ao assédio de quatro mil guaranis e cinquenta e uma peças de fogo sob o comando de Barrios.

A chegada desses autênticos heróis e as notícias alarmantes levaram o terror à vila. Há duas forças desordenadas de difícil controle: a ira das multidões rebeladas e o pânico. Este desorientou a população. A resistência seria inútil suicídio. Camisão propunha guerrilhas na morraria de Albuquerque. É de notar-se que não teriam bases de suprimentos e que a guarnição local se compunha apenas do grosso do 2º Batalhão de Artilharia, arma totalmente inadequada para esse tipo de guerra rápido, de surpresas, de avanços e de recuos.

O abandono da praça não foi tomado por decisão individual do seu comandante Carlos Augusto de Oliveira, mas em conselhos de oficiais. As críticas acerbas que os historiadores fazem ao seu pundonor militar e os termos enxovalhantes do decreto que o destituiu do comando das armas carecem de revisão perante a História. Muitos dos canhões, dos soldados e oficiais que deixaram Corumbá puderam depois fortificar Melgaço e voltar para a epopéia da Retomada. O próprio Camisão viria a cobrir-se de glórias na Retirada de Laguna, onde não se perderam bandeiras e canhões, muito menos a honra.

No dia 2 de janeiro de 1865, com o inimigo às portas, operou-se a retirada, tendo o ten. Oliveira Melo, herói da luta em Coimbra, dominado o descontrole da população e iniciado a penosa marcha pelos pantanais, chegando triunfalmente a Cuiabá no dia 30 de abril, com 479 pessoas entre homens, mulheres e crianças.

No dia da retirada, Melo pretendeu atear fogo ao paiol de pólvora localizado na parte ocidental da vila. Meu avô, Francisco Barbato, ponderou-lhe sobre o perigo da medida, talvez de catástrofe para os que ficavam, na maioria estrangeiros. Obrigou-se a destruí-lo. Horas depois, Melo retornou e já o encontrou, com alguns homens que recrutara, jogando-a toda às águas do rio.

Os paraguaios entraram pelo sul, em colunas de dois. Sua vanguarda se compunha de encarcerados de Assunção, seminus, cobertos somente de xiripá feito de sacos de sarapieira, cansados, sedentos, castigados pela marcha e pela soalheira. Pediam desordenadamente água, água, água. Solícitos, tomados de temor, meus avós passaram a tirar água límpida e fresca do algibe e a dessedentá-los. Nisto surgiu um oficial montado a cavalo, de rebenque em punho, descompondo uns e chicoteando outros, advertindo-os que entravam numa praça inimiga e aquela água podia estar envenenada. Violentemente arrebatou os baldes das mãos dos meus avós.

O saque e todas as atrocidades que acompanham a guerra caíram sobre a inerme Corumbá. Apenas os livros da paróquia não foram destruídos pelo invasor, como hoje se afirma. Levaram-nos os retirantes. Cessado o logo conflito e libertado Frei Mariano de Bagnaia do seu doloroso cativeiro, por ordem de Dom Cirilo, ele os reconstituiu como pôde. Em 1920, quando Dom José Maurício da Rocha, recém-empossado no governo da diocese, foi visitar o Arcebispado de Cuiabá, recebeu esses livros, com os seus preciosos registros de casamentos e batismos, das mãos de Dom Carlos Luís d'Amour e por sua vez Dom Maurício os entregou ao estudioso e devotado Pe. Hipólito Chovelon, francês que por meio século amou e serviu devo-

tadamente à Igreja, à Ordem Salesiana e ao Brasil e ele os deixou na Candelária. Esses preciosos livros de registros não foram, pois, destruídos mas extraviados.

Uma semana após a invasão, juntamente com os outros estrangeiros, Barbato, sua abnegada e heróica companheira e seus dois filhos João, de seis anos de idade, e Afonso, de cinco, seguiram prisioneiros para Assunção, para seu demorado e atroz cativo. Quando chegaram à capital inimiga já havia partido o vapor que a Itália mandara para repatriamento dos seus súbitos. Só restava o da França, que Barbato não podia dele valer-se, tanto mais que nutria o propósito de retornar à terra mato-grossense, devolver-lhe seus dois filhos e recomeçar a vida tragicamente interrompida. Mas Barbato não podia nunca prever de como seria extenso e amargo o seu infortúnio.

J. F. Masterman, cirurgião, professor de Medicina e farmacêutico militar, inglês a serviço de Lopes, conta no seu famoso livro, SETE ANOS DE AVENTURA NO PARAGUAI, como foi cruel esse cativo. Referindo-se às atrocidades cometidas em Corumbá, diz ele a certa altura: – “... outros foram açoi-tados ou fuzilados. Dois filhos do Barão da Vila Maria foram degolados por querer escapar-se; seu pai deveu a vida à ligeireza do seu cavalo. Depois de uma penosa viagem chegou ao Rio de Janeiro são e salvo, levando a notícia de que o Brasil perdera uma das suas mais ricas províncias.”

E mais: “Foram feitos prisioneiros todos os estrangeiros que caíram em suas mãos (refere-se a Lopez) e levados para Assunção, depois de roubados em tudo o que tinham. Eram principalmente alemães, italianos e franceses. Vi muitos infelizes que semanas antes haviam sido ricos comerciantes ou proprietários, trabalhando de peões ou mendigando seu pão pelas ruas.”

É longo e doloroso o relato que esse e outros autores fazem das atrocidades sofridas pelos prisioneiros e pelos próprios paraguaios acusados de espionagem, delação, fadiga e deserção. Os irmãos e irmãs do tirano foram submetidos a depoimentos que se tornaram por si sós duríssimos castigos.

Inocência, uma delas, já nas Cordilheiras, tentou pôr uma brasa na própria boca, para dilacerá-la, e seus inquisidores não prosseguiram a supliciá-la com intermináveis interrogatórios. A mãe de Lopez, depois de submetida a cinco dias de perguntas inquisitoriais, tentou fugir do quarto em que fora confinada. É o próprio Silvestre Aveiro, secretário de Lopez, que relata a cena abordo da canhoeira Yguatemy: “Sufrió algunos empujones y golpes de mano, asi como quando no queira estar em pié, y se sentaba o se dejaba caer em tierra, em cuyas ocasiones se le hacia levantar forzadamente. Como no atento a nadie y entonces le dé quatro golpes de sable, no tan fuertes , con que se sujetó, diciendo solamente: porque me tratan asi?”

Depois desses depoimentos insuspeitos nem se precisa evocar o de Frei Mariano, preso em Miranda, que sofreu incríveis torturas e vexames e viu os sofridos pelos seus companheiros de infortúnio.

Obviamente Barbato e os seus também sofreram padecimentos, inclusive os de peregrinar de cidade em cidade, de povoado em povoado, sem parar nunca. Um dia Barbato e dois italianos mais, recolhidos a um xadrez, perceberam que seriam passados pelas armas. No momento em que apenas uma única sentinela os rondava, um deles, por detrás, vibrou-lhe, com o tacão da bota, violenta pancada na cabeça e o outro, o apunhalou. Fugiram sem rumo, e sem esperança de sobrevivência. Mal haviam vencido as primeiras léguas de caminhadas, deram com uma tropa acantonada. Minha avó, espavorida, gritou: – Os paraguaios, os paraguaios, Francisco! Seria a morte deles. Mas eram as forças de Conde d’Eu; isso que valeu o saciamento da fome, a vida e a liberdade.

Antes da iniciada sua via-crúcis pelo interior, meu avô entregou ao cônsul italiano, em Assunção, as jóias de família que minha avó, usando de mil e um ardis, conseguira esconder. Não seriam mais usadas como adorno, mais transformada em alimento, em roupas, em medicamentos, talvez num começo de vida, quando voltassem a Corumbá. Depositou-as confiantemente, como se depositasse em sagradas mãos, mão daquele

que representava sua maravilhosa Itália. Generoso, de profunda boa-fé, Barbato, contudo era um homem arrebatado, fácil de acalorar-se. Acolhia sempre fraternalmente os patrícios, dava-lhes toda a ajuda que lhes podia dar.

Cessada a luta, prestes o seu regresso, foi buscar as suas jóias. Perplexo, aturdido, ouviu o seu cônsul, o representante de sua Pátria, negar-se tê-las recebido. Nova negativa, agora ríspida, desabusada, afrontosa. Cinco anos de desgraça não lhe abateram o ânimo; tomado de cólera, encerrou a discussão com está terrível ameaça: – Você morrerá no meu punhal. Traidor da Itália!

Vários dias depois, aquele que roubou Barbato e traiu a Itália foi a Montevideú. Mal saltou no cais, recebeu uma punhalada. O agressor deixou-lhe cravada no peito a lâmina assassina. No aço estava inscrita a sentença de morte: – *Mouri traitore dell'Italia*. Moribundo, ainda pôde dizer ao policial que veio ao seu socorro: foi Francisco Barbato!

Parentes e simples homônimos do meu avô foram levados a depor e alguns detidos. Nesse dia, entretanto, ele já arrepiava as águas do imponente e caudaloso Paraguai, já bem próximo da sua Corumbá. Se houvesse sido agarrado, com tantas circunstâncias a incriminá-lo, na longa e tenebrosa história dos erros judiciais, mais um só se somaria. Não fora nem sequer autor intelectual do assassinio. Outros patrícios também lesados pela infidelidade do agente peninsular ouviram ou souberam daquelas palavras de arrebatamento.

Barbato encontrou todo o seu patrimônio destruído. A própria Corumbá fora arrasada por um vendaval humano. Antes, como nos informa Severiano da Fonseca, em VIAGEM AO REDOR DO BRASIL, fora planejada de maneira que as casas residenciais ficassem em meio ao terreno, cercadas de canteiros e de flores, protegida dos rigores caniculares. O projeto, segundo o pesquisador de história Pe. Wanir César, é de autoria do engenheiro Niemayer, avô do famoso arquiteto de Brasília.

Meus avós, sobre escombros, iam restaurar o nosso lar.

Padeiro romântico

Enclausurada por léguas de sertão, Campo Grande, povoado trepidamente, atraía forasteiros de todas as partes e apresentava elevado índice de criminalidade.

Tanto que Vespasiano Martins, numa deliciosa palestra proferida em 1943, no Rotary e por ocasião do 26 de Agosto, contou: “Menino ainda, na Fazenda Campeiro, onde nasci, ouvia, muitas vezes, minha mãe perguntar ao viandante que daqui procedia: – Quem mataram por último em Campo Grande? Sempre vinha a notícia não de um crime, mas de um rosário deles.”

Quando um homem morria não se perguntava de quê, porém, quem o matou. E era legenda de guerra, entre os caboclos valentes, que homem não morre na cama, morre de botina.

Historiadores como Emílio Barbosa e criminalistas como Paulo Coelho Machado explicam bem esse fenômeno social. Por isso, um estampido, ou um grito dentro da noite, ecoava sinistramente com um aviso soturno de desgraça. À noite as esposas e as mães insones e aflitas só se aquietavam quando o esposo, ou o filho, batia à porta a anunciar que chegara. Raras as manhãs em que um, dois ou três cadáveres não tarjavam de luto o vermelho das estradas e das ruas. Esse clima de insegurança e apreensões perdurou por vários anos, indo mesmo muito além do ciclo civilizador da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Assim, em 1916, de permeio com o bramido do baco-marte dos Cabra Velho e Chico Preto, um italianinho, natural de Aieta, de olhos entre o azul e o verde, de cabelos entre o castanho e o loiro, punha notas de lirismo na poesia dos madru-

gadas. Entregava pão e tocava flauta. Nas antemanhãs chuvosas ou enluaradas, ouvia-se, ao longe, a sua carrocinha que vinha anunciada pelos acordes da sua flauta, que chegavam primeiro que o ruído dos guizos do arreio, do tropel do animal e das rodas. Às canções napolitanas, às barcarolas venezianas e às coplas calabresas preferia as nossas valsas, lentas e amarguradas, que talvez melhor se mesclassem com o perfume da guavira e o escarlate das ruas. Parava de casa em casa. Depois, pouco a pouco, a carrocinha se afastava, levando o garoto e sua flauta. Perdiam-se na distância e no lusco-fusco da aurora, entre vultos embuçados na penumbra. Teria medo? Tocava como aquele que canta ou assobia para sentir a companhia de si mesmo? Não. Ele tinha alma de artista e o artista não prevê, nem acredita na maldade dos homens, por isso não a teme. É apenas, como disse Itúrbides Serra, ao comentar SONOMETRIA E MÚSICA, do aureolado paranaense Benedito Nicolau dos Santos, um suicida das suas próprias emoções.

Mas ao abrigo de muitos tetos e sob o afago morno de lençóis, muitos corações de mulher ouviram aquelas melodias, compreenderam-lhes as mensagens e temeram pela sorte do cancionista descuidado.

Italianinho, mais tarde, de traje esporte ou a rigor, foi nota de elegância em nossos salões e figura marcante nos tríduos carnavalescos, metendo-se nas furiosas batalhas de serpentinas e confetes ou comandando carros alegóricos.

Hoje, avô, de cabelos que não são mais loiros nem castanhos, mas manchas de geadas, constrói imponente mansão de linhas eurítmicas, tão belas quanto arrojadas, por ele próprio projetada, futura atração turística da cidade.

Do seu teto, da sua sala de música, vão pender e refletir lustres de cristais e do seu piso a beleza do mármore. Mas as horas mais poéticas que viveu e as mensagens mais líricas da sua flauta foram quando sentia o manto aveludado da noite, recebia o beijo das madrugadas e sentia n'alma o borbulhar dos sonhos e era o mais original, o mais romântico *fornaretto* que o mundo conheceu.

Discurso do velho capitão

Numa das suas deliciosas crônicas, o colunista Al Richt, do CORREIO DA MANHÃ, observou que, somente no Senado, Assis Chateaubriand aprendeu a falar em público, para tornar-se um dos maiores parlamentares de todos os tempos.

Lembro-me do fato ocorrido, aqui, que corrobora essa observação. Inaugurou-se, no dia 2 de maio de 1937, a agência do Banco do Estado de São Paulo, de Campo Grande. Fato expressivo para as nossas classes produtoras, carecedoras de casas de crédito, pois só contavam com o Banco do Brasil, assim mesmo sem as suas atuais carteiras de crédito agrícola e industrial, operando a curto prazo, a juros elevados e sob garantia de títulos promissórios, apesar de forrado de fortes privilégios.

Para comemorar o fato e homenagear os banqueiros que vieram dar-lhe relevo, oferecemos-lhe um banquete no Hotel Colombo, a casa de Emílio Giugni. À última hora, faltaram lugares à grande mesa em forma de U. Arrumou-se às pressas uma outra, pequena, suplementar e isolada, ocupando-a Nicolau e Ângelo Fragelli, Ranulfo e Arquibaldo Correia, Issa Kalif, Artur Jorge, e outras pessoas, inclusive Manuel Ferreira de Azambuja, que seria o futuro gerente.

Assis Chateaubriand fez questão de ocupá-la também. Quando a pequena, mas grande turma, já estava naquele estado de euforia preconizado por Hemingway – que é a terceira dose de uísque – começou a exigir, em tom de algazarra: – Fala, Chateaubriand! A mesa maior quebrou e protocolo e passou a apoiar a menor: – Fala, fala, Chateaubriand!

O grande jornalista e homem do mundo, embora estivesse em recinto de cidade ainda sertaneja, não se arriscou ao

improviso. Vendo sobre o balcão do bar uma bobina de papel de embrulho, cor-de-rosa, gritou ao garçom que o servia: – Acuda-me, meu filho, com um pedaço de papel!

Escreveu ali mesmo o discurso. Começou por dizer que era repórter e não orador: sabia escrever, mas não sabia falar. Depois, num estilo personalíssimo, inconfundível, voltou-se para os paulistas presentes e de dedo em riste, voz forte e ameaçadora, acusou-os: – Esses paulistas, mato-grossenses, roubaram vossos ouro no passado, levando-o atrevidamente no dorso das monções! Agora eles o vem devolver amoadado.

Naquele ambiente, já de trepidação e entusiasmo, todos nivelados pela mesma alegria comum, útil ao estreitamento rápido de conhecimentos recíprocos, entre nós daqui e aqueles que vinham operar em nossa praça, sibilei um aparte: – E os juros de mora?

O dono do império dos Associados, voltou-se mais uma vez para os paulistas, com a mesma ênfase anterior: – Devedores retardatários, imptuais, paguem-nos com os juros de mora. E se forem corretos, mesmo, capitalizem-nos!

A essa altura, esqueceu-se do papel de embrulho cor-de-rosa que tinha nas mãos. E continuou num crescendo maravilhoso, empolgante, sob frenéticas palmas de todos, da pequena e da grande mesa. Quebraram-se as últimas e frágeis barreiras de convencionalismo para operar-se rapidamente uma grande confraternização e um largo bate-papo depois. Mais tarde, muitos da caravana, guiados pelos donos das nossas noites estreladas – Issa e Badinho, foram conhecer o resto da cidade.

Aquele discurso, pela alegria que trouxe ao banquete, castigado de protocolo, de números, de cifras e de programas, foi providencial. Além de um discurso exponencial e antológico.

Portinari e os meninos das lavouras

O Brasil recebeu há pouco o impacto emocional da morte do grande Portinari, predestinado para sentir as belezas e as angústias humanas e enternecido ou amargurado retransmitilas transfundidas em cores e poemas. Na lavra do verdadeiro artista não há tema vulgar, eis que ele tem a faculdade de ver e sentir o que os outros não vêem e não sentem.

Há na produção poética do grande pintor um tema de aparência singela, porém de grande sensibilidade. É quando põe em poema o trabalho demorado, penoso e exaustivo dos garotos, filhos de colonos, nas lavouras de café, ele que também fora filho de colonos. Essa temática liga-se de maneira indireta, ou talvez direta, à vida de João Akamine, esse homem que encanta a cidade com a sua finura oriental, serve-a e ama-a apaixonadamente.

Akamine não precisava emigrar. Seus pais possuíam largos tratos de terras aráveis, que asseguravam à família, nos limites insulares de Okinawa, bem-estar, posição econômica saliente e ampla acolhida social. Fascinava-o, no entanto, a narrativa freqüente e entusiasta dos seus mestres sobre o esplendor do Brasil, suas dimensões continentais, seu fabuloso subsolo e seu mundo vegetal eternamente verde, a fortuna fácil, tudo leve, diáfano, colorido.

Um arдил – quem sabe! – para motivar a vinda dos nipônicos, aureolando-lhes a partida dos sonhos e ambições, para que não lhes fosse penoso deixar a casa, a família, a pátria, numa viagem para terra antípoda. Foi nesse encantamento que Akamine, adolestece ainda, tomou um Maru, em Yokohama, para não mais rever a pátria.

Veio diretamente para Cravinhos, nas circunvizinhanças de Brodósqui. Frente à realidade maltratante, sob ardências dos trópicos, no rude labor dos campos e do meio ainda hostil, alimentava-se três vezes ao dia e a semana e os meses todos só de polenta. Não encontrou o encanto que lhe haviam instilado na alma sonhadora. Trabalhava de sol a sol, produzia e ganhava como um adulto. As saudades, aumentadas pela consciência das distâncias que o separavam do Japão, amarguravam-no mais. Nenhuma diversão, nenhum amigo novo, só o trabalho, o eito, a enxada, a foice e as noites solitárias e vazias molhadas pelo pranto.

Naquele ambiente áspero encontrava, porém, um motivo de embevecimento. Um mural que ornava o varandão da fazenda senhorial, que via quando partia ou regressava do eito. Embevecia-o ainda o nome sonoro, eufônico, modulável, nele aposto: Portinari.

Portinari, explicavam-lhe os colonos para saciar-lhe a curiosidade, era um garoto que andara por ali e pintara aquele quadro.

Akamine veio para Campo Grande, teimou não partir para a Argentina como *golondrina*, rejeitou propostas e contrariou seus tios. Aqui se radicou. Que vida dura! Nunca esmoreceu. Seguiu seu destino de homem forte, inteligente e equilibrado, dotado de imensa capacidade de amar e de servir. Os dias rudes, passados nos labores dos campos, não lhe retiraram aquela marca inconfundível de elegância e aquele apego à cambraia, à seda, ao linho e às essências raras. Esqueceu-se dos quimonos que por lá usara. Para envolvê-lo, aquecê-lo, afagá-lo teve doces mantilhas de *nhanduti* no amor de D. Ramonita, a guarani inteligente e nobre, que os fados lhe deram para maravilhosa companhia.

Lembrava-se sempre do mural e do nome do pintor. Portinari, por seu turno, predestinado à arte pura e a pensamentos altos, deixou Brodósqui. Foi estudar, pintar, atingir a glória e espriar seu nome pelo mundo. Já ao pôr-do-sol da vida, para exteriorizar a angústia humana e a sua própria angústia,

buscou as musas como se lhe não bastasse o pincel de artista tocado pelo gênio.

Antônio Callado, prefaciando seu livro de poemas, assinala a constante dos seus versos, que é o longo e penoso trabalho dos pequenos colonos de Brodósqui e suas cercanias.

Akamine e outros garotos do eito dos cafezais não podiam supor, nunca, que um outro garoto pobre também e igualmente filho de imigrantes, embora amparado pelos deuses, via-os, observava-os e sentia-lhes os anseios e os prendia à sua sensibilidade para, anos depois, fazê-los emergir na rutilância dos seus poemas, refletindo mágoas que não eram propriamente suas, mas alheias mágoas também.

A alfândega de Corumbá teve seu período áureo, quando nela serviam Pedro de Medeiros, orador e poeta, que tinha n' alma canários e gaturamos; Temístocles Serra, jornalista e orador surpreendente; Mário Paiva, prosa viva e alegre, que declamava seiscentos poemas; Arnaldo Serra, meu pai, nome que viria a espriar-se nos versos de AROMITA, Henrique Vale, festejado professor de Humanidades; Esdras de Vasconcelos, brilhante e de rutilante espírito de classe. De alto bordo, também Jurema, Alfredo Pinto, Cirilo Sales e Machadinho, Manuel Brederodes e Teodoro Martins Giacopelo, partes marcantes da aduana fluvial.

Uns pelo valor profissional, outros pelo cultivo das boas letras, ou por uma e outra coisas, marcaram época.

Ah, mas havia entre eles um guarda, o Alípio, que cativava o encanto e admiração de todos, inteligente e boêmio, habilíssimo matador de charadas. Comprido, magro, tronco ligeiramente recurvo, cabelos lisos, fartos e negros, penteados para cima. De pernas longuíssimas, vivia metido num terno zuarte, de gola fechada, que mais lhe acentuava o comprimento e a secura física. Passos largos e lentos, parecia a transfiguração humana do tuiuiú dos nossos pantanais. Vivaz e espontâneo, era um *blagueur* delicioso. Alípio nunca agiu por conta própria. Deixava ao destino tal esforço. Sua vida assemelhava-se aos camalotes, presos nos remansos ou a boiar no caudaloso Paraguai, levados docemente ao sabor das correntezas.

Houve, porém, um dia singular na placidez da sua vida. Viram-no aflito. É que buscava, em vão, a mulher que amava e dele se ocultava. Procurava-a inquieto, incontrolavelmente

desesperado. Pudera! se o boêmio não quebrasse a sua imensa calma, pois não há guerreiro, não há santo, coração de pedra ou coração de gelo, que não estale de dor diante da esquivança da mulher amada!

Alguém, talvez para acalmar, disse-lhe que ela fora para Assunção. Alípio não titubeou: sem licença do seu chefe, sem passagem, sem dinheiro meteu-se no primeiro barco que zarpava para a capital paraguaia.

Quando o navio suspendeu âncoras e tremeu todo na arrancada inicial, um amigo, mostrando-lhe o último bote, advertiu-o:

– Salta, Alípio, o Cáceres vai partir!

– Salta nada! Eu vou pra Assunção buscar Marta!

Assim era Alípio: uma sucessão de fatos pitorescos.

Não o deixavam fazer serviços de ronda ou capatazia, mas de gabinete, quase sempre quadros e mapas, que ele fazia a primor, entre as chispas de uma anedota e a decifração de uma charada.

No governo Epitácio Pessoa foi extinto o corpo de guardas e criada a Polícia Aduaneira. Aqueles, mediante concurso interno, de mera formalidade, podiam ingressar na carreira fazendária e escalar novos postos. Larga porta que se lhes abria inesperadamente, como se fosse oficialato às praças de pré.

Todos os guardas se apresentaram às provas, menos ele, o mais capaz. Todos os alfandegários e o próprio inspetor exortaram-no a inscrever-se. E ele protelava, protelava sempre. Certamente, requerimentos, certidões e todo um emaranhado burocrático eram-lhe demasiadamente prosaicós. O inspetor acabou chamando a si a tarefa de fazer-lhe a inscrição.

No dia do exame, manhã domingueira, o candidato não compareceu. Foi uma ansiedade, uma torcida de todos, inclusive dos examinadores para que surgisse na sala, de suplício para muitos, a figura simpática e imperturbável do boêmio. Serventes, contínuos e remadores foram mandados à sua procura, inutilmente. No dia seguinte, calmo, alegre, passos largos

e vagarosos, vem chegando o Alípio. Perguntaram-lhe onde se metera. Alongando o queixo em direção de um bolicho, bem ao lado da Alfândega, explicou com deliciosa espontaneidade: – Estava ali, jogando buzo...

Tinha razão e não foi compreendido.

Perdulário e mulherengo, gastava num só dia todo o ordenado de um mês, ou sacava-o antecipadamente num regime permanente de vales. Para que lhe serviria um aumento de 100 ou 200.000 réis? Simples, modesto, em sua filosofia de vida não existia hierarquia funcional; guarda ou escriturário, pouca diferença lhe fazia.

Certa manhã, muito cedo, Alípio foi a nossa casa. Conversou longa e despreocupadamente, encantando a todos com a prosa amena, macia e gostosa. Ao despedir-se, lá pelas onze horas, meu pai convidou-o a almoçar conosco. Calmo e amável, escusou-se: – Não posso. Minha mulher morreu. – Quando? – indagou-lhe meu pai, perplexo. – Esta madrugada. E saiu para providenciar o enterro...

Numa quieta madrugada, meu pai descia a ladeira da Alfândega, calcária e nua, para pescar no Bracinho, acompanhado de um amigo e escudeiro, o velho Siô Cruz.

Era uma dessas madrugadas mornas e enluradas de Corumbá. Dos pantanais e das matas vinha um aroma sutil, suave, indefinível. Uma mistura de fragrâncias de raízes, folhas, fruto e flor, de camalotes e vitórias-régias, de águas-pombeiras e tarumeiros, de tunas e flamboiãs. O luar escorria suave e álgido, no rio e nos campos fronteiros e em tudo havia um espesso silêncio, como se em tudo perpassasse suavidade de coisas misteriosas e imateriais.

Sozinho subindo a ladeira, banhado de luar, entre sombras de árvores, vinha o vulto alto, seco e lento do boêmio. Súbito, irromperam sons da sua flauta, na cadência de uma valsa compassada e triste. Não tocava para ninguém. Tocava apenas para si, para seu enlevo, para seu sonho, recolhido dentro de si mesmo. Passou por meu pai, indiferente, solitário, na grandeza

da noite branca. O poeta de AROMITA, sensível e emotivo, não o interpelou, não o interrompeu no seu embevecimento, a ouvir as vibrações sonoras da sua própria alma.

Ficou imóvel a observá-lo na doce penumbra de ante-manhã. Viu-o galgar a Rua Frei Mariano, subi-la e perder-se na distância, entre raios de luar e sombras de flamboiãs.

Eliseu e a santa

Eliseu Ramos foi um homem forrado de rijos princípios morais. Tinha todas características da nobre gente montanhesa. Duas obrigações o absorviam: a de gerente da Casa Caldeira e a de católico fervoroso. Não era folião mas se comprazia em preparar carros alegóricos para o carnaval de Uberaba.

A vida corria-lhe suavemente, sem tropeços e angústias, quando os astrônomos previam a aproximação do cometa Haley. Os jornais do mundo armaram clima emocional, prevendo a hipótese de a Terra comburir-se, ou contaminar-se de gases letais. Soariam as terríveis trombetas do Apocalipse. Eliseu se impressionou, não com o derradeiro e terrível ajuste final, porém com os dias não vividos, que são vividos na rotina, iguais, incolores, de planícies áridas, sem árvores, sem ninhos nas frondes e regatos murmurejantes. E passou a sugar avidamente o que mais podia, o que de bom a vida ainda lhe podia dar. Paixões secretas, encarceradas, agrilhoadas dentro dele vieram à tona e desceram violentamente ao domínio público. Seis de agosto de 1910, dia anunciado para o grande show de luzes ou para a catástrofe, chegou. O Haley se aproximou da Terra, iluminou-a, resplandeceu-a com um turbilhão de luz. O Amazonas, as Sete Quedas, as Cataratas do Iguaçu e as faldas nevadas dos Andes, se reunidos num só conjunto e numa só visão, não equivaleriam ao esplendor daquele corpo celeste, abarcando a Terra de horizonte a horizonte, com a sua cauda luminosa. Um misticismo comovedor se apoderou de todos, como se todos sentissem a presença inconsútil, difusa, apoteótica de Deus. Ao terceiro dia de deslumbramento já desaparecia a maravilhosa faixa de luz, distanciando-se da Terra, mer-

gulhando-se nas distâncias infinitas. Sabiam os homens que não poderiam revê-la na sua volta cíclica de setenta e seis anos!

Eliseu vexou-se do seu descomedimento, talvez só exagerado na sua sensibilidade. E não quis mais viver em terras de Uberaba. Viajou léguas de sertão, transpôs matas, rios e cerrados e chegou a Campo Grande. Aqui foi um homem bom, severo e piedoso. Com algumas carretas mineiras, lentas e chiantes, pôs-se a mascatear. Pediu a N.S.^a da Abadia, santa de sua fé, que se fosse feliz no seu comércio volante, instituiria sua devoção, fazendo-a padroeira do seu povoado. Foi. O cônego Miranda o ajudou a cumprir sua promessa. Depois, na tosca igreja da Rua 15, coberta de telhas trazidas das ruínas jesuíticas de Camapuã, construída por via de outra promessa, esta do pioneiro José Antônio, Eliseu rogou novamente à Santa que se Campo Grande fosse poupada da varíola que assolava Uberaba, ela teria sua imagem entronizada aqui. Eliseu mais uma vez foi ouvido. Em 1912 adquiriu à Casa Lourdes, de São Paulo, a prometida imagem, bonita, colorida, de feições maternais. Remeteu-a de trem até Jupiá, nas margens paulistas do rio Paraná. Em Três Lagoas ficou sob a guarda da Casa Caldeira. Veio de lastro à estação Senador Vitorino e até Rio Pardo em carroças do próprio Eliseu. A última etapa foi confiada a Zé Bento, que a trouxe em carretas de bois e entrou triunfalmente no arraial. A imagem ficou vários dias exposta à visitação pública na Pensão Bentinho, a nossa mais antiga casa de cômodos, que galhardamente ainda resiste à ação roaz do tempo, apoiada nos seus esteios e vigas de aroeira, com uma incontável sucessão de donos.

No dia 6 de agosto, do mesmo ano, um longo e contrito cortejo levou-a para o altar da igreja de Santo Antônio. O cônego Miranda, que mais tarde abandonaria as vestes talaes e teria fim trágico, recebeu-a festivamente. De joelhos postos no chão, o sacerdote rezou o primeiro terço frente à Santa. Dia 15 foram soleníssimas as comemorações em louvor de N. S.^a da Abadia. Segundo uns, a banda do maestro Cabral; segundo o próprio Eliseu, a 26 DE AGOSTO, organizada e regida

por José Passarelli, juntou ao incenso dos turíbulos e aos cânticos sacros os seus acordes, elevando-os para o céu. Como festa comple-mentar e coleta de óbolos, a quermesse se dilatou por vários dias. A linda menina moça que coroou a Santa é essa criatura de infinita bondade, de elegante porte senhorial e mãe de uma progênie brilhante, que é D. Adelaide Barbosa Martins. Dos festeiros, sobrevive o cel. Antônio Antero Paes de Barros, de físico e espírito resistindo galhardamente aos anos.

A igreja de Santo Antônio, na força da tradição, sempre trouxe evocações e enlevos à nossa gente, pois durante muitas décadas foi o único templo católico do povoado e da cidade que o sucedeu. À sua pia batismal foram levadas as crianças campo-grandenses e pela sua nave desfilaram as nossas noivas, levando à cabeça grinalda e véu e nos corações, esperança e sonhos.

O velho mineiro, quanto mais envelhecia, tornava-se mais sereno e invulnerável às farpas do destino. Passou a ir mais freqüentemente à igreja. A Santa era dele. Fora ele quem a trouxera de longe, instituíra sua devoção e era o seu devoto mais antigo. Dialogava com ela, contava-lhe suas aflições, rogava-lhe orientação e mercês. Saía do templo calmo, tranqüilo, alma espungida de mágoas e tristezas. Se a graça invocada vinha prontamente, fora atendido; se demorasse, a ação do tempo por si só era bálsamo, minorava-lhe ou extinguiu-a dor. Feliz aquele que tem na sua fé uma N. Senhora entronizada. Conversa com ela, no sussurro da prece, ouve-a, segue-a, esquece-se dos cardos e pedregais dos caminhos. Não vê em nenhum homem um cáctus espinhoso e verde mas uma palmeira verde, ereta, airosa, querendo atingir as alturas infinitas para apanhar pedaços azuis do céu e beijar as estrelas. Assim era o Eliseu.

Conheci-o já velho. Preto, bem preto, epiderme dura, áspera, encoscorada; lábios queimados pelo fumo; olhos com estrias sangüíneas e pálpebras inferiores desmesuradamente arriadas e ainda mais vermelhas, castigadas pelo tracoma. De sua altura média, ligeiramente curvo, braços distanciados do tronco, sem elasticidade, dava a impressão que fosse cair. Sua voz era arrastada e grossa. Vestia-se sempre de terno cáqui, camisa branca toda abotoada, usava borzeguins vermelhos tipo napolitano e chapéu amarelo de abas largas e duras. Trazia nas mãos mais do que nos bolsos um lenço de algodão, branco, encardido, amarfanhado, torcido como corda, que de instante a instante esfregava nos olhos enfermos. Sempre um sorriso de humildade e sempre consciente dos seus deveres.

Fora estafeta postal de Aquidauana a Campo Grande e depois do ciclo da Noroeste passou a fazer a linha da nossa cidade a Coxim. Montava uma mula e tangia outra. Quando entrava ou saía da cidade fazia-o de modo festivo, gargalhando, agitando um ramo verde, fustigando os animais e sacolejando as malas ao jogo das suas ancas. Calculava bem as marchas, chegava e partia em dias certos. Envelhcia a percorrer, anos após anos, as estradas longas, ermas e empoeiradas do sem-fim. Afeiçoara-se ao trote dos seus muares e ao trato simples dos caboclos beira-estrada.

Acharam um dia (Ah, sempre sobrevém um dia-problema na vida de todos os homens!) que aquele sistema de transporte era muito colonial, obsoleto e vexatório para o serviço público e determinaram: ou Renovato compra um caminhão ou perde a concessão. Preferiu, para sua desdita, a primeira

ponta do dilema. De amigo em amigo, um pouco aqui, um pouco ali, arrumou dinheiro, fez dívidas e adquiriu um caminhão velho, cansado, desgastado, para começo do seu drama. Ele que somente conhecia o dorso das suas mulas, de súbito subiu a uma boléia. Tudo lhe foi difícil e insuperável.

O veículo passava mais tempo encravado nas estradas, em reparos nas oficinas ou à porta da sua mansarda à espera de peças, pneus e combustíveis. Agora, sim, a correspondência dos coxinenses não chegava nunca.

O preto perdeu a concessão. Mas sonhou aposentar-se do serviço do Estado e começou a viver e a sofrer um novo drama. Todos os dias, acicatado pela miséria, encontrava forças para deixar seu casebre e ir ao DCT saber do seu processo. Uns deles se apiedavam e tinham uma ou duas palavras de estímulo e compaixão; outros, em número bem maior, irritavam-se com aquela insistência descabida. Quando avistava um carteiro ou estafeta fardado, supondo-o de alta hierarquia funcional, pedia-lhe ajuda, cheio de humildade. Em resumo, todos lhe respondiam que não fora um servidor público mas mero concessionário de serviço.

Coitado do Renovato, somente se habituara ao trato das suas alimárias e dos caboclos simples e leais, sem conhecer nunca o trato sinuoso e resvalante dos homens. Mas insistia, subia escadas, andava pelos corredores, vagava pelo edifício todo, pedindo e mendigando ajuda. Vendo-o, eu me lembrava daquele ianque que tivera suas minas de ouro confiscadas. Todos os dias e o dia todo perambulava pelas escadarias e entre as colunatas de mármore do Capitólio a postular pelo seu direito, que supunha postergado. Um dia ensandeceu. Mas continuou o seu fadário. Um dia morreu. Mas ficou sua estória como a de um espectro e como símbolo de angústia e desesperança.

Também vejo o preto Joaquim Renovato dos Santos a errar pelo amplo edifício dos Correios e Telégrafos. Sofre. Não sofre mais porque é muito ingênuo para sofrer demais. Não pára de esfregar nos olhos vermelhos e tracomosos aquele seu lenço de algodão, grande, encardido, amarrotado, torcido

como corda. Ontem o amável e atuante diretor dos Correios mostrou-me a frota de caminhões que acaba de adquirir. Doravante não dependerá de veículos de outras entidades para transporte rápido das nossas malas postais. Falava-me com entusiasmo. Eu o escutava taciturno e apreensivo, alongando o meu olhar no passado e nas distâncias. Via Renovato e o seu caminhão imobilizado na estrada, na oficina ou à porta do seu rancho. Via ainda os coxinenses com saudades dos tempos em que o preto, dia certo, hora certa, entrava festivamente no povoado, tangendo suas mulas, gargalhando e agitando um ramo verde; estugando a marcha dos animais, de maneira que suas ancas sacolejassem as malas violentamente e a entrada fosse triunfal.

Maria Bolacha e Josetti

As cidades não se formam e se caracterizam apenas pelos seus prédios, vitrinas, anúncios luminosos, veículos que se entrecruzam, monumentos, canteiros e chafarizes. Forram-se de tradições, costumes, cultura e sensibilidade. Igualmente dos seus tipos populares, paisagem humana a constituir a alma móvel e errante das ruas.

Maria Bolacha e Josetti, de temperamentos opostos, contemporâneos de calçada, engastaram na fisionomia alegre e buliçosa da cidade.

A primeira, anciã, morena cor-de-mate, baixa e gorda, olhos verdes, andar de papagaio e de pano à cabeça, personificava o inconformismo, a reação e a luta. Quando a malta de garotos gritava-lhe apelido, que ela julgava enxovalhante, vinha-lhe à boca o palavrão, vibrava violentamente o chicote que sempre tinha às mãos e perseguia os seus agressores morais. Todos os dias e o dia todo, de ponta a ponta das ruas, era zombaria dos *gravochoes* caboclos e a reação permanente e feroz de Maria Bolacha. À tarde, pelo cansaço, com voz fraca e enternecida, ofegante, pedia clemência aos garotos para que não a chamassem *assim*. Eles se condoíam, silenciavam e uma trégua se estabelecia. Súbito, sobrevinha a irreverência, sibilava um novo Maria Bolacha. Também ressoava um novo palavrão, de novo ela vibrava o seu chicote e se arremessava contra aqueles diabretes.

Alquebrada pelos anos, extenuada pela luta e já doente, um dia abandonou a arena das ruas e voltou, para sempre, à sua mansarda no sítio nativo, da Mata do Segredo. Mas, enquanto forças teve, disputou o direito às ruas, defendeu sua

dignidade e repeliu a rebenque e pedradas a alcunha desmoralizante.

Josetti não era assim. Era um vaganau diferente. De família ilustre, tinha cordura e mansuetude. O riso comedido e o gesto ainda elegante repontavam dos andrajos que o cobriam. Usava oito, dez, doze e mais anéis em cada mão, de latão e pechisbeque, uma verdadeira manopla. Uma revivescência melancólica dos seus tempos áureos de moço da sociedade, quando se acostumara ao linho e à cambraia, à seda e o perfume francês. Frequentava os bares do centro da cidade mas nada pedia, nem mesmo insinuava que se lhe pagasse isto ou aquilo. Sempre o sorriso, a mesura, o escrúpulo que o infortúnio não lograra destruir. Em troca tinha a simpatia da cidade. E até o respeito também. Por duas ou três vezes, boêmios de posse vestiram-no com requintes de elegância e soltaram-no nas ruas para o espanto de todos e seu próprio entusiasmo em ver-se como nos dias áureos de outrora.

Daqueles escombros humanos e daquele desmantelamento psíquico vinham momentos de lucidez, intermitentes e fugazes. Instigado, falava da sua vida de contador de primeira plana que fora e dos seus dias de funcionário categorizado das Docas de Santos; mas não fazia praça disso, falava com discrição e medida. Nunca, porém, falava da origem da sua desdita, da fronteira *salerosa* que o afagara e o envolvera no *nhanduti* sutil e perigoso dos seus encantos e depois, com incêndios de sangue nas veias e alvoradas de mocidade, não quis aquilo que a escritora mundana e célebre chamara de monotonia de um só leito. Indiferente aos frangalhos a que iria reduzir um homem, partiu em busca de outras festas genésicas. Josetti, aturdido, fechou os ouvidos ao conselho do curandeiro a Juca Mulato: *“Esquece calmo e forte esse amor que te exaspera, que há um outro amor que espreita e espera o teu...”*

E ensandeceu.

Morreu numa madrugada friíssima. Encontraram-no com os seus farrapos e seus anéis sob as escadarias do Edifício Korndorfer. Amigos espontâneos, humildes uns, outros de alto

coturno social, foram devolvê-lo à terra e mandaram celebrar ofícios religiosos pela sua alma. Um recolheu os seus famosos anéis doirados para o museu que a cidade um dia ira ter. Outro, seu conterrâneo da Cidade Branca, pintor de sensibilidade, já o havia fixado numa tela a óleo, que hoje enfeita o escritório de advocacia que o talentoso Wilson Martins fundou. O artista fez ressurgir daquelas ruínas humanas, daqueles andrajos e anéis, o riso característico e triste do Josetti.

Maria Bolacha simbolizou a resistência moral que o convívio sórdido das calçadas não enodoou. A impropérios e a re-lho lutou ferozmente contra a chacota, cobrando à turba inconsciente e alegre o seu inalienável direito à liberdade das ruas.

Josetti encarnou outro tipo. Dominava a cidade com a origem da sua desventura, com seus anéis baratos, reflexos do que ele fora outrora, com seu sorriso e sua mansidão. Um *clochard* que, sem o saber, ensinava a todos o fabuloso poder do riso e da bondade.

Argemiro e o ingazeiro

Quando Argemiro Fialho morreu, asfixiado pelas águas revoltas e correntosas das nascentes do Aquidauana, Campo Grande sofreu um grande impacto emocional. A cidade toda se enlutou. Várias homenagens lhe foram prestadas. Outras, mais tarde, quando o seu nome se transformou em nome de rua e de grupo escolar. A Subseção da Ordem dos Advogados afixou uma placa de mármore no fórum para assinalar que ali ele advogara. Convidado para descerrar o crepe que a envolvia e a falar sobre Argemiro, aceitei a primeira incumbência e declinei da segunda, temeroso de emoção arrebataram-me o comando da palavra.

Conheci-o dès da nossa adolescência. Mutuamente nos estimávamos e respeitávamo-nos. MINAS DE PRATA, de Alencar, primeiro romance que li, pertencia à estante de livros que seu pai deixara, que ele e sua mãe guardavam com desvelo.

Convenci-o certa vez de, comigo, Augusto Barbato, Pedro Pina e Ubirajara Paes de Barros, melhorarmos os nossos conhecimentos de Matemática com o major Manuel Correia de Arruda e Sá, competente professor da matéria, para tentarmos ingresso na escola de capitães-de-longo-curso, fascinados por um edital do Lloyd Brasileiro. Não sei que sonhos de mocidade nos tentaram a conhecer distantes mares e longínquas terras, guiados por uma carta náutica, estrelas e sextantes, e nós próprios a guiar o nosso barco sobre o abismo móvel do encapelado das águas. Todos, com exceção de Pina, filhos de terras sertanejas, distantes dos bramidos do mar.

Acompanhei a vida áspera de Argemiro e sua brilhante ascensão. Talvez não tivesse sido áspera, se seu pai, pequeno

mas próspero ruralista em Jaraguari, não o tivesse deixado tão cedo na orfanidade. É verdade, encontrou nobres cirineus e o supremo acalanto do amor maternal. Entre esses cirineus, o mais piedoso talvez, fosse D. Zaíra, esposa e vivandeira de A-brão Júlio Rahe, libanês bom, nobre e que sabia viver para os outros, que fundou sua casa no já longínquo 1912. Argemiro trabalhava no armazém dos Rahe. Sua tarefa, entre outras, era a de lavar garrafas para envasamento de álcool, vinagre e aguardente. Mas quando chegava a hora de ir para a escola, com o serviço ainda a fazer, D. Zaíra mandava-o interromper a faina e o substituía até lavar a última garrafa.

Mais tarde, depois de longa e porfiada luta, alcançada a ambicionada láurea acadêmica, voltou vaidoso e triunfante à terra do berço. Aqui, para ele, as suas vitórias teriam outros cânticos que não alhures, repercutiriam na admiração dos seus conterrâneos e chegariam mais perto ao encantamento da sua mãe. Bem apessoado, voz forte e sonora, inteligência ágil e cintilante, empolgava na tribuna do júri e por longo tempo passeou nela como *chanteclair* em seu terreiro. Mais o fascinava a tribuna a céu aberto, falando às massas e ouvindo-lhes o calor dos aplausos.

Largamente aparentado, mormente de pequenos ruralistas, ex-professor de centenas de moços, sua escalada na vida, acidentada e brilhante, e sua condição de ser o único conterrâneo a postular nos auditórios locais, tudo isso coletava-lhe imensas simpatias populares. Disso fez um teste nas urnas, obtendo segura votação que o levou à Constituinte de 46.

Não se destacou no parlamento. Se tinha pundonor e bravura pessoal capazes de levá-lo, sem atoardas e gestos teatrais, à violência, tinha descaídas para a timidez. Lá se intibiou de enfrentar o grande plenário com a recusa pronta e maciça do seu projeto, que pretendia assegurar ao analfabeto o direito de voto. Ao lado desses insucessos, os seus adversários políticos moviam-lhe campanha subterrânea e pérfida. É verdade, atuava nas comissões. Na Comissão de Direito Social logrou assegurar ao trabalhador diarista o domingo remunerado.

Talvez pela sua formação provinciana, timidez e origem camponesa, preferia o convívio dos simples e humildes, dilargando a sua popularidade.

A repercussão dos seus triunfos durava menos que a angústia que o pungia na procela dos seus conflitos íntimos.

Um dia cavaqueávamos e nos pusemos a examinar a vida de lutas daqueles rapazes que quiseram guiar naus nas tempestades dos mares. Todos venceram, em maior ou menor escala. Argemiro me surpreendeu, dizendo-me: – Todos, menos eu!

Redargüi-lhe: – Você, principalmente você, que escalou mais alto.

– Como?

– Como? Pois você é advogado, tribuno, homem de patrimônio sólido, foi deputado federal e o será na nova legislatura! Que mais você quer, rapaz?

E Argemiro, na plangência de um desabafo: – Eu, não! O homem que chega à minha idade e não se casa é um desamparado. Tudo o mais, embora pareça sólido, é irisadas e frágeis bolhas de sabão...

Já me distancio muito do meu propósito desta página, que é assinalar uma curiosa coincidência do ingazeiro da vida de Argemiro. Dizia freqüentemente que preferia o Hotel Globo pelo famoso bife do Salustiano Suarez e pelos ingazeiros plantados à calçada a dar sombra farta e gostosa. Filho amorável, comprou uma casa de residência para D. Amélia. Por acaso ou não, um ingazeiro a protegia e enfeitava.

Tragado pelas águas do Aquidauana, somente um trabalho tenaz e penoso permitiu fosse encontrado o seu corpo a quatrocentos metros à jusante do ponto onde a fatalidade o empurrara para a morte. Os escafandristas que o procuraram observaram um fato que lhes pareceu muito singular; o rio, nas suas nascentes, tem a superfície tranqüila, no entanto, o seu leito é revolto com um impressionante movimento de terra e pedras a rolar. E mais uma coincidência se notou: o corpo do tribuno, já quase sepulto sob a areia, estava precisamente no

local onde um ingazeiro deita suas frondes verdes sobre as águas.

Seu túmulo igualmente assinala mais uma coincidência. Está protegido pela umbela de um ingazeiro, tão grande e bela, acolhedora e piedosa, que serve de zimbório para a liturgia da missa que a igreja celebra no Dia de Finados, na nossa principal necrópole.

Ao orador empolgante, ao moço que soube lutar e vencer, não faltaram nunca os aplausos do seu povo e a companhia umbrosa e verde da árvore que tanto amou.

Um amigo

Antônio da Cruz, o Siô Cruz, cuiabano, de altura média, magro, cor-de-havana, de cabelos curtos e meio encarapinhados, já era um homem cinquentão quando o conheci.

Usava terno de gorgorão, sempre limpo, bem passado, camisa sem gravata, mas inteiramente abotoada. Calçava botinas de lona branca por ele mesmo fabricadas. Honesto, humilde e discreto. Fora soldado e servira na comissão Rondon. Na vida civil, passara à profissão de sapateiro e seleiro.

Foi um grande amigo do meu pai. Seu companheiro inseparável nas caçadas pela Lagoa Seca, Urucum, Bandalta e Mata do Terêncio. Região em que a mata rescende, tem aroma sutil, uma essência indefinível de frutos silvestres, mistura de tunas e maracujás, veludinhos e tarumãs, água-pombas e manduvis, de tronco e folha também...

Morávamos em Corumbá, no extremo oriente da cidade, na Rua Cuiabá, nossa casa era pequena e singela, porém pitoresca e poética, pintada a óleo verde e com platibandas brancas; florida e, a pompear, uma cúpula rósea de pingos-de-amor, ideada por meu pai. Pena que não tivesse luz, nem água, nem vizinhos quase. Separando-a da cidade, mais que unindo, uma ponte longa, comprida, lóbrega à noite, a infundir medo às crianças, e fonte de estórias de assombrações.

Naqueles tempos não havia rádio, nem revistas e jornais em profusão, levando o mundo às moradias distantes. Ficávamos isolados. À noite sentávamos no *barranco*, à porta de casa, formado pelo rebaixamento do leito da rua para nivelá-lo ao da ponte, para o nosso bate-papo, embora atormentados

pelos mosquitos e ressabiados com as freqüentes caranguejeiras e com as cobras, que, de vez em vez, apareciam. Na escuridão, por entre pés de cansação, de olho-de-boi e aromita, e moitas de são-caetano, à luz verde e fria dos vaga-lumes.

A visita do Siô Cruz era cotidiana e esperada com ansiedade, não obstante tivesse prosa descolorida e fosse o menos informado dos fatos e das coisas. Contudo, era o amigo que ia nos ver, a quebra daquele isolamento e a cidade que chegava até nós.

De longe, no negro da noite, nós o avistávamos ainda na ponte, denunciado pela brasa do seu charuto e pelas botinas de lona branca.

Contrastando com as linhas mestras do temperamento, era desperdiçado e teimoso. Certa vez preparou uma fritada de ovos para o jantar de caçadores, meu pai e ele. Vieram à mesa fragmentos de ovos perdidos em dunas de farinha.

– Cruz – perguntou-lhe o companheiro – por que você não fritou mais ovos?

E o Cruz explicou: – Fritei todos. Fritei vinte e quatro, mas só usei os cinco quilos de farinha que encontrei!

De outra vez meu pai lhe pedira trouxesse da mata do Raios Parta uns galhos de *chico-magro* para infusões medicinais.

Vieram. Mas meu pai recusou aceitá-los. Aquilo não era *chico-magro*. Este, explicava-lhe o amigo, é de casca cinzenta e meio acortçada, é espinhoso e tem gomos de cinco centímetros, ligeiramente retangulados.

Siô Cruz teimava. Meu pai, orgulhoso do seu passado de sertanejo e de conhecedor de mata, também teimava. Até que o ex-soldado de Rondon, acossado de argumentos irrespondíveis, esquivou-se com esta desculpa:

– O senhor não me explicou se queria *chico-magro* macho ou *chico-magro* fêmea, e eu lhe trouxe fêmea. E esta, o senhor não conhece, não?

Porque não se casara no padre, nem na lei – como na expressão do nosso caboclo – embora tivesse vários netos, sempre que encontrava azo, proclamava orgulhosamente sua alforria conjugal: – Eu, um rapaz solteiro...

Diariamente, ainda no luso-fusco da entremanhã, como uma mistura que ele próprio preparava, de sebo e fumaça de lamparina, tingia de negro os bigodes e punha-os em rigoroso sentido horizontal. À medida, porém, que o sol subisse e a canícula aumentasse, eles iam perdendo a cor, por fim caíam pelos cantos da boca como bigodes de chinês... À tarde, porfiando na elegância, recorria novamente ao cosmético de sebo e fuligem.

Meu bisavô materno, Augusto Milan, foi *passanero* na França. Já nonagenário, não se descurava um só dia do seu trato pessoal e da roupa. Todas as manhãs, em nossa casa, cantando ou assobiando a Marselhesa ou outra canção qualquer, polia os sapatos, escovava o terno de mescla escura e refazia os vincos das calças. Os anos amesquinham-lhe o físico mas não lhe esmagaram o senso de estética.

Viera da França, pátria da espiritualidade, que mandava para o mundo suas sedas e seus perfumes, sua cozinha e sua cultura, sobretudo a moda, que fascina e tortura as mulheres. Seu ofício era ligado à elegância. Siô Cruz, não. Siô Cruz fora soldado do sertão, lutara num ambiente rude e abraçara uma profissão tosca; no entanto, perseguia a elegância ao seu modo.

Foi a encarnação do conceito criado pela sabedoria popular francesa – que o irmão é o amigo que a natureza nos deu e o amigo, o irmão que Deus nos deu.

Homens de gerações passadas

Ricardo Franco de Almeida Serra, descendente e homônimo do geógrafo e defensor de Coimbra, foi um belo tipo de homem, alto, cabelos lisos, porte sobranceiro e olhar dominador, ligeiramente abugrado pelo sangue índio que lhe corria nas veias de Mariana, da tribo dos Guanás, a que tinha as mulheres mais belas destas sertanias. Assim o descrevia o neto João Alfredo.

Ricardo Franco deixou sua ampla casa de São Gonçalo e foi morar no Rio Abaixo, fascinado pela beleza da caudal, enfeitada de pássaros aquáticos e ricamente piscosa. Somente demandava a Capital nos dias de grande gala, para envergar seu vistoso e colorido uniforme de coronel da Guarda Nacional ou para receber a cômputo do Tesouro Imperial.

Seu sítio, em Poço Grande, ia da Beira-Rio além do Morrinho, acidente geográfico característico da região e que hoje emoldura o nosso brasão d'armas. Começava por uma barranca de pedras escuras e escarpada; continuava em solo de vegetação feia e agressiva, lembrando as caatingas comburidas do Nordeste. Na parte adusta e improdutiva, cheia de cardos, havia abundância de esponjas, arbusto mirado, seco, espinhoso, de flores amarelas e forma esférica. Com delicados filamentos e doce perfume. Em Corumbá, em consequência da antiga influência guarani, dão-lhe o nome de *aromita* e que serviu de título ao livro de versos de meu pai.

Certa vez de regresso à sua propriedade, Ricardo Franco deixou o neto João Alfredo na praia e foi à margem oposta entregar encomendas que obsequiosamente trouxera. De volta, em meio da caudal castigada pelo vento, formavam-se e encrespavam-se maretas tão violentas que punham em perigo a

canoa, malgrado a robustez física e a destreza do remador. A embarcação tomou água e soçobrou. Perderam-se as compras e os caixotes com as moedas de cobre recebidas das arcas públicas. Corpulento, peito largo, chapelão de largas abas quebradas na testa pelo vento, barbas longas e brancas roçando a superfície cinza-verde das águas revoltas, sereno, dava ele braçadas lentas e seguras em busca da praia. Cena bíblica tão bela que impressionou vivamente o garoto, que hoje, a caminho dos noventas anos, ainda a evoca embevecidamente.

Negra, forte, afeiçoada à casa e aos seus senhores, Siá Rita tinha foros de governanta. Todas as tardes deixava-a furtivamente e coleando pela vegetação rala, escondendo-se numa e outra moita, avançava até atingir a praia, jogava-se ao rio e o atravessava em rápidas e másculas braçadas. Não era uma nova Moema nem uma Sabina acicatada pelas ardências desesperadoras do sexo. Exasperava-a a vontade incontida de beber álcool e só o encontrava na margem oposta, fora de domínios do seu amo, que o proibia severamente. Apiedado da mucama, fingia ele não vê-la na fuga cautelosa, mas insofrida, irresistível. De nada valera privar-se de fabricar aguardente, de modo que ela não pudesse beber, nem ele pudesse lha negar.

Ricardo Franco tinha um grande pendor pela Medicina e chegava a praticar pequenas cirurgias, sem outro interesse ou propósito senão o de acudir uma população totalmente balda de assistência médica, vivendo por heroísmo ou conformismo ao deus-dará.

Compreensivo e generoso, Papai Ricardo, como o chamavam os netos, amparou os pretos que lhe foram escravos, localizando-os na região do seu sítio e dando-lhes pequenas glebas. Quando meu pai ficou órfão, necessitado ainda de afagos maternos, sua ama-seca e *madrinha de carregar* foi buscá-lo à casa paterna e levá-lo para o seu sítio. A infância do seu pupilo foi muitíssimo fagueira. Canoa, anzol, bodoque, pescarias e caçadas, braçadas no rio generoso e amigo; chocolate de bocaiúva e leite com amêndoas trituradas, de bocaiúva também; bolos de arroz, de queijo e de polvilho, tudo isso e

mais, muito mais: carícias de mãe. Nunca uma dádiva material foi tão maravilhosamente retribuída como esse pedaço de terra dado à preta que foi a segunda mãe do meu pai.

Ricardo Franco adoeceu e presentiu que a morte se aproximava. Despediu-se dos seus vizinhos, serviçais e ex-escravos. Meteu-se com a família num batelão e arremiou a corrente em busca de Cuiabá. Sobreviveu poucas semanas. Logo que chegou àquelas ribas a notícia da sua morte, violeiros ribeirinhos improvisaram trovas em seu louvor. Ao som de violas *cocho*, de tronco de sarã e cordas de tripa de macaco, cantavam quadras como esta:

*Eu plantei na minha roça
pimentinha de estudante
pra voltar Ricardo Franco
cravadinho de brilhante...*

Ou como esta:

*Vortei naquela casa
Oiei pros quatro canto
só vi Nossa Senhora
num vi Ricardo Franco...*

Essas e outras trovas caboclas ouviu-as meu tio Mário Serra nas suas folganças infantis em Bonsucesso, guardando-as na sua admirável memória e mas repetindo nas nossas longas tertúlias. Atestam que Ricardo Franco teve capacidade de amar e por conseguinte foi amado também. Porque até o amor, a expressão mais excelsa do sentimento humano, exige retribuição. Essas rimas singelas, temperadas com o sabor da agrestia dos sertões, retratam bem o homem que ele foi. Não sei de outros elogios nem de epitáfios mais eloqüentes e marcantes de sinceridade, que esses que afloram da alma do povo no estro dos seus cancioneiros. Alegam as festas dos ranchos sertanejos, encantam os caboclos à beira das estradas; consagram homens, criam e propagam lendas.

Marcha das carretas

A necessidade de cada um lutar para prover-se a si mesmo e a de precaver-se para os dias incertos do amanhã exacerbaram no homem o sentido do egoísmo. A terra, mais que outro bem qualquer, aprofunda-o, dilata-o, exaspera-o. Com as raízes das árvores e das searas que lança à terra, o homem lança mais profunda as raízes telúricas do seu amor. Quando as árvores pompeiam seus frutos e as searas seus grãos, no esplendor da fartura, são sonhos, anseios, suor e sacrifícios que se corporificaram. Criam-se concomitantemente, no rolar dos séculos, dramas apaixonantes e sangrentos.

Eis por que, ainda no dealbar de Campo Grande, quando ainda se ouviam chiados das carretas pioneiras de José Antônio, João Honório Vieira de Almeida, aquele que seria no povoado médico, farmacêutico, mantenedor da ordem e mediador, já escrevia ao seu irmão Joaquim carta com este trecho “não achei fazenda que me satisfizesse, as melhores já estão tomadas. O que me aconteceu de não achar fazenda, está acontecendo a muitos que estão seguindo para adiante”.

E o povoado era apenas uma ilhota humana perdida nas imensas planuras verdes de imensos campos devolutos. Não havia títulos dominiais, nem mapeamentos, nem cercas divisórias, senão terras demarcadas pela cobiça e pelas armas. Mas esse exclusivismo é atávico e acompanha o homem dès do Gênese e a omissão no primeiro testamento foi a causa do primeiro sangue borbulhando na terra. Pois, conta-nos um ironista, que Adão, ao sentir que se aproximavam as suas derradeiras horas, convocou Caim e Abel para a partilha do mundo. A cada um deu a metade. Para dirimir futuras controvérsias,

entre os irmãos, definiu a posse, tomando por referência um rio que cantarolava suas águas pelo Éden. Um teria seu quinhão da margem direita pelo infinito afora; o outro, pela margem esquerda. Mal se fecharam as pálpebras do testador, puseram-se os legatários em dúvida e à porfia de quem seria o leito do rio, escuro, lodoso, estreito e submerso. Essa sim – e não a piedosamente narrada pela Bíblia, a causa do primeiro fratricídio sobre a terra...

A desmedida ânsia de ter-se mais e sempre mais não envelhece nunca, renasce em cada homem e dilata-se ao seu arbítrio e primarismo. Não tem ele culpa daquilo que os milênios plasmaram em sua alma.

Essa causa de egoísmo levou um jovem advogado a aforar uma reintegratória para dar posse plena, mansa e pacífica a um proprietário de extensa gleba que avançava léguas e léguas pelo sertão até as margens do caudaloso Paraguai. A ação foi vitoriosa na primeira instância e considerada deserta na superior, eis que os ingênuos posseiros não a prepararam. Já considerados intrusos, teimavam em não deixar as terras que juridicamente não lhes pertenciam. Como a intervenção se delongasse, para apoiar os meirinhos incumbidos da diligência, entendeu o jovem advogado ser do seu dever profissional instigá-la, coordená-la, dar-lhe imediatismo. Recrutou peões e jagunços.

Numa tarde mormacenta de agosto, campos secos e nublados pela névoa das queimadas, calor ardente como se a terra estivesse em combustão, sol grande e vermelho das tardes estivais, surgiu, de súbito, a expedição punitiva. Peões e jagunços, somente um oficial de justiça e um policial para dar-lhe arremedos de juridicidade. À frente dela, espumando de cólera, reintegrado no seu primarismo de homem da caverna, o advogado recém-saído dos bancos universitários. Era a fúria, besta e selvagem, desencadeada. Davam coronhadas e tiros a esmo; ululavam, bramiam, tinham sede de sangue e queriam dessedentar-se sob a proteção da lei. Imobilizaram os homens e apavoraram as mulheres e crianças. Atearam fogo nos ranchos, nos currais, nas casas, nos paióis e nas searas. Embriam-

gados pela violência e estimulados pela impunidade, embotara-se neles todo sentimento humano. Estavam ébrios de ódio. Queriam destruir, matar, espancar.

Horas depois cessou a bárbara algazarra. Somente o incêndio continuava a lavar, rubro, famélico, devorando tudo o que aqueles rudes caboclos haviam construído, plantado, lavrado em terras que lhes pareciam suas. Essa cobiça toda e essa gritante iniquidade num Estado de imensas terras devolutas, de raríssima densidade demográfica, que se queixa de vazio e pede correntes imigratórias. Só falta a lei, justa, equânime, para prevenir conflitos e estimular a fartura.

Ao crepúsculo o sol pintava de escarlate as nuvens do poente e as fogueiras iluminavam o começo de uma longa e penosa marcha rumo do incerto e do desconhecido. Pelas estradas da estância latifundiária foram postas quatro carretas a rodar. Levavam a carga humana dos esmagados e alguns trastes que o heroísmo das mulheres conseguiria salvar. Durante dois dias e duas noites rolaram, num lúgubre cortejo, pelas dilatadas terras da grande fazenda. Os homens, silenciosos e vencidos. As mulheres, a chorar um pranto abafado em sincronia com pranto plangente das carretas, vindo dos eixos empastados de carvão.

Hoje, anos passados, muitos daqueles desgraçados talvez não existam mais, nem existam mais aquelas carretas, desmanteladas pelo tempo. Deixaram de rolar pelas longas e desertas estradas carreteiras. Mas existe uma tela mental daquela cena. O jovem advogado de outrora, hoje grisalho e com os impulsos de violência arrefecidos e subjugados pelos anos, confidencia que o incêndio que ateou nos ranchos e nas searas, a partida daquelas carretas na melancolia do sol poente e as fogueiras não desapareceram da sua memória. Quanto mais os anos passam e ele se espiritualiza, a tela fica mais clara, mais nítida e mais pungente, ferindo-o sempre e cada vez mais.

NOTA: Esta crônica foi publicada antes da criação do Ibra.

Ruínas humanas

Exata, perfeita, a definição de Heitor Medeiros, brilhante mineiro que vive conosco, sobre os estágios do nosso progresso. Dividiu-os em cinco, bem distintos, ligados à história das nossas comunicações de estado mediterrâneo. O primeiro, o das monções; depois, sucessivamente, o do navio a vapor, do telégrafo de Rondon, da ferrovia, da aviação comercial e, finalmente, o da telefonia.

No segundo ciclo foi notável e benéfica a influência platina e guarani, através do rio Paraguai, belíssima e imensa caudal – a mais bela que eu já vi – que nos levava ao mundo e ao próprio Brasil, depois de passarmos por três estados estrangeiros.

Essa influência nos nossos costumes, na nossa mesa, no nosso linguajar, deu-nos ainda um excelente futebol, tão excelente que há quase quarenta anos, ao disputarmos nos gramados cariocas o campeonato brasileiro, surpreendemos a torcida e desorientamos os gaúchos, quase os batendo em memorável pejeja. A contagem de três e quatro refletiu pânico dos rapazes dos pampas e confirmou a causa eventual da nossa derrota.

Inexperientes das lutas lá fora, levamos só um arqueiro, o Poli, cafuzo, alto, magro, com bamboleios de chipanzé, boêmio, estúrdio e largadão. Para mim, além de goleiro destro, era filho de Siá Cristina, preta honesta e boa; doceira de primeiríssima, primeiro em Corumbá, depois em Campo Grande, deliciava seus fregueses com doces, bolos e chipas tão gostosos que somente ela os sabia fazer. Garoto, eu economizava os níqueis que me davam para os levar ao seu tabuleiro ou ao balde de sorvete do grego Demétrio Gregório, aquele da Ramadinha, depois transformada no famoso Bom Jardim.

Poli, naval no Ladário, foi ao Rio integrando o nosso selecionado, sem solicitar licença dos seus superiores hierárquicos. Preso ao entrar na cancha e substituído por um zagueiro, desmantelou a nossa defesa. Mas travamos uma partida empolgante, com boa técnica e muita garra, com surpresa da assistência e dos experimentados adversários.

Por dilatados anos, enquanto perdurou essa influência, Corumbá ofereceu um futebol do melhor padrão, muito acima do futebol das demais cidades mato-grossenses. Até esqui aquático praticamos em 1922, no dorso encapelado e largo do belo rio, com Newton Cabral, magro, enxuto, mas forte e esportivo, nas disputas do Centenário.

Lá se destacavam dois velhos rivais, o Corumbaense e o Riachuelo, este estruturado com os remanescentes do Guaraní, que fora formado só de paraguaios, destacando-se meus primos Leopoldo e Afonso Barbato.

Não sei por que anos após os guaranis continuaram a fornecer ao Riachuelo os elementos do seu melhor plantel, sem ligar seu nome ao da batalha que lhes foi fatal.

Eu, garoto, torcia pelo Corumbaense, mesclando-se em mim temor e ódio por aqueles demônios de outras terras, soltos no campo, de camisa de listras verticais vermelhas e brancas, de incrível resistência física, ardor combativo e obsessão pelo triunfo. Uma das características do paraguaio é o seu fanatismo pelo objetivo. Vale a pena que eu abra um parêntese e me refira ao que ouvi do oficial de primeira plana do nosso Exército, Rubens Restell, numa deliciosa conferência. Como o da nossa missão militar no Paraguai assisti uma manobra do exército guaraní. Uma trincheira fora protegida por um fosso de três ou quatro metros de profundidade e sobre ele uma corda. Os atacantes procuravam transpor o fosso valendo-se da corda, quando a corda se partiu. Galgaram em desespero as bordas do obstáculo. Chegaram ao reduto inimigo, com um imenso esforço, arrastando-se como répteis, embora três com as pernas fraturadas e um com a espinha dorsal partida.

São extraordinariamente fortes.

Conta-nos Hélio Serejo, em *HOMENS DE AÇO*, que no intrincado verde dos ervais, rudes, agressivos, o ervateiro paraguaio carrega sobre os ombros um *raido* de cerca de duzentos e dez quilos varando caminhos difíceis e longos. De léguas, às vezes.

Homem assim, dessa fibra, é que goleavam o arco do meu clube e massacravam os meus nervos. Fletz, Ávalos, Martinez, Portilho e outros. Para mim eram invulneráveis e incontíveis.

Um dia o retângulo do alvinegro pareceu-me invazável e facilmente goleável o do nosso adversário. É que se anunciava, com prenúncios de vitória, a chegada, vindos do Rio, de Aírton e César Bacchi; um, arqueiro; outro, atacante; ambos, do primeiro esquadrão do Fluminense, clube que estava no seu apogeu e encarnava o melhor futebol carioca.

Aírton, alto, esguio, elegante, substituto do famoso Marcos, igualando-o no porte e nos saltos felinos, tomava parte nas pelepas sul-americanas, ao lado do legendário Friendereich. César, ao contrário de Aírton, é baixo, tarraco, atacante veloz e perigoso. Dividia com o irmão as glórias que lhe vinham do delírio das arquibancadas. Anos depois, já no generalato, correto e brilhante, mantém o mesmo espírito esportivo e a mesma galhardia de atitudes.

Hoje, jornais, revistas, rádio, cinema e tevê, e mais os meios fáceis de comunicação, põem os ídolos do povo perto do povo e os seus torcedores e fãs podem vê-los, ouvi-los, e tocá-los. Antes, não. E nós, caboclinhos distantes, isolados pelas lonjuras, cercados pelos chapadões ou pelos pantanais, dávamos-lhe auras de super-homens e até de semideuses. Chegavam-se até nós como mitos e figuras de lenda. E os dois Bacchi, igualando-se-lhes, conviveram com eles, com Bartô, Píndaro, Marcos, Neco, Friendereich e outros ases do passado.

No famoso *El Tigre*, dizia-me Aírton, muitos anos depois, não era propriamente a sua destreza em conduzir a bola que o fascinava, mas sua corrida rápida, elegante e em forma de galeios, como a dos cervos dos nossos pantanais.

Contudo, nesse dia, Aírton não viera. Mostraram-me de longe, bem a distância, entrando no gramado e já fardado para a peleja, um jogador que portava um capacete à romana, dourado e resplandecente às refulgências do sol. A figura de herói dos grandes estádios brasileiros, à proporção que avançava, crescia mais, avultava-se mais, impressionava-me mais. Súbito, para o meu desencanto, não era César, era Aristarco Guaíba...

Hoje, nas minhas longas tertúlias com César, a evocar-mos cenas e pessoas que nos são comuns, vejo-o ostentar o mesmo apurmo de atleta, como se os deuses lhe houvessem concedido o privilégio da mocidade vitalícia.

Mas, voltemos aos *demônios* guaranis. Fletz, Ávalos, Martinez, Diaz, Portilho e outros vieram atuar em Campo Grande, trazidos pela profissão de alfaiate. Integraram o Tiradentes, primeiro grêmio de futebol destas serras, fundado por mim, Pedro Pina, Osvaldo Pereira e Augusto Barbató.

Fletz morreu na sangrenta Guerra do Chaco. De Diaz e Ávalos não sei notícias. Martinez eu o encontro sempre, desmantelado, escombros do que foi. Portilho, o veloz atacante, muito pobre, alquebrado, destruído pelos anos e pelo infortúnio. Alfaiates, deixaram-se entrar pela noite branca e fria da velhice, de agulha e linha entre os dedos, e estes, dia a dia menos ágeis e improdutivos. Esfacelados pelos anos e pela miséria, esmagados pela desdita, são hoje simples frangalhos humanos aqueles atletas de outrora, que cheios de garra sacudiam redes, massacravam nervos e agitavam multidões. Cessaram para sempre os aplausos frenéticos das arquibancadas em delírio. Velhice, trágico aperitivo da morte.

Em 1925 Campo grande já tinha opulência e forte expressão política e curiosamente não possuía um só grêmio esportivo. Coube a mim, a Pedro Pina e Osvaldo Pereira dar-lhe o primeiro, criando o Tiradentes. Tenho fotografia do seu primeiro esquadrão, após peleja de estréia. Integravam-no: eu, Augusto Barbato, Osvaldo Pereira, Heretiano Rios, Fanci Medeiros, Eurípedes Rabelo, Tauri Ramos, Gasparino, Xavier e Lima. Apareceram ainda nessa velha foto Samuel Barbato, meu primo, e Valdomiro Pereira Mendes. O primeiro, um para-guaio alegre, inteligente e bom, como todo guarani tocava violão e cantava admiravelmente. Morreu prematuramente fulminado por um infarto. O segundo, contador de Campos & Cia., depois, no Rio, foi graduado funcionário do Ministério da Fazenda.

Usávamos camisas escarlates, confeccionadas por nossas irmãs ou namoradas. Nossa cancha, o vasto pátio do Instituto Pestalozzi; mais tarde, o quarteirão vago da Sociedade Beneficente Campo-Grandense. Nossos adversários, os clubes das cidades vizinhas e as equipes de última hora das tropas federais aqui aquarteladas ou abivacadas, consequência dos movimentos revolucionários em plena efervescência. Tínhamos o raro privilégio do monopólio da torcida. Um torcedor se distinguia. Sem gesticular, nem gritar, sem o perceber movia-se continuamente de extremo a extremo do campo, chutando uma bola invisível. Era esse homem simples e bom, que trabalhou e conquistou patrimônio econômico bem apreciável, mas, ao seu lado, um outro maior, o coração da cidade: José Nasser.

Nem sempre a torcida era toda nossa. Uma tarde enfrentamos um quadro das forças aqui eventualmente aquarteladas.

Uns oitocentos soldados rugiam ameaçadores contra nós. Muitos deles, furiosos, passaram a arrancar as ripas da cerca do Pestalozzi para a agressão. Vários sargentos os contiveram. No dia seguinte o comandante das forças mandou-os repô-las. Foi difícil ao prof. Tessitori impedir a zumbaia dos seus educandos. O comandante lhes deu uma edificante lição de disciplina e de humildade, útil também aos próprios alunos do glorioso educandário.

Mais tarde outros elementos ingressaram no Tiradentes, dando-lhe mais vigor e mais técnica. Xavier, o rapidíssimo meia-esquerda, continuou insuperado, como insuperado o triângulo de defesa, formado de Gasparino no arco, Augusto e Osvaldo na zaga. Xavier, a par de diligente contabilista, era bom seresteiro e por dilargados anos foi o mais apaixonado incentivador do nosso esporte bretão e o seu melhor e mais assíduo cronista. Faleceu em 1940, depois de peregrinar entre Campos do Jordão e São José dos Campos em busca da saúde perdida e nunca mais recuperada. Hoje é um nome esquecido, apenas a confirmar o melancólico *sic transit gloria mundi*, da Imitação de Cristo.

Uma crise interna arrasou o Tiradentes. Dos seus remanescentes, Deusdedit de Carvalho, Valério d'Almeida e Artur de Barros fundaram a S.S. Campo-Grandense, dando-lhe ótima sede, estádio próprio, excelente organização e dias triunfais. A Veterana, como passou a ser chamada pelos seus adeptos. Pena tenha desaparecido depois de vida longa e dias de glórias.

Ainda nos tempos do Tiradentes, integrando-o, eu, Generoso Fontes, João Palmieri Filho, Martinho Marques e outros praticávamos o lançamento do martelo, do disco e do dardo. Martinho era o mais atleta e conhecedor desses esportes, que cultivava no seu famoso Mackenzie. Era o nosso monitor.

Essas formas do atletismo via de regra não arrebatam as arquibancadas. Impõem-se mais pela elegância, pelo movimento firme e harmonioso do atleta. Sua beleza, para mim, não está propriamente na distância atingida, que é apenas um estímulo e confronto de marcas, mas no apuro do simples arremesso.

Valério d'Almeida todas as manhãs estava lá conosco no nosso toco gramado. Busto nu, envolto numa bela e bem-posta toalha, felpuda e colorida, preferia as corridas. Poeta e cronista de estilo sedutor, inteligente como todos os da sua família, tinha mais aprazimento pelas rutilâncias da pena. Assim, logo deixou nossa companhia para compor versos e cinzelar os períodos em busca do primor da forma.

Continuamos ainda eu, Generoso (generoso em tudo) e o magnífico Martinho. Sadios e joviais, supúnhamos ledamente que o mundo fosse todo nosso, azul e luminoso; que manteríamos sempre a mesma destreza e o mesmo tônus muscular; que caminharíamos por doiradas estradas da vida sempre a impelir para o alto os nossos dardos e os nossos sonhos.

O meu algibe

Andaria meu pai pelas enlugaradas estradas da vida, engolfado em sonhos e fantasias, se o não chamassem à realidade o seu amor pela família e o seu profundo senso de responsabilidade. Logo que se casou, em Corumbá, construiu casa própria em duas ou três etapas, a peso de sacrifícios e renúncias, amparado e estimulado pela excelsa companheira que Deus generosamente lhe dera.

Nossa casa ficava no extremo oriental da cidade, entre muitos terrenos baldios. Do solo duro, pedregoso, calcário, emergia uma vegetação espinhosa e agressiva, de cansanção, olho-de-boi, tuna e aromita; de fronde sempre verde, espessa e larga, somente a bela e acolhedora água-pombeira. Na frutificação dos feios e agrestes cansanções, vinham e partiam, em algazarra, revoadas de verdes papagaios. Entre nossa casa distante e a cidade, um sulco largo e profundo, transformado em torrente violenta e perigosa, no tempo das chuvas, vencido mais tarde por longa ponte, de três altas abóbadas.

A cidade não dispunha de rede de água. *Aguateiros*, em carroças de bois ou de muares, providas de duas bordalesas postas em sentido horizontal, vendiam de casa em casa o líquido essencial à vida. Lá um dia veio a canalização, que não alcançou nossa casa, nem mesmo o nosso bairro. Pouco a pouco os *aguateiros* foram desaparecendo. Eu era garoto e uma nova tarefa me surgiu, sem prejuízo do meu horário escolar, de dois longos períodos: ir buscar água, além da ponte, na casa alegre e generosa dos primos Mário e Belinha. De começo, uma lata de querosene ao ombro, mão esquerda espalmada ao invés de rodilha, coberta de folhas de guatambu para não transbordar;

depois, para reduzir as caminhadas, duas latas nas extremidades de uma vara. Buscava água para lavar roupa, beber, tomar banho e cozinhar, molhar roseiras, dalias e tinhorões. Dei-me ao direito de ter um canteiro de bandeiras-espanholas e uma rosa-trepadeira, que por sinal nunca deu rosas. Para poupar-me de novas caminhadas, eu era parcimonioso, dando a cada planta apenas um ou dois canecos d'água, logo absorvidos, gulosamente, pela terra ressequida, queimada pela soalheira ardente. Tinha a doce e ingênua impressão de que o vegetal ficava mais verde, mais alegre e agradecido, porém, a pedir-me mais água. Eu vacilava. Tinha pena de não o atender e tinha pena de mim mesmo de dar uma caminhada. Acabava dando-lhe mais um pouco de água.

Lourival, já querendo ficar taludinho, ajudava-me. Quando ficasse homem não teria estatura avantajada, mas altíssima compostura moral, inteligente e bom, tão humano que se refletem nele todas as angústias de todos os amigos.

Prudente e generoso, meu pai passou a forçar pequenas economias e a planejar a construção de uma cisterna subterrânea, alimentada por águas pluviais. Um dia, alegre, exultante, inundando a casa feliz de mais felicidade, anunciou que naquela semana começaria a construí-la. Notícia, assim, tão alvissareira, poucas vezes na vida eu recebi. Seria a supressão de um trabalho cotidiano demorado e monótono, sobretudo minha volta plena às águas do Paraguai. Ajustada a construção com o português Daniel, Gular, preto, alto, forte, curvado, envolto numa tanga de saco de sarapieira, começou a cavar o solo, duro, calcário e compacto. Por longas semanas o preto brandiu sua picareta e sua pá. Milímetro a milímetro eu acompanhava a escavação, entre alegre e receoso das ferramentas retinirem numa rocha imperfurável. E aí? Eu à borda do fosso torcia, uma torcida aflita, espoliativa de emoções. Pronta finalmente a cavidade, de forma cilíndrica, começou o seu revestido de tijolos bons, com vibrações de louça, argamassados com cimento da Itália e a famosa areia da lagoa de Mandioré. O meu algibe ficou pronto. Eis-me agora a sonhar, vendo-o cheio de água

cristalina e fria, que não roçara as impurezas da terra, vindas da amplidão e filtradas nas nuvens vizinhas das estrelas. Rosto para o céu, a perscrutá-lo, a sondá-lo, a pedir chuvas. Nada. Um mês, mês e meio, dois meses e o firmamento claro, escampo, rútilo. O sol continuava a esbrasear o chão seco, gretado, todo comburido. Poeira fina e branca cobria tristemente as árvores e as árvores crestadas pareciam espectros de árvores e não árvores. Só as águas-pombeiras pompeavam as suas umbelas, maravilhosamente verdes com o sangue da clorofila a correr-lhes, fartamente, por todas as veias. Nem sei se zombavam das suas irmãs esqueléticas ou se ofereciam sombra farta aos homens e aos pássaros.

Nada de chuva, nem de nuvens prenunciadoras de águas para o meu algibe, águas para aquelas árvores, águas para as entranhas calcinadas da terra. O zimbório do céu, azul, luminoso e causticante, irritava-me.

Uma noite acordei com violentas trovoadas e relâmpagos numa sucessão de relâmpagos azuis que enfeitavam o negrume da noite. Logo um aguaceiro estrondava sobre o telhado de telhas vãs da nossa casa. Águas em catadupas, às pampas. Uma festa nupcial do céu e da terra para fecundação da terra. Em alvoroço e deslumbramento fui à cama de uma das minhas irmãs, que dormia. Sacudi-a levemente. Com mais força depois. Acordei-a.

– Cacilda, Cacilda, está chovendo!...

– Hum!

– Mas está chovendo, Cacilda!

– Me deixa dormir!

Fui à outra cama, de uma irmã adotiva.

– Elisa, olha a chuva!

– Deixa, uai!...

Continuavam a cair torrentes de ouro líquido. Meu quarto não tinha janelas, somente portas inteiriças. Entreabro uma delas. Agora não ouço apenas; vejo, lá fora, chuva grossa, forte, rugindo, cascadeando por entre as pedras do quintal. Ama-

nhã, cedo, irei ver o meu algibe, bater bomba, tirar-lhe água e bebê-la. Mas não alvorecia. Noite curiosamente longa, que não se acabava nunca, madrugada que não dealbava. Teria na vida outras noites demoradas, intermináveis, amargas, sem despontar de auroras; aquela, entretanto, era de fremência, fascinação e deslumbramento. Do outro quarto, varando a noite, suave e cariciosa, uma voz me pedia: – Vai deitar, meu filho... Compreensiva, não me dizia “vai dormir”.

Na penumbra da antemanhã, quando todos ainda repousavam, sob a chuva que ainda não cessara, fui ver o meu algibe. Que decepção, meu Deus! De chofre e tão grande assim, outra ainda não tive. Estava transbordante de água, cascalho e lama, entrados por uma fenda, aberta para a bomba de sucção, que Daniel não fechara. E uma voz buscou consolar-me:

– Não poderíamos mesmo aproveitar as primeiras águas. Teriam gosto de cimento verde...

– Mas serviriam, mamãe, para lavar roupa, tomar banho e dar-se às plantas...

Rareada a chuva, fui à procura do Gular, a mando do meu pai, para que fosse esgotar o *meu algibe*. Atravessei charravascais até o encontrar no seu casebre de paredes e teto de latas de querosene.

– Tá bão. Mas só quando pará a chuva...

Antes de o fazer, sobreveio a estiagem. Pus ao ombro as latas d’água e recomecei minha tarefa. Olhos voltados para o céu, sondava-o, perscrutava-o em busca de nuvens. E o céu continuava azul, escampo, luminoso e o sol a cintilar, a secar a terra e a comburir as árvores...

Ciladas da vida

Com visíveis marcas de fadiga e desalento, vencendo uma região ainda sertaneja do território paulista, os dois chegaram à margem esquerda do rio Paraná. Frente a caudal imensa, larga, silenciosa, correndo para o ermo, Dagmar teve pena da companheira e quis suportar, sozinho, o peso do infortúnio.

– Djanira, você volta. Você não pode ir.

E ela, mais resoluta: – Não. O meu destino está ligado ao seu.

Então, desceram as águas escuras, ladeadas de matas sombrias. Deixavam São Paulo e a vida de esplendor que tiveram. Num outro vaporzinho, incômodo, sem conforto, subiram o Ivinhema e depois o Brilhante. Queriam embrenhar-se, afundar-se no sertão, não ver parentes e amigos, nem ouvir comentários embebidos de maldade. Chegaram à primeira povoação. Não era preciso que andassem mais. Encontraram naquele lugarejo o degredo que buscavam. Ele não crescia nunca, atrofiado pelos imensos latifúndios de terra que asfixiavam. Sem água, sem luz, sem jornais, entorpecido de tédio, bocejava noite e dia. Casas de madeira, iguais, sem gosto, apenas o necessário para vedá-las da chuva, do sol e do vento. As cigarras ali são mais estridentes, mais monótonas, mais enervantes. Não cessam nunca de cantar. Só o Bagem e o Saravi, valentes que eram, de vez em vez quebravam aquela modorra. Alegria, movimento, só no armazém do José Salomão, quando um e outro crime não o manchavam de sangue. Um dia o povoado se entristeceu ainda mais e entrou em decadência com o sangue derramado do próprio Salomão. Estancieiros da região não tinham motivos mais de procurá-lo. Vinham diretamente a Campo Grande ou demandavam São Paulo.

Dagmar e Djanira encontraram ali o seu cárcere voluntário. Enclausurados pelas distâncias expiavam o desatino de Dagmar, que no delírio dos hipódromos dissipara, nas patas velozes dos puros-sangues, fortuna que não era sua. É verdade que seu pai, respeitado no mundo do café, cobrira o desfalque, mas não lavara o filho da desonra, nem abafara os comentários da perfídia. Duas coisas o homem perde e nunca mais recupera: a vida e a honra. Esta, Dagmar perdera. Mas sofria.

Marido e mulher foram vivendo os mesmos dias, iguais, insípidos, sem alternativas. À noitinha, de lanterna acesa, para não trompar com os bois deitados e a ruminar, iam chegando, à casa de Dagmar, os seus parceiros para um joguinho de escopa de 15 ou truco espanhol.

O Ernesto, italiano, guarda-livros, cego de um olho; o dono da pensão, paranaense com o jeito de mineiro; o Deocleciano, comissário de gado e o dr. Jonas, médico, já entrado em anos, mas desempenado, pele lisa, rosada, cabeleira branca e farta.

A um canto da sala rústica, à luz de lampião, D. Djanira pintava a creiom. Seu tema predileto era um cisne solitário, como se pedisse ao lado desse cisne um outro cisne. Uma variação do célebre soneto. Sempre só, a dialogar consigo mesma, imersa em pensamentos de dias idos e vividos. Era uma mulher excepcionalmente bela. De porte esbelto, cor-de-malva, colo como de Inês de Castro, linhas e curvas bem definidas, boca, cílios, supercílios, em tudo naquela mulher a natureza pusera esmero. E toda ela, da cabeça aos pés, era charme. Mais belos ainda os seus olhos verdes, de cabra mansa, de mormaço, acariciantes e travessos. Do seu sensualismo – não tinha culpa. Viera na sua formação embrionária, numa fatalidade orgânica irreversível. Para traí-la, para denunciá-la, para levá-la mais rapidamente à cobiça dos homens, aqueles olhos sensuais.

De vez em vez, Djanira deixava o seu desenho ou fugia da sua conversa interior, para levar café ao grupo que se distraía com as cartas. Sua boca rubra e fresca, como se fossem frutos vermelhos de cafeeiro, levou alguém a escrever que beber-se

o café por ela servido equivalia a sorver a infusão no próprio pé da rubiácea.

Um dia após outro, seguia-se a sucessão de dias de tédio, mormaço, cigarras à tarde, luz de lampião à noite, conversas sem sabor, descoloridas, só de fatos banais fornecidos pela vida. Não havia correio regular para levar-lhe jornais, nem a maravilha do rádio que hoje leva o mundo ao mundo, une povos, abarca continentes e mares, extingue solidões.

Depois veio o que já tardava. Murmúrios abafados e confidenciais, de começo; mais tarde, comentários com a chancela da publicidade, tirando a cada um e de todos a responsabilidade da notícia. Diziam que Djanira andava a entregar aquele corpo de primavera ao amor outonal do médico. Parece que a vila não entendia como mulher tão bela assim não universalizasse a sua beleza, deixando-a perecer na monotonia do vilarejo. Outros boatos surgiram pérfidos, desarrazoados, inaceitáveis. Como Dagmar passasse a adoecer e a definhar, dizia-se que o dr. Jonas matava-o paulatinamente. As injeções que lhe instilava nas veias não lhe levavam a vida, mas a morte lenta. O velho e honesto dono da pensão rebatia os boatos, tachando-os de infâmia. Deocleciano, sensato, na sua linguagem simples de tocador de boiadas, argumentava: – Se o dr. Jonas já possui D. Djanira, por que iria matar o coitado do dr. Dagmar?!... É a história. Já perfidamente um português, administrador de uma fazenda, contraditou-o: – Pra ficar mais à vontade...

Tanto devotamento ao marido, acompanhando-o no seu infortúnio e no seu degredo voluntário, desmentia, para muitos, a maledicência do povoado. Contudo, esses mesmos vacilavam lembrados do poder de tentação daqueles olhos sensuais a trazerem à tona mensagens de desejos e da terrível e traiçoeira “hora de satanáas”, da qual a Igreja previne as mulheres.

Entre o moço paulista e seus pais levantou-se intransponível barreira de pudor. Não se correspondiam. Ele se obstinava em não deixar o seu desterro, apesar de estar morrendo pouco a pouco. Djanira, por fim, conseguiu trazê-lo para Campo Grande. Uma casa simples e pitoresca, de um filho de

além-mar, acolheu-os generosamente. Mas Dagmar continuava morrendo paulatinamente. O velho corretor de café veio a saber que o drama do filho se desdobrava numa outra etapa, igualmente penosa. Telegrafou a um amigo do filho, num desesperado apelo, que o embarcasse para São Paulo, mesmo que fretasse uma composição ferroviária. Duas, três e mais mensagens telegráficas chegavam diariamente dos pais aflitos.

Quebrada a barreira do constrangimento, Dagmar teve ânsia de voltar, de rever os pais, de viver. Ah! Trem só três vezes por semana, lento, lesmático, caranguejante, parando em Rio Pardo, Itapira e Penápolis para o almoço e em Três Lagoas, Araçatuba e Bauru para o pernoite. Havia ainda a travessia do rio Paraná em barcas, demorada e difícil. Trem especial, como, se não havia material rodante?

Dagmar, na ânsia de partir, de aconchegar-se aos pais, fazia supremo esforço para sobreviver haurindo energias de fontes insondáveis. Lutava com a morte. Na madrugada de seguir, o seu organismo já muito combalido, arrasado, não atendia mais ao chamamento do espírito. A luta cessava. O moço paulista começou a morrer. Djanira, quando o percebeu, descontrolada, rojou-se sobre o leito do agonizante. Abria-lhe as pálpebras como se a morte só estivesse sob as pálpebras cerradas. Chamava-o, sacudia-o, cobria-o de beijos e de lágrimas. Aturdida, desgrenhada, convulsa, gritava-lhe: – Dagmar, me perdoa! Dagmar, me perdoa! Sacudia-o mais, beijava-o mais fremente, mais desesperadamente para que o moribundo lhe ouvisse o supremo apelo. Inútil. Seu grito só apunhalava o silêncio da noite. Na desgraça, no desalinho, sua beleza não se abastardara. Ainda era olímpica.

Thiers, meu amigo de encontros cotidianos, pegou-me o braço e saímos pela rua sonolenta, despertando pouco a pouco, como se a própria rua também estivesse entorpecida pela dor. Perguntava-me, como se eu pudesse dar-lhe respostas:

Perdão, por quê? Se ela dobrou-se ao desvario da carne, não a absorveu a caminhada pelos rios sertão? E o seu desterro? E a renúncia a São Paulo, à família e ao conforto? Não

teria culpa daquela beleza provocante, tentando sempre a volúpia dos homens, e daquele sensualismo que lhe ardia as entranhas, dado pela natureza para perpetuação da espécie. Nem culpa daqueles seus olhos verdes, lânguidos, traiçoeiros, que denunciavam todos os seus desejos de sexo!

Se é exata a teoria dos físicos que as vozes não se extinguem nunca, que ficam eternamente a vibrar nos mundos siderais, a alma de Dagmar teria ouvido o apelo pungente da sua companheira da caminhadas e de infortúnios? Tê-la-ia entendido e perdoado? Ninguém sabe, nem esses que tentam desvendar o mistério da morte, porque, como disse o poeta francês:

“... a morte é que conhece tudo,
mas o enigma impresso no seu lábio mudo,
só na treva aos mortos é que a morte diz...”

Esmagavam-se sob as estrelas

Pretendi escrever e enfeixar neste livro duas crônicas. Uma, sobre meu pai, o romântico autor de AROMITA; outra, sobre Itúrbides, meu irmão, falecido ainda moço e em pleno esplendor do seu imenso talento. Amei-os muito e hoje tenho remorsos de não os ter amado muito mais. Às minhas crônicas preferi transcrever a bela e vigorosa página que o Itúrbides publicou em A CRUZ, de 16 de janeiro de 1944, jornal em que lampejava a inteligência de Dom Aquino e José de Mesquita.

Lendo ORAÇÃO DE MINHA SAUDADE, aqueles que não conheceram meu pai e meu irmão conhecerão, numa só página, os dois românticos, que embebedados de luz, corriam nos dilatados campos da Vacaria soberba, esmagados pelas estrelas.

Assim Itúrbides descreveu o homem que lhe pôs alvo-radas de sangue nas veias e n'alma rutilâncias de estrelas:

– “Sua vida foi uma identificação com as mais rudes lutas. Teve infância descuidada de carinhos maternos e, desde cedo, acostumou-se às asperezas físicas do trabalho. Criança, órfão, atirado às contingências de prover com seus esforços um auxílio ao equilíbrio econômico do lar, ele voltou-se, no isolamento da idade, nesse terrível isolamento dos anos adolescentes, a uma comunhão afinatória com a natureza que lhe perdurou em todo o transcurso da existência. Um dia desceu, na confusão jovial de uma aventura ditada pelas circunstâncias, a líqüida serenidade do rio Cuiabá, pondo os espantados olhos dos seus dezessete anos de duras batalhas nas cenas irrequietas das margens, ingressando assim, como um anônimo guerreiro juvenil, nos ríspidos tumultos do mundo. Corumbá o acolheu.

Vazou-se ali e ali provou noites e dias indescansados, erguendo, pedra a pedra, pedaço a pedaço, os alicerces do seu lar, rebocado com as renúncias às facilidades cômodas do desperdício e do esbanjamento. Mas apesar de tudo isso, de tantas e tantas provações, nunca perdeu o sentido lírico da beleza. O ritmo nele era uma inevitável coação, doce, muito doce e nascida das íntimas efervescências estéticas de seu coração. Após as cansadas profissionais, os atropelados quotidianos, é que se entregava ao borboteamento dos seus versos, versos líricos, espontâneos e amenos. O artista deve ser uma expressão irremediável de suas realidades subjetivas, e a manifestação dos seus estados emotivos, para ser legítima, necessita de uma incoercível violência. Nele, nesse singelo cantor da Terra, era uma sereníssima violência com a qual se regozijava intimamente, degustando, nos momentos elegíacos da criação artística, pedações de poemas, harmonias desconjuntadas de pensamentos. A elegância, não a possuía por superfectação educativa, vinha-lhe do sangue, do pendor delicado pela adoração da beleza. Uma adoração cósmica, ilimitada. Nada a impedia, nem sequer escalas e hierarquias de valores. O instinto classificatório e sistematização das coisas, em arte, essa mania secular aristotélica de ordenar os acontecimentos e os fatos sob um ponto de vista puramente unilateral e sob o qual tudo o mais que fica fora é um anexo descontrolado de sentido e gama expressional, esse caráter mumificado e seco de arqueologista misto de botânico, naturalista, não se impôs ao seu temperamento deliciosamente imoderado. Olhava tudo com o mesmo timbre artístico e não diferenciava uma flor pequenina, perdida nas marítimas verduras das campinas, de uma apoteose de crepúsculo corumbaense com delírios turbulentos de cores. Estas linhas, por exemplo, são a fixação de um gesto pueril, anônimo, pequenino. A filha Oliamar, todas as manhãs, na garrulice esbanjadora da idade, vinha trazer-lhe uma florinha humilde, dessas que nascem desenxabidas e mal vestidinhas no meio das guaxumas dos quintais mato-grossenses. Ah! Que distância, Senhor, e que proximidade, Senhor, entre uma estrela e a singeleza caipira de uma flor sem nome!

‘... maior é o Criador,
que pôs o afeto, um mundo de grandeza,
na corola pequenina de uma flor.’

Dois traços fundamentais esculpíram seu caráter: uma infinita simpatia humana e devoção inefável pela natureza. Sentia os amigos à sua volta e compartilhava, com estranha intimidade, de seus dramas e alegrias. Acompanhava-lhes o enlevo psicológico, buscando-lhes as excelências e os tiques temperamentais. Era uma maneira socrática de ver os homens, que conduz à dulcíssima ironia, sem laivos de má-fé ou maldade. Daí o elã, a rijeza com que cinzelava as amizades, alimentando-as às vezes por longas e velhas correspondências.

A natureza, entretanto, mais do que ninguém, era o alvo de suas potenciais energias afetivas. Lia tudo que se escrevia sobre a Amazônia e Mato Grosso, e tinha por ambição a cumprir, com o tempo, um largo e piedoso itinerário pelas terras amazônicas. Em viagem de inspeção pelo Estado, devassou o Norte e o Sul. Acompanhei-o de uma feita, numa dessas peregrinações pelas terras sulinas. Bordejamos os garimpos e percorremos a Vacaria. Eram viagens sincopadas. A cada instante, a cada panorama, uma pausa contemplativa. Quando saímos, certa vez, para o Corguinho e o Rochedo, ao descermos a serra aos solavancos de um velho Ford, exatamente nas pendências íngremes fez estacar o carro. A imponência do cenário comovia-lhe o espírito, punha estonteamentos líricos nos olhos. A terra e os barrancos faziam espumaradas de curvas ostentando uma borra verde e arroxeadada de matas sob um céu madrugada e fantasticamente limpo. Os ipês exibiam assanhamentos pictóricos. E no silêncio lavado do amanhecer, com um perfume de moitas adormecidas boiando no vento, as cores do dia e dos socavões despertavam uma angústia de espanto e humildade.

Outra vez estávamos nos campos da Vacaria e era noite, uma noite cetinosa e doce. Nós corríamos esmagados pelas estrelas, uma furiosa multidão de estrelas luzindo com histérica intensidade. Ordenou que nos detivéssemos, e saímos embebedados pelos descampados, olhando Vênus ao alcance das mãos,

derramada na pacatez aromática dos campos. Ele tinha o olhar no oceano fosforescente do céu, imotivadamente imobilizado na imensa sonolência ensombrada da Terra. Era assim Arnaldo Serra. Estão aí seus poemas falando do sol, das leiras, das searas, das matas virgens e dos sertanejos, que é uma lúcida emanção telúrica. Estão aí os seus poemas, descrevendo, com uma candidez despreocupada, os pássaros, as árvores, as crenças, interpretando, ao ritmo intimista dos versos, a cabocla simplicidade das *aromitas*. Amava tanto as coisas, com tanta ternura gratuita, com tanto misticismo romântico, que pretendia, antes de encerrar de uma vez o ciclo do seu destino, voltar às inesquecíveis regiões de sua infância, à sua amável Cuiabá, sentir, de novo, as turbulências vaqueiras dos maravilhosos chapadões do sul e plantar uma casinha rústica às margens amigas do coleante Paraguai, onde viu raiar, por anos amoráveis, as inigualáveis madrugadas pantaneiras.

Não há glória no fazer-se poesias por predestinação apócrifa, em que o poeta inculca, a golpe de sugestão, uma pretenção e descansada fatalidade ocasional e poetiza como se realizasse ato puramente fisiológico, como quem bebe, como quem vive, numa lírica e platônica displicência. Ah! Não! É preciso sentir a poesia na concorrência trágica da luta permanente, no meio turbilhante dos problemas que assaltam, como vespas furiosas, os recessos supremos do homem. A poesia é agonia, digamos como Unamuno. É necessário forçar as coisas, abarrear a corrente impetuosa e lamacenta que espadana e referve nos limites ríspidos de nossa débil resistência humana. É preciso que o mundo agitante, anguloso, túrgido de conflitos e lamentações oponha o peso de sua presença delirante. Nessas ocasiões de debates, de cruentos combates, o poeta recolhe-se à límpida fluidez de seus imponderáveis motivos estéticos, emerge cantando doidamente, delirando seus ritmos, espargindo suas esperanças, seus sonhos, seu poema, esquecido dos tumultos circunjacentes ou investindo contra eles, indiferente às feridas. ‘Dize-me, coração, se não crepita no tardo coração que tens no peito’.

Não que a poesia seja como a quer Gasset – ‘uma valorosa fuga, uma árdua esquivança de realidades’, ela talvez seja melhor uma transubstanciação das coisas. Por isso, o trovador de AROMITA versejava assim, por entre o atrito das horas de trabalho, das preocupações de todos os minutos. Era um gesto, um instante, um ápice musical:

‘Despenha o rio, e desce à profundidade escura
do extremo e fero leito, o audaz mergulhador.
Primeiro umas borbulhas, nem sequer murmura,
Como se a água depois se enchesse de pavor...’

Ia no fundo de si mesmo, na insondável profundidade abissal de sua festiva intimidade, e vinha, sereno e alegre, levando para a luz quente da superfície a mão carregada de fulgurações, como diamantes espirrando jorros de cores. É isso a essência, a *ratio* da sensibilidade artística, uma esplêndida aderência às coisas, ao mundo, esse permanente achegar-se ao tempo e à vida, essa inquietação, essa irrequietude delicada, ansiada por tudo que viva e se agite. O poeta é uma participação ubíqua no cosmo. Uns vão às suas mais recônditas essências; outros ficam no rolar alargado da planície, acompanhando o ondular caprichoso da vida.

Morreu como devia! Na véspera escrevera, despreocupado, uma recordação da infância, de seu velho bairro de São Gonçalo. Havia invernina na lombada do Silvestre e a chuva, miúda e borrascosa, entristecia a serra. Morreu pelo meio da noite, mas a madrugada, quando entrou na sala onde seu corpo reclinava sereno, trazendo perfumes de terra encharcada e aromas suaves da mata, vindo das ondas marulhentas do mar, havia uma grande primavera no céu. Todas as manhãs, ao lusco-fusco do dia, ele costumava ouvir, comovido, o canto de umas perdidas saracuras. Naquela, porém, naquela madrugada ainda com a tépida sombra caindo sobre os caminhos, cantarolavam duas, três, quatro em estríduladas sinfonias que enchiam a casa e punham uma ternura indescritível no silêncio doloroso do seu silêncio eterno. A luz, logo mais, entrou luxuriante, viva, festiva, em ondas algazarrentas, envolvendo, pela última vez, a presença do seu humilde poeta.

Morreu com essas vibrações e com a mais adorável e cristalina das manhãs do Silvestre, com o Rio lá embaixo espreguiçando-se na doçura colorida de uma dia soberbamente belo.

E assim desceu para o túmulo. Com uma tarde cheia de prodigalidades poêmicas, liricamente linda, liricamente linda! Vi-o descendo ungidamente para o milenar regaço. Era meu derradeiro olhar.

Arnaldo Serra retornava à suprema expressão do seu afeto, à terra sofredora, maternal, macia, amiga, sôfrega e magnânima, aquilo que ele, na sonância morna de seus versos matogrossenses, cantava assim:

‘Porque não me ufanar desta terra,
Augusta e santa, portentosa e bela,
Que em tudo nos sorri!
Se lhe busco um recanto por acaso,
A natureza canta na procela,
Ou se retrata em lânguida aquarela,
A terra sacrossanta em que nasci!’

(São Paulo, dezembro de 43)

O pau-terra

Nerone, meu inteligente e nobre companheiro de Rotary, pede-me uma crônica para o nosso Boletim. Vou viajar dentro de horas, o tempo me é exíguo e ele pede-me pressa. Deixo-lhe uma das últimas páginas do poeta AROMITA, Arnaldo Serra, meu pai. Ele viveu, servindo. Serviu-me extraordinariamente, continua a servir-me vinte anos depois de morto e ainda serve-me agora com esta página profundamente rotária, o Pau-Terra, que transcrevo:

“Olha, filho! Vê aquela árvore que lá se ostenta à beira do cerrado? Tem a casca cortiçada e é de múltiplos galhos tortuosos, de folhas alternadas e nervuras salientes, formas semi-agudas e de flores amarelas em forma de pequenos cálices tubinados que esplendem na primavera. É o pau-terra. Só tem a aparência com que preenche o mundo vegetal.

Ousada como as demais árvores, floresce. Roseia-lhe as franças verdes o esplendor da aurora e rutila-lhe as formas, às vezes majestosas, o loiro filho de Latona, do seu carro fulgurante. No entanto, nenhuma utilidade tem. Diferente das árvores vizinhas, que frondejam no mesmo sítio, absorve pelo rizoma do *gavião*, viciado, a terra que lhe ascende ao caule, advindo-lhe, daí, a alcunha, que lhe emprestam, de pau-terra.

A marcenaria e o próprio lenhador não lhe reconhecem utilidade alguma. Dizem que a própria canguçu, acossada pelo cão do sertanejo caçador, acua-se por baixo dele, na impossibilidade de prosseguir na fuga. Deixa-se vencer pela *lazarina*, mas lhe recusa a fragilidade dos galhos. A seriema retardatária no buscar o pouso empoleira-se na lixeira que fica ao lado. Ave nenhuma lhe procura os ramos para a confecção do ninho.

Nem o sertanejo exausto de longas caminhadas alça nele a rede cabocla repousante e embaladora.

Semelhante ao pau-terra vegetam, também, certos homens no mundo social. De aparência exuberante, têm a fragilidade que nunca inspira confiança e, no íntimo, a terrosidade do seu caule. Nunca servem aos seus semelhantes. Omitem-se. Esquivam-se. Embuçam-se na carapaça do egoísmo. Entretanto, florescem, como tudo, na primavera da vida e infelizmente se confundem na multidão que passa. Confundem-se com seus concidadãos úteis à Pátria e à Humanidade, que sonham, trabalham e servem.”

(Do Boletim do Rotary, de agosto de 1962).

Índice

- SE – 3.
- Motivos de um título – 5.
- Quem ergueu o primeiro rancho? – 9.
- A Rua 14 do meu tempo – 17.
- Cenas da Rua 14 – 29.
- A tragédia do circo – 31.
- Turbulências – 35.
- Pioneiros em quatro rodas (I) – 41.
- Pioneiros em quatro rodas (II) – 45.
- Casas de jogo – 49.
- Trianon Cine – 53.
- Cinemas – 57.
- Restaurantes e bares – 61.
- Árvores da cidade – 65.
- O jequitibá do dr. Arlindo – 69.
- Gloriosas casas – 73.
- Boiadeiros, caudilhos e coronéis – 77.
- A morte do seresteiro – 81.
- Uma preta, um italiano e um búlgaro – 85.
- Vendetta corsa – 89.
- Padeiro romântico – 95.
- Discurso do velho capitão – 97.
- Portinari e os meninos das lavouras – 99.

O Alípio – 103.
Eliseu e a santa – 107.
Renovato – 111.
Maria Bolacha e Josetti – 113.
Argemiro e o ingazeiro – 119.
Um amigo – 123.
Homem de gerações passadas – 127.
Marcha das carretas – 131.
Ruínas humanas – 135.
Esportes – 139.
O meu algibe – 143.
Ciladas da vida – 147.
Esmagavam-se sob as estrelas – 153.
O pau-terra – 159.